

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

ÉRICA DINIZ VELEZ

**Sentinelas na vanguarda da defesa do futuro do Brasil.**

As mulheres da CAMDE entre os anos de 1964/69.

Niterói  
2015

ÉRICA DINIZ VELEZ

**Sentinelas na vanguarda da defesa do futuro do Brasil.**

As mulheres da CAMDE entre os anos de 1964/69.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre em História.

ORIENTADOR: Prof. Dr. Norberto Osvaldo Ferreras.

Niterói  
2015

ÉRICA DINIZ VELEZ

**Sentinelas na vanguarda da defesa do futuro do Brasil.**

As mulheres da CAMDE entre os anos de 1964/69.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre em História.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Norberto Osvaldo Ferreira – UFF

Orientador

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Jessie Jane Vieira de Souza – UFRJ

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Janaína Cordeiro – UFF

Niterói

2015

Dedico este trabalho ao meu esposo **Rafael Francisco Coelho**, que me deu todo o apoio necessário, mesmo com todas as minhas ausências no decorrer da caminhada. Te amo.

## AGRADECIMENTOS

*Agradeço ao meu Orientador e eterno professor Norberto Ferreras, que desde a minha graduação sempre se demonstrou sensível à minha situação de trabalhar e estudar, apoiando-me continuamente. O magistério deveria ter mais profissionais como ele. É um orgulho, e uma realização muito grande, para mim, poder concluir meu Mestrado em uma instituição tão renomada como a Universidade Federal Fluminense, e em muito devo isso ao seu apoio nessa caminhada.*

*Agradeço à minha banca examinadora, Professoras Jessie Jane e Janaína Cordeiro, que fizeram meu trabalho crescer muito desde a qualificação, fazendo críticas necessárias e pertinentes ao tema aqui desenvolvido, bem como fornecendo materiais e sugestões de estudo que complementariam este trabalho.*

*Agradeço a Deus, sem Ele eu nada seria, e à minha família. Para mim exemplo de união e força. Sem eles, com certeza, não teria a referência pessoal e profissional que nunca me deixaram desistir. Gostaria de agradecer em especial ao meu pai Carlos Alberto Pires Velez, que sempre estimulou a mim e aos meus irmãos ao estudo em busca de um futuro melhor.*

*Agradeço ainda aos amigos que nunca me deixaram sozinha e que entre uma entrega de trabalho no Mestrado e uma aula para dar no colégio no qual trabalho sempre se prontificaram a me ajudar.*

*Agradeço à minha caríssima amiga de Graduação Maria Izabel Mazini do Carmo que acompanhou meu esforço e dedicação durante os anos em que prestei concurso de admissão para esta pós. Bel muito obrigada, sinceramente, por todo apoio que me deu nestes momentos que foram muito difíceis para mim. Você me ajudou na realização de um sonho!*

*O meu sincero obrigada a todos vocês.*

## **RESUMO**

Este trabalho tem como principal objetivo analisar as práticas políticas da Campanha da Mulher Pela Democracia (CAMDE) entre os anos de 1964 e 1969 na construção de uma Cultura Política Dominante de apoio ao projeto político Civil-militar pós-golpe de 64. Para tanto, busca-se analisar as ações deste grupo de acordo com a conjuntura de disputas ideológicas e projetos econômico-sociais conflitantes na qual o país estava inserido. Nesse sentido, resgatamos os principais temas debatidos por estas mulheres, como o papel fulcral da educação para o futuro da contrarrevolução disparada em 1964; bem como o ideário feminino brasileiro no qual estas mulheres foram inseridas desde sua infância, construindo um processo imaginativo que facilita a compreensão das escolhas feitas por este grupo durante os anos analisados neste trabalho em questão. A partir destas reflexões, acreditamos reconstruir o fio que ligou a sociedade ao projeto ditatorial vivo em nossa sociedade na década de 60.

Palavras-chave: CAMDE; Cultura Política; Civil-militar; Ideário Feminino.

## **ABSTRACT**

This study is meant to examine the For Women's Campaign political practices Democracy (CAMDE) between the years 1964 and 1969 to build a Dominant Political Culture in support of Civil-military political project post-coup of 64. For this search, an analyze of the actions of this group according to the situation in which the country was inserted, his ideological disputes and conflicting economic and social project is made. In this sense, we redeemed the main themes discussed by these women as the central role of education for the future of the counter shot in 1964; and the Brazilian women's ideas in which these women have been inserted since childhood, building an imaginative process that facilitates the understanding of the choices made by this group over the years in this job at hand. From these reflections, it is believeable that it reconstruct the thread that linked the company to the dictatorial project alive in our society in the 60's.

Keywords: CAMDE; Political Culture; Civil-military; Female ideas.

“Ficaremos *sempre* a postos e, seja onde for, seremos sentinelas na vanguarda da defesa da democracia, porque julgamos ser este o melhor dos regimes. O que fazemos é em benefício de nossos filhos e do futuro do Brasil”.

Amélia Molina Bastos

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO I: Passado e Presente: Foro Privado e Foro Coletivo em disputa.....	28
<b>1.1: História das Mulheres e Cultura Política: Eu, Mulher. Eu, mãe-dona-de-casa.....</b>	<b>29</b>
<b>1.2 O ideário Feminino e o Comunismo: Não quebrem meu mundo!.....</b>	<b>58</b>
CAPÍTULO II: Ação Política: As Sentinelas do Governo.....	69
CAPÍTULO III: O I Congresso Sul-Americano da Mulher em Defesa da Democracia.....	93
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>117</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>120</b>
1.Fontes.....	120
2. Anexos.....	121
3. Bibliografia.....	145
4.Sites.....	149

# INTRODUÇÃO

---

Era madrugada de 31 de março quando muitos brasileiros foram dormir como em muitas noites anteriores. No entanto, esta foi uma madrugada a qual as gerações posteriores se preocupam em explicar.

Sem reação governista ou dos grupos que davam apoio ao governo, Olímpio Mourão Filho comandando suas tropas desde Minas Gerais, marchou em direção ao Rio de Janeiro. Sucessivos desarmes e fracassos impediram algumas ações em contrário como: a mobilização de militares legalistas; a proposta de greve geral do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT); Leonel Brizola e sua tentativa de resistência. Finalmente, Jango optou pela desistência da luta contra os militares. O golpe saiu vitorioso.

O golpe militar foi saudado por importantes setores da sociedade brasileira. Grande parte do empresariado, da imprensa, dos proprietários rurais, da Igreja Católica, de vários governadores de estados importantes (como Carlos Lacerda, da Guanabara; Magalhães Pinto, de Minas Gerais e Ademar de Barros, de São Paulo), assim como amplos setores da classe média que pediram e estimularam a intervenção militar como modo de pôr fim à ameaça de esquerdização do governo e de se controlar a crise econômica.

O curioso é que alguns anos antes, em 1961, a maioria esteve com Jango e Leonel Brizola na Campanha da Legalidade e, na madrugada de 1964, essa mesma maioria não esteve mais com eles. O que teria acontecido?

Para nossa compreensão, voltaremos a alguns dias antes, mais precisamente ao dia 19 de março de 1964, quando um grupo de manifestantes se concentrava às 14h na Praça da República em São Paulo. O movimento, articulado pelo Deputado Antônio Silvio da Cunha Bueno, e apoiado pelo Governador Ademar de Barros, saiu às 16h, em direção à Praça da Sé,

Cabe aqui destacar que Antônio Silvio Cunha Bueno nasceu no dia 8 de dezembro de 1918, em São Paulo (SP), filho de Joaquim Cunha Bueno Junior e de Dora Barbosa da Cunha Bueno. Reeleito deputado federal em 1958 e 1962, na legislatura

1963-1967 presidiu a Comissão Parlamentar de Inquérito sobre agitação subversiva na zona rural. Com a extinção dos partidos políticos pelo Ato Institucional nº 2 (27/10/1965) e a posterior instauração do bipartidarismo, filiou-se à Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido de apoio ao regime militar. Reeleito em 1966, não concluiu o mandato por ter sido cassado pelo Ato Institucional nº 5 (13/12/1968) em 16 de janeiro de 1969. Faleceu em São Paulo em 31 de dezembro de 1981.

Ademar de Barros, nascido em Piracicaba (SP) no dia 22 de abril de 1901, filho de Antônio Emídio de Barros e de Elisa Pereira de Barros, bacharelou-se médico em 1923. Fixando-se no Rio de Janeiro, trabalhou no Instituto Oswaldo Cruz até a eclosão da Revolução Constitucionalista de São Paulo.

Logo depois de assumir o governo paulista em 31 de janeiro de 1963, Ademar começou a projetar seu nome nacionalmente, tendo em vista as eleições presidenciais de 1965. Assumiu então a posição de defensor intransigente dos valores tradicionais da sociedade brasileira, que estariam ameaçados pela "comunização do país". Desfraldando a bandeira da ameaça comunista representada pelo governo federal, no início de 1964 Ademar radicalizou suas declarações, frequentemente misturadas com apelos de ordem religiosa, chegando a pregar publicamente a intervenção das forças armadas na luta contra João Goulart.

No dia da eclosão do movimento político-militar que derrubou Goulart, 31 de março de 1964, Ademar discursou às 22 horas em cadeia estadual de rádio e televisão comunicando que a sublevação contava com o apoio do governo paulista e do II Exército, chefiado pelo general Amauri Kruel. Nos dias seguintes à consolidação da vitória do movimento, Ademar participou de várias reuniões para a escolha do novo presidente da República. Em 5 de abril, apoiou formalmente a indicação do general Humberto Castelo Branco e orientou a bancada pessepista na Câmara Federal para sufragar seu nome. Apesar disso, não conseguiu influir na composição do novo ministério, principalmente devido às restrições que a seção paulista da UDN fazia a seu respeito.

Posteriormente, Cunha Bueno decide convocar a irmã Ana de Lurdes, freira psiquiatra do hospital São Paulo e filha de Ruy Barbosa, para realçar o tom religioso do

levante. Naquela noite, inspirada pelas marchas do padre Peyton<sup>1</sup>, ela sugere que se faça a Marcha de Desagravo ao Santo Rosário. A data escolhida, 19 de março, era o dia de São José, padroeiro da família. A presença da irmã Ana galvaniza entidades de senhoras católicas como a União Cívica Feminina, a Campanha da Mulher pela Democracia (Camde) e a Fraterna Amizade Urbana e Rural (Facur).

Na Praça da Sé foi ouvido o Hino Nacional e a eloquência do Padre Peyton, além da presença de grandes personalidades. Vários foram os oradores desta Marcha como o senador Padre Calazans<sup>2</sup> (UDN-SP); Carolina Ribeiro<sup>3</sup>, ex-secretária de educação de São Paulo; o deputado federal Plínio Salgado<sup>4</sup> (PRP-SP); e Auro de Moura

---

<sup>1</sup> Patrick Peyton (Carracastle, Condado de Mayo, Irlanda, 9 de janeiro de 1909 - Los Angeles, 3 de junho de 1992) foi um padre católico irlandês, da Congregação de Santa Cruz, pároco de Hollywood e fundador da Cruzada do Rosário em Família - movimento autorizado pela Igreja que visava unir as famílias em torno da oração. A visita do Padre Peyton ao Brasil, em 1963, teve um sentido de pregação anticomunista e contou com o apoio da CIA, no contexto da Guerra Fria, contribuindo para a preparação do golpe militar de 1964. <http://jornalggn.com.br/blog/luisnassif/a-vinda-do-padre-peyton-ao-brasil>. Acessado em 24/05/2015.

<sup>2</sup> Filho do professor Benedito Mário Calazans e da dona Judith Moura Calazans. Recebeu ordens no Seminário Diocesano de Taubaté, tendo feito curso superior de Filosofia e Teologia na Universidade de Roma. Foi vigário coadjutor em várias cidades do Vale do Paraíba. Em Taubaté foi assistente da Juventude Operária e, na Capital, inspetor do ensino religioso. Foi também professor de Ética na Escola de Cadetes da Força Pública. Eleger-se duas vezes Deputado Estadual e uma vez Senador, sempre pela União Democrática Nacional.

<sup>3</sup> Na carreira de dirigente no sistema educacional paulista, Ribeiro foi a primeira mulher a ocupar o cargo de Secretária da Educação, em São Paulo, em 1955 e concorreu a uma cadeira de deputada na Câmara Federal, na primeira eleição do período de redemocratização (1945 a 1964) pelo conservador partido da União Democrática Nacional (UDN). Carolina Ribeiro, participou ativamente das atividades em defesa da escola normal, por meio de sugestões de temas e consultas sobre fatos e datas históricas. Buscava cultivar uma memória positiva das primeiras reformas paulistas referindo-se, com orgulho, à hegemonia do modelo de ensino que repercutiu, na década de 1920, na reorganização e modernização dos sistemas estaduais de ensino em todo o país, seu principal legado.

A antiga escola de formação de professores, que se converteu em palco privilegiado dessas primeiras reformas do período republicano, se tornou o centro de uma espécie de legado bandeirante que motivava a luta da militância de educadores paulistas em torno de uma memória herdada. Nessa memória da fase áurea que buscavam cultivar, João Lourenço Rodrigues e Carolina Ribeiro, dentre outros continuadores da obra dos grandes mestres de outrora, atribuem à dedicação desses normalistas o "primeiro surto de entusiasmo" no processo de organização da instrução em São Paulo, ocorrido no início do século XX, contribuindo para a construção da autoimagem positiva do normalista. *Revista Colombiana de Educación*. Print versión ISSN 0120-3916. Rev. colomb. educ. no. 61 Bogotá June/Dec. 201.

<sup>4</sup> Nasceu em São Bento do Sapucaí (SP), em 1895. Jornalista iniciou sua atividade na imprensa em 1916, em sua cidade natal, no semanário *Correio de São Bento*. Nessa época dedicava-se ainda ao magistério, e em suas leituras predominavam filósofos materialistas. Em 1918 iniciou-se na política participando da fundação do Partido Municipalista, que reunia líderes de municípios do Vale do Paraíba. Realizava, então, conferências em defesa da autonomia municipal. Em 1958 eleger-se deputado federal pelo Paraná, reelegendo-se em 1962, desta vez por São Paulo. Em 1964 foi um dos oradores da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, em São Paulo, contra o presidente João Goulart. Apoiou o golpe militar daquele ano e, com a extinção dos antigos partidos, ingressou na Aliança Renovadora Nacional (Arena), frente partidária criada para auxiliar na sustentação ao novo regime. Por essa legenda obteve mais dois mandatos

Andrade<sup>5</sup> (PSD-SP), então presidente do Senado, que realizou o último discurso. Estiveram presentes também outras personalidades ilustres como Carlos Lacerda (UDN), governador do estado da Guanabara, mas que não discursou.

O público carregava faixas bem-humoradas, como a que dizia "Vermelho bom, só batom" e "Verde, amarelo, sem foice nem martelo". E outras que relacionavam a reação paulista de então, àquela que levou à Revolução de 1932, como " $64 = 32 + 32$ ".

Sempre que algum orador pronunciava os nomes de Goulart, Leonel Brizola ou Fidel Castro, a multidão reagia com vaias. Começavam, assim, as Marchas da Família para com Deus e pela Liberdade, que se repetiram em várias cidades no período de 19 de março até 08 de junho de 1964.

Apesar de sofrerem críticas, as marchas mostraram sua força e seu potencial de coesão e convencimento, tornando-se importantes para o nosso texto por apresentarem personagens dispostos a saírem do foro privado para o coletivo, com uma força que sendo trabalhada foi arrasadora, e contribuiu para a mudança da opinião pública: as mães, esposas e donas-de-casa.

Ademar de Barros apoiou o Marcha em São Paulo, fazendo-se representar no trabalho de convocação por sua esposa, Leonor Mendes de Barros<sup>6</sup>, caracterizando a

---

na Câmara Federal, em 1966 e 1970. Morreu em São Paulo, em 1975. [http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/biografias/plinio\\_salgado](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/biografias/plinio_salgado). Acessado em 25/08/2014.

<sup>5</sup> Auro Soares de Moura Andrade nasceu no dia 19 de setembro de 1915, em Barretos (SP), filho de Joaquim de Moura Andrade e de Guiomar Soares de Moura Andrade. Participou em 1932, da Revolução Constitucionalista de São Paulo. Dois anos depois, ingressou na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, tendo concluído o curso em 1938. Iniciou sua trajetória política em 1947, elegendo-se deputado à Assembléia Constituinte paulista pela União Democrática Nacional (UDN). Em 1950, elegeu-se deputado federal. Em 1951, desligou-se da UDN, permanecendo algum tempo sem partido. Em 1952, já estava inscrito no Partido Democrata Cristão. Em 1954, ingressou no Partido Trabalhista Brasileiro, mas nesse mesmo ano filiou-se ao Partido Trabalhista Nacional (PTN), pelo qual elegeu-se senador, em outubro. Posteriormente, transferiu-se para o Partido Social Democrático (PSD). Em março de 1961, tornou-se vice-presidente do Senado, posto que correspondia de fato à presidência da casa, exercida formalmente pelo vice-presidente da República. Em 19 de março, participou e discursou na Marcha da Família com Deus pela Liberdade em São Paulo, organizada por entidades contrárias ao governo. No dia 30, após a solenidade em homenagem ao presidente organizada pelos sargentos na sede do Automóvel Clube do Brasil, lançou um manifesto no qual fazia um apelo às forças armadas para que restabelecem a ordem constitucional e defendessem a democracia. No dia seguinte, Goulart foi deposto pelos militares. [http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/auro\\_de\\_moura\\_andrade](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/auro_de_moura_andrade). Acesso em 20/08/2015.

<sup>6</sup> Filha de Otávio Mendes e D. Elisa de Moraes Mendes nasceu em São Paulo no dia 21 de julho de 1905. Foi casada com Dr. Adhemar de Barros com quem teve quatro filhos, duas mulheres e dois meninos. Foi fundadora da bandeira paulista contra a tuberculose, e inaugurou o "Abrigo Leonor Mendes de Barros". Promovia a distribuição de gêneros alimentícios, roupas, cobertores e brinquedos durante a comemoração de seus aniversários natalícios.

força das mulheres nesses eventos. Elas tornaram-se fundamentais, apresentando-se como defensoras de suas famílias. Desta forma, aceitaram sua missão e, autorizadas por seus maridos, foram às ruas em nome do que para elas representava suas vidas.

No Rio de Janeiro, foi marcada sob a liderança de mulheres, uma marcha para o dia 02 de abril de 1964 com o mesmo intuito. No entanto o golpe foi desferido antes. Elas não voltaram atrás. Esta Marcha ficou conhecida como a Marcha da Vitória e contou com cerca de um milhão de pessoas. Nesse momento, elas entenderam que era necessário não dar chance e comemoraram a deposição de Goulart pelos militares em passeata, que saiu da praça da Igreja da Candelária, às 16 horas, rumo à Esplanada do Castelo.

Dentre as instituições que apoiaram esta Marcha estavam a Assembleia de Deus, a Associação Cristã de Moços (ACM)<sup>7</sup>, a Associação de Pais e Mestres<sup>8</sup>, Mulheres conservadoras Católicas, a Congregação de Belém<sup>9</sup>, a Cruz Vermelha Brasileira<sup>10</sup> e o Grupo de Ex-Combatentes da FEB .

---

[http://www.camposdojordaocultura.com.br/vercronicas.asp?Id\\_cronica=49&Assunto=Dona+Leonor+Mendes+de+Barros+e+seus+anivers%Elrios](http://www.camposdojordaocultura.com.br/vercronicas.asp?Id_cronica=49&Assunto=Dona+Leonor+Mendes+de+Barros+e+seus+anivers%Elrios) Acesso em 25/08/2015.

<sup>7</sup> A Associação Cristã de Moços do Rio de Janeiro, a primeira do Brasil e da América Latina, surge em 1893 para dar continuidade ao movimento internacional, em atividade desde 1844 quando um grupo de jovens liderados por George Williams, em plena Revolução Industrial materializa, diante dos impactos sociais da época, o “Movimento Acemista (YMCA)” com a proposta de permitir o desenvolvimento sadio e harmonioso de jovens que viviam na Londres no século XVIII. Desse modo surge a ACM, movimento cristão, ecumênico, assistencial e filantrópico sem fins lucrativos que afirma congregar pessoas sem distinção de raça, posição social, crença religiosa, política ou de qualquer natureza. <http://www.acmrj.org.br/historia#.VLQqfON4rww>. Acesso em 25/08/2015.

<sup>8</sup> APM é uma entidade jurídica de direito privado, que se afirma com a finalidade de colaborar para o aperfeiçoamento do processo educacional, para a assistência ao escolar e para a integração escola-comunidade. Atualmente, sua principal função é atuar, em conjunto com o Conselho de Escola, na gestão da unidade escolar, influenciando nas das decisões relativas à organização e funcionamento escolar nos aspectos administrativos, pedagógicos e financeiros. <http://www.derfernandopolis.com.br/arquivo/planogestao/20.pdf>. Acesso em 25/08/2015.

<sup>9</sup> A Congregação de Nossa Senhora de Belém foi fundada por Madre Maria Helena Cavalcanti, em 22 de julho de 1958, no Rio de Janeiro, com o lema "Eis que vos anuncio uma alegria", uma citação do Evangelho de Lucas. A Congregação se afirma com a finalidade de evangelizar crianças e jovens, nas escolas públicas, além de atuar no trabalho missionário e catequético da Igreja. Atualmente, conta com 92 religiosas, espalhadas por dez casas, localizadas nos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Goiás, Rio Grande do Norte e no Distrito Federal. <http://www.rccbrasil.org.br/noticia.php?noticia=3156>. Acesso em 25/08/2015.

<sup>10</sup> A História da Cruz Vermelha Brasileira se iniciou no ano de 1907, com a ação do Dr. Joaquim de Oliveira Botelho, inspirando-se naquilo que testemunhara em outros países, fundou uma sociedade de Cruz Vermelha, marcada uma reunião para aclamação de sua Diretoria Provisória, o que se realizou, em 31 de dezembro de 1907. Hoje a Cruz Vermelha Brasileira vive e sobrevive de doações de pessoas físicas e jurídicas. Além disso, recebe o apoio da população e das empresas, durante as campanhas doações em espécie. <http://www.cruzvermelhani.org.br/site/cruz-vermelha/cruz-vermelha-brasileira.html>. Acesso em 25/08/2015.

Percebe-se neste evento, bem como em São Paulo, a presença das mulheres como veículo de convocação das massas. Onde estavam essas mulheres nos anos anteriores? Como se mobilizaram?

Dois anos antes, em 1962, em uma manhã de mais um dia comum de trabalho para a maioria dos cariocas, saiu uma matéria no Jornal O Globo, com o chamado “A mulher Brasileira está nas trincheiras”<sup>11</sup>, que estampava em sua capa a força das Mulheres de Ipanema. Esta matéria transformou o Brasil dos anos seguintes.

Tornava-se pública a mais nova agremiação de defesa nacional, da ordem e da família. Segundo afirma este grupo, sua intencionalidade era defender mulheres comuns que amavam seus filhos e maridos, pois, sua família protegida, diariamente, pelo punho feminino, nas dificuldades do cotidiano, mantinha firme os laços familiares.

Foi assim que no dia 12 de junho 1962 surgiu a Campanha da Mulher pela Democracia, mais conhecida como CAMDE, no bairro de Ipanema. Ideia declaradamente do vigário de Ipanema, Leovigildo Balestieri<sup>12</sup>, e dos líderes ipesianos<sup>13</sup> como o engenheiro Glycon de Paiva<sup>14</sup> e general Golbery do Couto e Silva. Foi lançada no

---

<sup>11</sup> Jornal O Globo, 1962. Artigo “A mulher Brasileira está nas Trincheiras”.

<sup>12</sup> Frei Leovigildo Balestieri, pároco da Igreja Nossa Senhora da Paz, na praça do mesmo nome. Também conhecido como “o padre de Ipanema”. Era assim desde que chegara ao bairro, em 1939, quando a Igreja Nossa Senhora da Paz ficara pronta. Em 1970, um grupo empresarial do qual ele fazia parte expandiria de tal forma que o frei Leovigildo estava envolvido em hotelaria, turismo, exportação e tinha até participação no Canecão. Em 1973, adquiriu o controle da Corretora Libra, uma trading company, para atuar nas faixas de serviço do comércio exterior.

Castro, Ruy. 1948. Ela é Carioca: uma enciclopédia de Ipanema. Ruy Castro, São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

<sup>13</sup> Foi um movimento preparado e financiado pelo IPES, Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais. O IPES orientou e repassou verbas conseguidas de empresas brasileiras e multinacionais, entre estas cerca de trezentas empresas norte-americanas para a criação e financiamento de diversos institutos e organizações para a manipulação da população, principalmente a de classe média baixa e a classe pobre. O espírito necessário à mobilização deveria, portanto multiplicar-se pelo país sob diversos nomes e siglas. O motivo principal da diversificação era fazer a opinião pública acreditar que todos os movimentos eram oriundos das mais diversas correntes e camadas sociais e não de um grupo somente.

<sup>14</sup> Geólogo mineiro, Glycon de Paiva foi uma das figuras mais atuantes do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), entidade da qual foi vice-presidente. Ocupou ainda diversos cargos governamentais, como a presidência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), em 1956.

<http://observatoriodaimprensa.com.br/diretorio-academico/os-construtores-do-golpe-de-estado-de-1964/>. Acessado em 25/04/2014.

auditório do jornal *O Globo*<sup>15</sup>, no Rio, oferecido por seu diretor-proprietário, Roberto Marinho<sup>16</sup>.

Segundo a campanha “Brasil acima de tudo”, em 2013, que versou no Portal Militar através de uma publicação do Coronel de Infantaria e Estado-Maior Paulo Ricardo da Rocha Paiva<sup>17</sup>, a grande propulsora do posicionamento dessas Mulheres foi Dona Amélia Molina Bastos, uma senhora de 59 anos, de formação católica, irmã do general Antônio de Mendonça Molina, do setor de informação e contrainformação do Ipes; mulher do general-médico Virgílio Bastos; de família com formação em direito, em sua maioria advogados.

Ainda segundo este Coronel, ela ouviu numa noite, em meados de 1962, seu marido e alguns líderes anticomunistas discutirem desanimados a “ameaça” que se agigantava. No dia seguinte a esta noite em 12 de junho, Dona Amélia convidou para sua casa várias amigas e vizinhas, formando o primeiro núcleo da CAMDE. Assim, segundo esta versão, a formação desta agremiação foi de uma maneira espontânea e sem uma aparente representação de grupo, negando que essas manifestações representavam uma sólida coordenação por parte da elite.

Assim, graças a uma bem-sucedida ação, eventos considerados aparentemente “desconexos” foram tomados como "reações espontâneas" de segmentos da população. Esta ideia será melhor desenvolvida nos capítulos que virão nesta dissertação, por ora

---

<sup>15</sup> Golpe de 64: 'Marcha da Família com Deus pela Liberdade' completa 50 anos; saiba quem a financiou e dirigiu.

<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/reportagens/34445/golpe+de+64+marcha+da+familia+com+deus+ela+liberdade+completa+50+anos+saiba+quem+a+financiou+e+dirigiu.shtml>.

Acessado em 27/03/2014.

<sup>16</sup> Roberto Pisani Marinho (Rio de Janeiro, 3 de dezembro de 1904 — Rio de Janeiro, 6 de agosto de 2003) foi um jornalista e empresário brasileiro. Proprietário das Organizações Globo de 1925 a 2003, Com sua família atrelada ao jornalismo, herdou ainda jovem o jornal O Globo, fundado pelo pai Irineu Marinho, em 1925. Começou a formar o conglomerado de veículos de comunicação, mais tarde chamado de Organizações Globo, hoje Grupo Globo, com a inauguração da Rádio Globo em 1944, e a primeira concessão pública de TV no Rio de Janeiro, a TV Globo, em 1957.

<http://memoria.oglobo.globo.com/perfis-e-depoimentos/roberto-marinho-9055075>.

Acessado em 26/12/2014.

<sup>17</sup> Seu pai foi ex-combatente da FEB, onde permaneceu de 09/44 a 07/1945 e recebeu a Medalha da Cruz de Combatente por ato de Bravura.

<http://www.averdadeufocada.com/index.php/foras-armadas-noticias-95/6843-2204-q19-de-abril--saudades-do-qmeu-exrcitoq>

Acessado em 26/01/2015.

entende-se que as ações destas mulheres foram espontâneas como quadro de esposas-mães-donas-de-casa que buscaram proteger seus lares

No dia seguinte à fundação da CAMDE, segundo a versão militar, Dona Amélia foi aos jornais do Rio, com um grupo de donas de casa mobilizadas, pedir atenção para seu protesto contra a nomeação por Goulart de San Tiago Dantas como primeiro-ministro. No *Globo*, afirmaram-lhe “O protesto de 30 mulheres não quer dizer muita coisa. Mas se a senhora puder marchar até aqui com 500 mulheres ...”<sup>18</sup>. Por meio de telefonemas, Dona Amélia e seu nascente grupo reuniram as 500 mulheres, e dois dias depois, se apresentaram a Roberto Marinho, diretor do jornal.

Segundo as análises de Felipe Amorim e Rodolfo Machado<sup>19</sup> sobre a obra “Deus, Pátria e Família: As Mulheres no Golpe de 64” de Solange Simões<sup>20</sup>, as direções dos movimentos foram constituídas, essencialmente, por mulheres com baixa formação intelectual da burguesia e das elites militares. Essa ala feminina do golpe foi criada meses antes das eleições gerais de outubro de 1962.

As principais líderes dessas direções eram parentas próximas dos grandes nomes do setor empresarial e militar, envolvidos na conspiração, como é o caso da própria Amélia Molina Bastos, citada anteriormente; bem como Dona Eudóxia Ribeiro Católica, ex-diretora e ex-presidente da CAMDE, paulistana criada na casa da Avenida Paulista e esposa de José Bento Ribeiro Dantas, sócio fundador do IPES (Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais), diretor da Cruzeiro do Sul empresa de viação aérea, e presidente do Centro das Indústrias, hoje Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan).

O coronel de Infantaria e do Estado-Maior, Paulo Ricardo da Rocha Paiva, afirmou que quando a sala de estar da casa de Dona Amélia não mais pôde acomodar todas as donas de casa ansiosas por tomar parte da CAMDE, ela mudou suas reuniões para

---

<sup>18</sup> <http://www.militar.com.br/Amagnificaesposadogeneral>. Acesso em 25/04/2014. Hoje foi retirado da internet.

<sup>19</sup> Jornalistas do Opera Mundi que escreveram um artigo sobre o golpe de 64, em 21/03/2014 no site <http://operamundi.uol.com.br/conteudo/reportagens/34445/golpe+de+64+marcha+da+familia+com+deus+p+ela+liberdade+completa+50+anos+saiba+quem+a+financiou+e+dirigiu.shtml>. Acesso em 25/08/2015.

<sup>20</sup> Simões, Solange de Deus. “Deus, pátria e família: As Mulheres no Golpe de 64”. Ed. Vozes, 1985.

salões paroquiais de igrejas e formou dezenas de outras pequenas "células" em casas de família.

Cada mulher que compareceu foi encarregada de organizar outra reunião com 10 de suas amigas; que, por sua vez, tinham de recrutar outras. No entanto, desbaratando a interlocução organizativa e financiamento de seus cônjuges, primos e irmãos para erguer suas instituições, a versão militar afirma que para financiar suas atividades, as mulheres da CAMDE economizavam nos orçamentos domésticos e pediam ajuda às amigas com posses. Elas insistiam na ação.

A CAMDE não foi a única a organização de gênero na luta pela democracia e contra o perigo comunista, entre os anos de 1962/64, a União Cívica Feminina em São Paulo, conhecida com UCF, também foi bem ativa. Em um trabalho uníssono, CAMDE e UCF representaram as mais diversas agremiações, sendo lideranças em eventos como a “Caravana a Brasília” em 1962 com o objetivo de formar um efetivo “coro popular” para impedir a posse de San Tiago Dantas como primeiro-ministro.

Esse movimento integrava parte da política de rejeição, pela elite, de uma composição com a ala moderada do trabalhismo. Para tanto, entregaram ao presidente da Câmara, Ranieri Mazzilli<sup>21</sup>, 60 mil cartas pedindo a não aprovação do plebiscito antecipado, bem como o impedimento da delegação de poderes ao conselho de ministros, fundamental à continuidade das Reformas de Base do governo Goulart.

Ainda, houve a participação no boicote entre 1962 e 63 ao jornal *Última Hora*,<sup>22</sup> o “diário da guerra revolucionária”, um dos poucos jornais que se atreveram a criticar a tentativa de deturpar o processo eleitoral por parte dessas organizações femininas. Logo, o *Última Hora*, de Samuel Wainer, foi sistematicamente denunciado pela CAMDE e UCF.

Voltamos ao 13 de março de 1964, momento em que Goulart fez um discurso na Central do Brasil onde lançou seu programa de reformas de base. Este discurso ameaçava

---

<sup>21</sup> Pascoal Ranieri Mazzilli. Paulista de Caconde, deputado federal pelo PSD, foi presidente da Câmara dos Deputados entre 1958 e 1965 e assumiu por duas vezes a presidência da República.

<sup>22</sup> Foi um jornal carioca fundado pelo jornalista Samuel Wainer, em 12 de junho de 1951. Chegou a ter uma edição em São Paulo, além de uma edição nacional que era complementada localmente em Porto Alegre, Belo Horizonte, Recife, Niterói, Curitiba, Campinas, Santos, Bauru e no ABC Paulista.

setores sociais que neste cenário buscaram resgatar códigos de representação que estimulassem identidade entre as partes ameaçadas.

Conceitos como “**Democracia**” - muito mais pela possibilidade de a burguesia industrial chegar ao poder do que pelo conceito em si; “**modernização**” - com respeito aos códigos morais tradicionais, historicamente ligados ao Positivismo, na história de formação Política da República Brasileira, e que desde Vargas, puderam estar aliados aos dogmas católicos conservadores da “**Família**”, ganharam os espaços públicos do Brasil deste período a partir de personagens como estas mulheres da CAMDE.

Assim, logo após o discurso de Goulart, a CAMDE se engajou em campanhas por telefone, incitando as mulheres a permanecerem em casa e acenderem velas em suas janelas como sinal de protesto e fé cristã. A massiva “Cruzada do Rosário em Família”<sup>23</sup>, do padre norte-americano Patrick Peyton, foi o ensaio-geral para as marchas anticomunistas de abril e março de 1964, fundadas no lema “A família que reza unida permanece unida”.

Desta forma, a partir do quadro geral descrito acima sobre a formação e construção do golpe de 64, percebemos a participação decisiva das mulheres nestes eventos que culminaram numa crescente política de autoritarismo e conservadorismo, muito influenciada pelo dogmatismo religioso. Faz-se necessário agora compreender as reais intencionalidades destas mulheres em participar destes eventos.

No Capítulo I desta dissertação procuraremos construir o ideário feminino sobre a família, buscando a interlocução entre a presença ideológica da Igreja e da construção positivista da política conservadora brasileira com a história das Mulheres. Para tal fim, buscamos centralizar nossa análise no livro de memória de dona Eudóxia Ribeiro, como supracitado, uma componente da CAMDE.

Nossa intencionalidade é buscar compreender as reais causalidades para que este grupo tenha rompido seu status quo no foro privado para arriscar-se no foro coletivo, espaço até então monopolizado pela figura masculina. Aqui nos parece necessário

---

<sup>23</sup> Movimento autorizado pela Igreja que visava unir as famílias em torno da oração. Foi uma cruzada, na qual pregava a importância da oração, especialmente quando feita em família. <http://jornalggn.com.br/blog/luisnassif/a-vinda-do-padre-peyton-ao-brasil>. Acessado em 23/03/2014.

reconstruir a história destas Mulheres de forma a buscar os referentes e códigos que proporcionaram sua identidade e memória coletiva.

Para reconstruirmos essa interlocução, nossa metodologia e quadro teórico foram baseados na Nova História Política. Para Sirinelli, segundo Bernstein<sup>24</sup>, Cultura Política é composta por um conjunto de referentes ou códigos formalizados no seio de um partido, uma família ou de uma tradição política e, para a compreensão deste fenômeno, torna-se fulcral as representações e o respeito à pluralidade.

Bernstein destaca que estudar uma cultura política é buscar compreender as verdadeiras motivações que levam o homem a adotar este ou aquele comportamento político, pois ela é resultante de uma série de experiências vividas por um grupo ou indivíduo sendo fator de comunhão. Esta noção de contextos de experiência e atividades vividas está em clara afinidade com a sociologia compreensiva de Weber, alargando os horizontes da análise das culturas políticas e demarcando a importância da sensibilidade, da afetividade, do simbólico e da memória.

Assim, construir uma cultura política demanda tempo, gerações, e se relaciona com realidades histórica e socialmente construídas em uma mesma sociedade. Atingir esta realidade é trabalhar, para o historiador do político, a rememoração de fragmentos do passado estudando, assim, a Memória e suas representações, respeitando as fronteiras entre o dizível e indizível.

Pensando no debate sobre o conjunto das representações e códigos que formam uma cultura política e a Memória, destacamos a obra de Michel Pollak “Memória, Esquecimento, Silêncio”<sup>25</sup>. Uma Memória é balizada em um conjunto de pontos de referência fornecido por uma memória comum, fornecendo um sentimento de pertencimento de grupo, gerando uma identidade seja individual ou coletiva.

Laborie na obra "Memória e opinião"<sup>26</sup>, por sua vez, assim como Berstein, destaca que as Memórias são múltiplas e, neste sentido, a rememoração de fragmentos do

---

<sup>24</sup> BERNSTEIN, Serge. “A Cultura Política”. In: Jean-Pierre Rioux e Jean-François Sirinelli. Para uma História Cultural. Lisboa : Editorial Estampa, 1998.

<sup>25</sup> [http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria\\_esquecimento\\_silencio.pdf](http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf). Acesso em 25/08/2015.

<sup>26</sup> LABORIE, Pierre. "Memória e opinião". In: Cecília Azevedo, Denise Rollemberg, Paulo Knauss, Maria Fernanda Bicalho e Samantha Voz Quadrat (orgs). Cultura política, memória e historiografia. Rio de Janeiro : FGV Editora, 2009

passado garante que cada memória social transmita ao presente uma das múltiplas representações possíveis do passado. Este se constrói sob a influência dos códigos e das preocupações do presente, por vezes em função dos fins deste próprio presente.

As Memórias podem ser coletivas ou individuais e seus referentes geram coesão de grupo. Referentes compartilhados, geram identidades que são tão múltiplas e heterogêneas quanto os primeiros, e entendendo essa complexidade de eventos, sua significação, memória e reconstrução do passado, compreendemos porque as mulheres da CAMDE, orientadas ideologicamente e materialmente pelo complexo Ipês/Ibad, aderiram ao projeto Militar; e porque a ameaça de esquerdização afetaria tanto seu cotidiano e compreensão da sua própria função na sociedade.

No Capítulo II desta dissertação, nossa proposta será analisar as ações de apoio deste grupo ao projeto político conservador dos militares, mediante a atuação junto, principalmente, à opinião pública. Buscamos orientar esta dissertação no sentido da problematização do mito da Resistência, comprovando a participação efetiva de setores sociais junto ao golpe.

Percebemos, no Brasil, um conflito entre uma memória coletiva dominante, construída no imediato pós-ditadura e uma outra recém-valorizada, preservada por uma parcela da esquerda para o mesmo período em questão. Aquela seria a memória da resistência ampla e irrestrita da sociedade civil brasileira contra a ditadura; e esta uma memória de parcelas da esquerda que, a partir de suas lembranças, denunciam a participação ativa da sociedade civil no processo ditatorial bem como sua completa passividade frente ao projeto militar,<sup>27</sup> destruindo, assim, a coesão social interna, construída pela supracitada memória coletiva.

Segundo Daniel Aarão Reis, no ano de 1979 ocorreu certo sentido de conciliação para a transição da ditadura para uma democracia. Nesta perspectiva, entre perdão e esquecimento – silêncio – seria formulada a memória coletiva dominante dos anos de chumbo. Nesta memória possível de ser falada naquele momento, silenciou-se o fato de que aqueles anos foram, para muitos anos, de ouro; construiu-se uma versão de que a sociedade era democrática, que repudiara o arbítrio desde o início.

---

<sup>27</sup>Para o conceito de Zona Cinzenta, ver Pierre Laborie. Les Français des années troubles. De la guerre d'Espagne à la Libération. Paris, Seuil, 2003.

Na obra “Ditadura e sociedade: As reconstruções da memória”<sup>28</sup>, Aarão Reis demonstra a construção da Ditadura Militar no Brasil e sua crise, problematizando que a memória é sempre seletiva e influenciada pelas representações do passado e sua releitura no presente. Com isso, ressalta que os derrotados de ontem, na luta aberta, podem ser os vitoriosos de amanhã na memória coletiva, e esta, para garantir uma coesão interna, tornou as esquerdas vítimas; os amplos movimentos de direita, praticamente apagados e os militares foram estigmatizados de gorilas e únicos culpados pela ignomínia do arbítrio.

Aarão Reis, em sua obra “Ditadura e Democracia no Brasil”<sup>29</sup>, afirma que nessa memória dos anos 80, o país fora, simplesmente, subjugado e reprimido por um regime ditatorial apresentado como algo de caráter externo e estranho. Neste sentido, não se abre espaço para o debate amplo sobre as bases sociais da ditadura, escolhendo a possibilidade, mais segura, de valorizar versões memoriais apaziguadoras, onde todos possam encontrar um lugar.

Assim, na busca de uma conciliação nacional de um pacto democrático, predominou a versão de que a sociedade suportou a ditadura, com a crença de que, cedo ou tarde, seria superada. Esta versão estava imersa em um período no qual a sociedade tinha acesso a entrevistas e memórias de ex-guerrilheiros, como uma espécie de braço armado da resistência democrática, e reagia com comoção às polêmicas e às acusações suscitadas pelo “Projeto Brasil: nunca mais”<sup>30</sup>, um longo trabalho preparado desde fins dos anos 1970, baseado nos processos arquivados no Supremo Tribunal Militar (STM), que mostrava as denúncias contra as violações dos mais elementares direitos humanos.

Este cenário limita a fronteira entre o dizível e o indizível. Segundo Frederik Barth<sup>31</sup>, as realidades das pessoas são socialmente construídas e estas agem e reagem de acordo com sua percepção de mundo, por isso uma cultura política nunca é homogênea

---

<sup>28</sup> REIS FILHO, Daniel Aarão. “Ditadura e Sociedade: As reconstruções da memória”. In: REIS, Daniel Aarão, RIDENTI, Marcelo & MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). O Golpe e a Ditadura Militar: quarenta anos depois (1964-2004). Bauru (SP): Edusc, 2004.

<sup>29</sup> Reis Filho, Daniel Aarão, 1946- Ditadura e Democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988/ Daniel Aarão Reis Filho.- 1.ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

<sup>30</sup> Prefácio de Dom Paulo Evaristo Arns, “BRASIL: NUNCA MAIS”. 7ª Edição, Editora Vozes. 1985 Arquidiocese de São Paulo.

<sup>31</sup> BARTH, Frederik “A análise da cultura nas sociedades complexas. IN: O guru, o iniciador e outras variações antropológicas.” Rio de Janeiro, ContraCapa, 2000.

ou unitária. A memória afirmadora de que a sociedade brasileira viveu a ditadura como um pesadelo que é preciso exorcizar, pareceu um lugar-comum.

Para Aarão Reis, instituições como O Centro de Referências das Lutas Políticas no Brasil, também chamado de “Memórias Reveladas”, instituído em 2005, ajudam a ampliar a difusão desta versão, pois ali passaria a ser formulada uma espécie de “história oficial das lutas contra a ditadura”, a qual oculta as relações complexas entre a ditadura e a sociedade brasileira, em especial, os apoios e as bases sociais com as quais a ditadura contou desde sua formação e enquanto existiu.

O próprio texto introdutório do livro "Direito à Memória e à Verdade", lançado em 2007 pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, afirma que “ao longo dos 21 anos de regime de exceção, em nenhum momento a sociedade brasileira deixou de manifestar seu sentimento de oposição, pelos mais diversos canais e com diferentes níveis de força”.<sup>32</sup>

Neste horizonte, a ditadura teria sido militar, o regime imposto e a sociedade vítima são sínteses que retiraram da sociedade a responsabilidade pelos anos de autoritarismo no Brasil. A memória da abertura segundo a qual a sociedade foi o grande impulsionador da transformação de um regime ditatorial para um regime democrático, evidencia na verdade o comportamento e a opinião da sociedade sobre a ditadura. Relação em que a versão histórica é construída a partir de onde e quando se escreve, o que é possível ser escrito.

Para Aarão Reis, estas versões saturadas da memória não explicam as raízes, as bases e os fundamentos históricos da ditadura; não geram compreensão das relações que se estabeleceram entre ela e a sociedade e nem com o cenário das relações internacionais. Exemplo disso seria a ideia de que as grandes majorias confortavam-se com a ideia de que a opção democrática dispunha de raízes históricas autênticas.

Assim, esta memória resgata certas instituições como grandes pilares da defesa desta democracia e embate ao regime, no entanto, apaga ou silencia o período no qual saudaram, com grande entusiasmo, o novo regime implementado.

---

<sup>32</sup> COMISSÃO ESPECIAL SOBRE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS. Direito à Verdade à Memória. Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2007,p.23.

Assim, em 2001, na obra "A ditadura militar no Brasil: uma incômoda memória"<sup>33</sup>, Daniel Aarão Reis Filho teve oportunidade de reafirmar a carência analítica de que se ressentia o período da Ditadura brasileira, em particular no que tange ao escopo social em fazer um mea culpa.

No novo horizonte da historiografia proposto por Reis Filho, a relação opressor e oprimido, que colocava a falência dos movimentos na força repressora do Estado, é questionada, porque assim se destaca a

“distância intransponível entre o projeto das esquerdas de mudança pela subversão da ordem estabelecida e o desejo de mudanças da sociedade que deveriam acontecer no âmbito da ordem, da afirmação do sistema econômico e da elite política autoritária e conservadora”.<sup>34</sup>

Na obra supracitada de Aarão Reis, ficam perceptíveis dois pontos interessantes a esta dissertação. O primeiro é o choque entre uma Cultura Política Dominante, que é coletiva em si, de desejo de mudanças no âmbito da ordem; e uma nova Cultura Política em formação, de mudança pela subversão da ordem. O segundo ponto é o fato da Cultura Dominante ser defendida e proposta pelos militares e setores empresariais, polemizando assim que parcelas da sociedade se identificaram com o projeto conservador de transformação dentro da ordem.

No livro publicado em 2000, “Ditadura Militar, esquerdas e sociedade”, Reis Filho trabalha a noção de que a direita apareceu a lado da “defesa da constituição” e a esquerda romperia com esta noção de legalidade. Neste sentido, por vezes, esta sociedade atuou de maneira clara e decisiva nesta suposta superioridade do Estado.

Alguns estudos dedicados à Ditadura no Brasil recentemente têm priorizado a análise de aspectos da trajetória ideológica desse período em que pesam as ausências, das quais, Aarão Reis se ressentia – a sociedade que foi conivente com o projeto militar, seja apoiando ou simplesmente não se envolvendo.

---

<sup>33</sup> REIS FILHO, D.A. A Ditadura Militar no Brasil: uma incômoda memória. Gramsci e o Brasil. 29 de março de 2001. <http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=57>. Acessado em 21/04/2014.

<sup>34</sup> Idem. Pág.: 2

Segundo Aarão, as direitas que, constituíram a sociedade civil estiveram sempre presentes, desde marchas como a “Marcha da Família para com Deus pela liberdade”, passando pelas expressivas votações da ARENA, até a popularidade do Governo Médici (1969/74).

Voltamos àquela tarde do dia 19 de março de 1964 na Praça da Sé. A opinião pública influenciada por essas mulheres temia o comunismo. E assim os militares que participarão da “revolução” em fins de março, supostamente farão aquilo que as “massas” pregavam nas ruas alguns dias antes: acabar com o comunismo. Empresários e militares reconheciam a importância das mulheres na conclusão daquele projeto. As Marchas ganharam uma importância ímpar sobre a opinião pública brasileira a ponto de Dona Eudóxia<sup>35</sup> relatar:

“Nós sabíamos que como nós estávamos incumbidas da opinião pública, os militares estavam à espera do amadurecimento da opinião pública. Porque sem isso eles não agiriam de maneira nenhuma. A não ser que a opinião pública pedisse. E foi isso que nós conseguimos.”<sup>36</sup>

“A minha casa teve um movimento fora do comum porque eu tinha em mãos uma lista de oficiais que seriam enviados para os demais estados para controlar a situação, caso houvesse levante. Passei a noite entregando as passagens a eles e dando baixa nos nomes que já tinham recebido.”<sup>37</sup>

Segundo dona Eudóxia, o general Castelo Branco passou duas noites em linha direta com a casa de Lúcia Jobim, também militante da CAMDE e vizinha de Amélia. Aos dias que precederam o golpe, relata que em pequenos intervalos de quinze dias,

---

<sup>35</sup> Eudóxia Ribeiro Dantas. Católica, ex-diretora e ex-presidente da CAMDE.

<sup>36</sup> DREIFUSS, René Armand (‘1964: A conquista do Estado: Ação Política, Poder e Golpe de Classe’) e SIMÕES, Solange de Deus (‘Deus, Pátria e Família: As mulheres no golpe de 1964’).. “Golpe de 64: 'Marcha da Família com Deus pela Liberdade' completa 50 anos; saiba quem a financiou e dirigiu.” Por: Felipe Amorim e Rodolfo Machado. <http://operamundi.uol.com.br/conteudo/reportagens/34445/golpe+de+64+marcha+da+familia+com+deus+ela+liberdade+completa+50+anos+saiba+quem+a+financiou+e+dirigiu.shtml>. Acessado no dia 21/09/2015.

<sup>37</sup> ASSIS, Denise. “Propaganda e Cinema a Serviço do Golpe (1962/1964)” – Rio de Janeiro: Mauad, FAPERJ, 2001.

recebeu três pacotes. Em um deles havia uma Nossa Senhora da Conceição protegida por um papel de seda branco com aparência de menina, na segunda caixa outra imagem de Nossa Senhora da Conceição agora com uma expressão de mãe tendo ao colo o menino Jesus, na terceira caixa um São José coroado com o bastão na mão. O primeiro presente teria sido enviado por uma amiga Luzia Corrêa da Costa, os outros dois presentes teriam vindo de Pernambuco. Todo o processo foi entendido por Eudóxia como uma prova da proteção divina.

Nuvens negras no céu, madrugada de 31 de março o golpe saiu vitorioso. Voltamos ao início de nossa caminhada, o golpe foi desferido e faltava consolidá-lo. Então sigamos em frente.

Com o objetivo de consolidar os ideais da “Revolução Militar” a CAMDE teve por foco a Educação como forma de garantir a transmissão da moralidade e códigos de condutas sociais. Assim, no Capítulo III desta dissertação, apresentamos o I CONGRESSO SUL-AMERICANO DE MULHERES EM DEFESA DA DEMOCRACIA, que orientado pela responsabilidade organizativa da Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE), e de outras entidades, buscou resgatar o debate sobre a Reforma na Educação.

Sob o manto da Igreja católica e tendo como lema “Deus é a verdade, democracia é liberdade”, estas Mulheres debateram intensamente uma pauta visando a favorecer uma ação conjunta mais eficaz das entidades cívicas femininas do Brasil e de outros países da América do Sul, contra os “perigos” ideológicos, principalmente o comunismo que, segundo as expoentes, representava ameaça da desagregação da família e dos seus papéis hierárquicos, necessários ao estabelecimento da ordem e dos padrões de equilíbrio social, da boa fé e da tolerância espiritual dos latino-americanos

É importante perceber a vinculação do evento com o regime autoritário. Ilustra esse fato a lista de destacadas figuras do Governo Costa e Silva, que ao comparecerem ao evento, buscaram expressar o sentimento de aliança das congressistas com a política golpista pós-64.

Direcionadas à reformulação da educação, sobretudo da juventude, as congressistas expunham suas preocupações com o comportamento do estudante nos

diferentes países sul-americanos e apontavam caminhos para conter a subversão, que segundo elas, ampliava-se de forma avassaladora.

Na compreensão adotada pelas congressistas, competia ao Estado Militar implementar uma “reformulação de programas e currículos das escolas para que os jovens pudessem ter mais iniciativa para pensar, agir e escolher livremente, de modo a poderem adaptar-se a novas maneiras de ser, a novos padrões, a novas formas de civilização”<sup>38</sup>.

Na defesa de uma lógica político-conservadora para a educação, propunham a tese da necessidade significativa de uma mudança imediata do sistema de ensino do Brasil, introduzindo nos currículos a temática de ética social, disciplina que, segundo externavam as participantes do congresso, seria necessária para orientar e promover o equilíbrio da família, da Igreja, da escola e da sociedade como um todo. Aparece a conexão intrínseca à ação destas mulheres, da relação Positivismo e Religiosidade. (ANEXO I. PE.0.0.88/1, pág.:265)

Sem muita precisão e clareza da proposta curricular preconizada, as educadoras afirmavam que a implantação de uma nova grade de ensino deveria atender a uma demanda complexa: do ensino primário ao universitário.

A partir deste Congresso renascia o debate sobre a necessidade de uma reforma universitária. Debate este que era realizado desde 1961, mas que com a forte atuação das Mulheres ganhava novo fôlego.

No pós-64, com a vitória dos conservadores e com o apoio destas mulheres, os militares assumiram o poder da Educação, adaptando-a às necessidades governamentais através das Reformas de Ensino, na qual atingiram o ensino superior por meio da lei no 5.540/68, bem como da política e da economia. Que seja feita então nossa caminhada pelo Congresso.

---

<sup>38</sup> Fonte do Arquivo Nacional disponibilizada ao término desta dissertação.

# CAPÍTULO I

---

## *Passado e Presente*

### *Foro Privado e Foro Coletivo em disputa.*

*“Ao sul, o Oceano Atlântico, incluindo as ilhas Cagarras e tudo que o olho alcançar dentro das duzentas milhas. Ao norte, a lagoa Rodrigo de Freitas – do Clube Caiçaras até a margem esquerda do corte do Cantagalo. A leste, de um lado, o Arpoador, a Praia do Diabo, o mar e o horizonte correspondentes; de outro, a rua Conselheiro Lafayette ao cruzar as ruas Rainha Elizabeth, Joaquim Nabuco e Francisco Otaviano; a fronteira leste segue pela rua Antônio Parreira, subindo até o nº 125 da rua Saint-Roman (onde ficava os PASQUIM), galgando parte do morro do Pavãozinho e descendo pelo Corte. E, a oeste, a margem direita do Jardim de Alah. Essa demarcação das terras de Ipanema foi proposta por MILLÔR Fernandes na revista Domingo, do Jornal do Brasil.*

*Sem contar a faixa de areia e a orla da lagoa, Ipanema tem 1,67 quilômetro quadrado. Dentro dessa estreita faixa de terra, produziu-se a maior quantidade de cronistas, poetas, romancistas, designers, arquitetos, cartunistas, artistas plásticos, compositores, cantores, jornalistas, fotógrafos, cineastas, dramaturgos, roteiristas, cenógrafos, figurinistas, atores, diretores de TV, modelos, estilistas de moda e esportistas de que se tem notícia no Brasil.*

*Com esse elenco, Ipanema foi o berço ou palco de várias **revoluções**<sup>39</sup> no comportamento, na moda, nas artes plásticas, no cinema, na música popular, na imprensa e em outros quesitos fundamentais. **Ipanema mudou o jeito de o brasileiro**<sup>40</sup> escrever, falar vestir-se (ou despir-se) e, talvez até de pensar. Foi também pioneira no sexo sem culpa,(...). E, apesar da aura de futilidade que a cercava, foi um permanente reduto de oposição.*

---

<sup>39</sup> Grifos meus.

<sup>40</sup> Grifos meus.

(...) *O grande caldo cultural que simbolizaria Ipanema nasceu no Arpoador, que foi sua primeira praia a ser desbravada e palco de uma convivência democrática entre gente de todo os níveis(...). E como ali todos se sentiam “intelectuais” ou “artistas”, os artistas e intelectuais de verdade podiam locomover-se sem os embaraços naturais da fama. ANTÔNIO CARLOS Jobim não era interpelado nas ruas por ser autor de “Chega de saudade”, mas por ser o Tom, a quem todos já tinham nascido habituado. VINÍCIUS De Moraes podia casar-se e descasar-se à vontade. TONIA Carreiros ia à praia e ficava magoada se não ouvisse fiu-fiu. RUBEM Braga dava-se tanto com velhos ratos-de-praia quanto com colegiais de uniforme. Paulo FRANCIS era amigo de ARDUINO Colasanti. LEILA Diniz servia de baby-sitter dos filhos das amigas (...). As mulheres eram lindas, ousadas; os rapazes, atléticos e bronzeados. O mar era cristalino, a paisagem, um escândalo e o sol brilhava o ano inteiro.*”<sup>41</sup>

### *I.1) História das Mulheres e Cultura Política:*

#### *Eu, Mulher. Eu, mãe-dona-de-casa.*

Nesse ambiente de efervescência cultural, política e social, que Ipanema representava ao primeiro olhar e por isso, vista como origem de grandes convulsões de questionamentos e quebras de paradigmas, assistiu-se, nos anos 60, a formação de um dos grupos femininos de intensa força conservadora da época no Rio de Janeiro, a Campanha da Mulher pela Democracia, CAMDE. Como apresentado em nossa Introdução.

Surgiram de forma inusitada, espetacular e surpreendente, como afirma Solange Simões<sup>42</sup>, “mulheres-dona-de-casa-brasileira” que anunciaram sua disposição para deixar a “proteção do lar” e se lançarem às ruas e praças públicas em campanhas de manifestações políticas.

---

<sup>41</sup> CASTRO, Ruy, 1948. *Ela é carioca. Uma enciclopédia de Ipanema/ Ruy Castro.* – São Paulo: Companhia das Letras, 1999. Introdução, pág.: 11/12.

<sup>42</sup> SIMÕES, Solange de Deus. “Deus, Pátria e Família: As Mulheres que participaram do golpe de 1964” Solange de Deus Simões. – Petrópolis, Vozes. 1985.

Uma destas Mulheres foi dona Eudóxia Ribeiro, que em seu livro de Memórias, “Voltando no Tempo”<sup>43</sup> faz uma retrospectiva de sua infância e juventude e nos conta ser paulistana por nascimento, era neta por parte de pai de Joaquim Lopes Lebre<sup>44</sup>, o conde São Joaquim, português que decidiu emigrar para São Paulo, onde enriqueceu rapidamente como comerciante e casou-se com Rita Proust de Camargo, bisneta de um membro da família Proust que viera junto com o príncipe Nassau.

Seu avô, antes de morrer, deixou uma considerável riqueza em terrenos, a exemplo disto foi a construção do Teatro Municipal de São Paulo sobre suas possessões, bem como parte do Vale de Anhangabaú e Rua da Liberdade, onde possuía vários terrenos.

Por parte de mãe, era Neta do senador Alfredo Ellis, e tinha pelo lado da família materna herança da família Cunha Bueno Ellis, mas o grande tronco da família era Amador Bueno da Veiga<sup>45</sup>, que teve cinco filhos e cuja árvore Genealógica pode ser encontrada no livro “O Cabo Maior dos Paulistas na Guerra dos Emboabas”<sup>46</sup>, descobriu-se assim que tanto Eudóxia como Bento, seu esposo, descendiam do mesmo tronco.

Alfredo Ellis, nascido em São Paulo, no dia 19 de março de 1850, foi um médico e político brasileiro. Casou com a sua prima, filha de Francisco da Cunha Bueno. Republicano histórico do Partido Republicano Paulista, foi deputado federal e senador durante a República Velha, assumindo posição em defesa da lavoura e do desenvolvimento da cafeicultura. A Cia. Cunha Bueno & Ellis, do senador Alfredo Ellis e do seu sogro e sócio Visconde da Cunha Bueno, foi a maior produtora do café tipo exportação do Brasil, entre os anos de 1881 e 1918.

---

<sup>43</sup> DANTAS, Eudóxia Ribeiro. “Voltando no tempo”. Rio de Janeiro, 1998.

<sup>44</sup> Joaquim Lopes Lebre, natural de Aguim, concelho de Anadia, em Portugal, nasceu a 18 de Agosto de 1834, sendo seus pais Joaquim Lopes Lebre e D. Bernarda do Coração de Jesus. Embarcou em Lisboa no dia 11 de Fevereiro de 1853, com destino ao Rio de Janeiro, onde se demorou pouco tempo, partindo em seguida para a capital da província de S. Paulo, onde encetou e seguiu a carreira comercial. Joaquim Lopes Lebre foi agraciado pelo rei de Portugal em carta régia de 28 de Novembro de 1879 com o título de Barão de S. Joaquim, e em 22 de Março de 1881 elevado à dignidade de Visconde do mesmo nome. <http://www.museu-emigrantes.org/docs/titulados/Joaquim%20Lopes%20Lebre.pdf>  
Acesso em 26/08/2015

<sup>45</sup> Descendente de bandeirantes e sertanistas brasileiros. Era bisneto de Amador Bueno, o "Aclamado". Silva Leme o estuda no volume III, página 203 de seu livro Genealogia Paulistana. Foi por sua vez, ascendente de figuras importantes de São Paulo e do Brasil. <http://www.geni.com/projects/Os-Bandeirantes/8058> Acessado em 22/05/2014.

<sup>46</sup> LEITE, Aureliano. “O Cabo Maior dos Paulistas na Guerra dos Emboabas”. Ed.: Martins, ano 1942. Cópia na biblioteca do Instituto Histórico e Geográfico, no Rio de Janeiro.

Nossa intenção em apresentar esta herança familiar é mostrar a importante conexão familiar das militantes da CAMDE junto ao deputado Cunha Bueno que, em 1964 convocou a Marcha da Família para com Deus em São Paulo como citado no capítulo introdutório desta dissertação, e que será mais debatido no último capítulo desta dissertação.

Continuando Dona Eudóxia, em sua juventude, na Av. Paulista, residia em uma enorme casa de estilo clássico, rodeada de árvores. Dez grandes quartos e cinco banheiros; fora quartos de dormir e de vestir. E assim, para ela, sua família gozava de muito luxo. No advento da crise de 29, relata que a cidade de São Paulo sofreu com as consequências da diminuição das vendas do café, à época conhecido como ouro negro.

Seu pai era industrial, fabricante de artigos de arame e fornecedor dos fazendeiros, logo, nesta situação, também sentiu a crise. Assim, segundo Eudóxia, venderam a casa da Av. Paulista, carros e foram viver na casa da rua da Liberdade. Após a morte de sua avó, Sebastiana, sua prima Beatriz voltou para o Rio de Janeiro com a irmã mais velha. Sendo convidada por elas, Dona Eudóxia também veio para o Rio, morando cinco meses em **Ipanema**<sup>47</sup>, numa casa alugada na Rua Maria Quitéria.

Voltando para São Paulo por ocasião da Revolução Paulista de 32, casou-se na igreja São Bento, em dezembro de 32. Em seu livro de memórias, define a si mesma como uma mãe dedicada, amorosa e exagerada. Com as crianças ainda pequenas, Eudóxia, e seu marido, voltam a morar no Rio de Janeiro **em Ipanema**<sup>48</sup>, Rua Barão de Jaguaribe com fundos para a Lagoa, de três quartos, varanda, cozinha pequena, garagem e grande terraço.

Mais tarde passaram a frequentar o Country Club, do qual seu esposo Bento se tornou presidente durante um tempo. Aos seus filhos, forneceu uma educação **Religiosa**<sup>49</sup> no colégio Pedro Antônio Vieira<sup>50</sup>, que tinha como diretor Dr. Décio Werneck<sup>51</sup> e como superintendente D. Tomás<sup>52</sup> da Câmara.

---

<sup>47</sup> **Grifos meus.**

<sup>48</sup> **Grifos meus.**

<sup>49</sup> **Grifos meus.**

<sup>50</sup> Idealizado por Carmen Saavedra, Décio Werneck e Thomaz da Câmara, o Colégio Padre Antonio Vieira tornou-se realidade no dia 1º de setembro de 1940. Afirmando o objetivo comum de criar, no Rio de Janeiro, um colégio para meninos dentro dos princípios cristãos, baseado em modelos pedagógicos, das

Dona Eudóxia e sua família também possuíram uma casa em Petrópolis próxima ao convento carmelita, situando-se em frente a um seminário. Nesta conjuntura, segundo ela, iniciou-se com profundidade no canto gregoriano. Em 1960<sup>53</sup>, veio para Av. Epitácio Pessoa, em **Ipanema**,<sup>54</sup> em frente à Lagoa, para uma casa de dimensões excelentes.

Em seu livro de memória, Dona Eudóxia relata que no ambiente convulsionado da década de 60, orientadas por uma instituição forte e segura, o medo se alastrava entre uma parcela de mulheres que assistiram a graves mudanças no cenário nacional. Assim, a convite do então padre Leovigildo, do General Molina e de sua irmã, professora Amélia Molina Bastos, um grupo de pessoas começaram a se reunir porque se sentiam amedrontadas pelos boatos, já naquela ocasião, de uma suposta tentativa de um regime comunista no Brasil.

Utilizando-nos das análises de Solange Simões, autora supracitada, eis que, numa ação inusitada, fruto da forma em que aquela realidade foi transmitida àquelas Mulheres, nasceu, em de junho 1962, a Campanha da Mulher pela Democracia.

Uma ação inusitada, como propõe esta autora, seja pela condição feminina histórica no Brasil das Mulheres de Direita, nosso foco neste trabalho; seja como

---

escolas inglesas. Em 1951, além do Ensino Fundamental (chamado à época de Ginásio), o colégio passou a oferecer os cursos clássico e científico, o atual Ensino Médio. O nome do colégio se origina de uma homenagem ao Padre Antonio Vieira foi um pensador português no século XVI, que dedicou atuou na evangelização e na defesa dos preceitos cristãos. O que mostra a franca relação com o ideário feminino da década de 60 no Brasil pelas mulheres da CAMDE. Religiosos consideram que sua luta pelos direitos humanos, o respeito à vida e aos valores cristãos o tornam um exemplo a ser seguido pelos educadores de nossa escola e uma referência para os alunos.  
[http://www.educacao.ufjf.br/ppge/teses/Tese\\_Beatriz\\_Boclin.pdf](http://www.educacao.ufjf.br/ppge/teses/Tese_Beatriz_Boclin.pdf). Acesso em 25/05/2015

<sup>51</sup> Décio José de Carvalho Werneck, nascido em Petrópolis, no dia 23 de março de 1910, foi professor e co-fundador do Colégio Padre Antonio Vieira, no Rio de Janeiro. Formou-se em Direito, foi membro do Instituto Histórico de Petrópolis, inspetor federal de Ensino Secundário e fundador da Faculdade de Direito de Petrópolis, da qual foi membro do Conselho Técnico Administrativo e posteriormente do Conselho de Administração. Ao fundar este colégio no Rio de Janeiro, a ideia era a construção de uma escola-modelo. No dia 1 de Setembro de 1940, com Dona Carmen Saavedra e D. Thomaz da Câmara, professor, fundou o Ginásio Padre Antonio Vieira, num prédio alugado na Rua Humaitá, em Botafogo. A escola, que mais tarde se tornou o Colégio Padre Antonio Vieira, começou a funcionar com 20 alunos matriculados no ano de 1941. Dr. Décio Werneck foi diretor do colégio. Com o passar do tempo ocupou-se principalmente com a direção geral e a orientação pedagógica. Após dedicar mais de 32 anos de sua vida ao projeto educativo do colégio, faleceu subitamente, vítima de um mal cardíaco, em plenas funções.

<sup>52</sup> D. Tomás Maria da Câmara nascido em Lisboa, no dia 20 de Novembro de 1889, foi um militar, engenheiro e professor português, co-fundador do Colégio Padre Antônio Vieira, no Rio de Janeiro. Falecido em 1970. Percebemos a conexão com o tradicionalismo militar.

<sup>53</sup> **Grifos meus.**

<sup>54</sup> **Grifos meus.**

inferimos nessa dissertação pelo próprio local de onde partiu esse movimento, no caso, Ipanema, um bairro de onde nasciam práticas culturais de aparente ruptura com os paradigmas da época, como descrito no início deste capítulo.

A julgar pela condição feminina de subordinação aos seus pais e maridos, como será debatido mais a frente, na qual essas mulheres de direita, foco de nossa dissertação, se encontravam, causa no mínimo estranheza o fato dessas mulheres estarem organizadas, e isso era evidenciado, pois não se apresentavam isoladas, e sim, em grupos com estruturas internas bem definidas para direção e quadros.

Neste livro, a narradora aponta que na CAMDE a diretoria e os postos foram preenchidos por aclamação e ficaram assim:

“-Amélia Molina -----Presidente;  
-Céo Pinheiro-----1ª Vice-presidente;  
- Gilda Cortes-----2ª Vice-presidente;  
-Eudóxia Ribeiro-----Relações Publicas;  
-Lúcia Jobim-----Tesoureira;  
- Odette Bouças Siqueira-----Comunicação;  
-Maria Helena Câmara-----Comunicação;  
-Yolanda Montenegro-----Comunicação;  
-Wilma Pook-----1ª Secretária;  
-Yvone Accioly-----2ª Secretária.”<sup>55</sup>

Neste sentido, estas mulheres pareceram ter uma concepção própria de sua atuação transmitida através de objetivos políticos e ideológicos estruturados e motivações explícitas. Assim, sem serem trabalhadores se envolveram com o movimento sindical; não sendo estudantes atuaram junto aos movimentos estudantis secundaristas e universitários e, não exercendo mandatos políticos, atuaram como grupos de pressão junto ao Congresso.

Dona Eudóxia reconhece que sua maior preocupação era o setor estudantil e obteve ajuda do próprio setor, jovens católicos, que frequentemente fizeram visitas a ela

---

<sup>55</sup> DANTAS, Eudóxia Ribeiro. “Voltando no tempo”. Rio de Janeiro, 1998. Pág.: 82.

com avisos, conselhos, e ideias de como frustrar planos da juventude de esquerda. Segundo Dona Eudóxia, ela “tinha apoio de verdadeiros heróis invisíveis”.<sup>56</sup>

Estas mulheres possuíram um grau de organização tão grande que por ocasião das declarações do Presidente João Goulart no Comício da Central do Brasil, Dona Eudóxia, e mais dona Amélia Molina e Lúcia Jobim<sup>57</sup> foram à casa dos principais líderes políticos – os quais ela não revela quais são – para pedir o impeachment do Presidente. Segundo Dona Eudóxia, elas perceberam o movimento como decisivo e de tal maneira que tiveram que precipitar os acontecimentos. Assim, estas mulheres tiveram a ideia de enviar uma proclamação em cadeia para todos os Estados do Brasil, alertando as mulheres sobre o perigo que corriam se o Brasil fosse entregue ao que, para elas, era “o comunismo, cruel, injusto e ateu”.<sup>58</sup>

Estas Mulheres da CAMDE entendiam que essa declaração teve a intenção de que cada mulher que a recebesse, pelo menos enviasse para mais cinco, como se fosse uma corrente e, para Dona Eudóxia foi este evento coordenado o rastilho que inflamou o Brasil e despertou as mulheres para o que supostamente foi na compreensão destas mulheres a defesa de seus lares, filhos e religião. Lúcia Jobim afirma que estas mulheres aderiram à luta contra o “comunismo em defesa de nossos lares e para livrar o país de uma política diferente da nossa”<sup>59</sup>.

Para nós, com base nos fatos narrados por Dona Eudóxia e nas análises dos autores citados no decorrer desta dissertação, fica claro que estes eventos não foram casuais, muito menos inocentes. A possibilidade de mobilização destas mulheres, mediante a credibilidade que possuíam, podia frear este ímpeto revolucionário da esquerda. Além disso, tinha que parecer um clamor social espontâneo e, como debatido no capítulo introdutório, é perceptível a conexão destas mulheres com empresários, militares e Igreja que viam essa nova cultura de esquerda no Brasil como ameaça de seus interesses. Sigamos em frente.

---

<sup>56</sup> DANTAS, Eudóxia Ribeiro. “Voltando no tempo”. Rio de Janeiro, 1998. Sette Letras Pág.: 83.

<sup>57</sup> Paulistana de nascimento, estava fixada no Rio de Janeiro, mais especificamente, em Ipanema quando assumiu o cargo de Tesoureira. ASSIS, Denise. “Propaganda e Cinema: a serviço do golpe de 1962/64”. Rio de Janeiro, Mauad, FAPERJ, 2001.

<sup>58</sup> DANTAS, Eudóxia Ribeiro. “Voltando no tempo”. Rio de Janeiro, 1998. Sette Letras Pág.: 87.

<sup>59</sup> Idem, pág.: 90.

Acreditamos que esse grau organizativo tenha partido da influência que sofreram à época, como o próprio IPES que passou a existir oficialmente em 1961, e seu lançamento foi recebido favoravelmente pelos diversos órgãos da imprensa, tais como Jornal do Brasil, O Globo, o Correio da Manhã e o Última hora. Contou também com beneplácito do conservador Arcebispo do Rio Dom Jayme de Barros Câmara; e assim como as Mulheres da CAMDE se definiram, o IPES também foi instituído como uma agremiação “apartidária” com objetivos essencialmente educacionais e cívicos.

Segundo Dreiffus<sup>60</sup>, o IPES foi orientado por dirigentes de empresas e profissionais liberais aos quais foi atribuída a convicção democrática, como patriotas e não como representantes de alguma classe ou de interesses privados. Assim a direção do IPES contava com a colaboração de professores universitários, técnicos e peritos, dispostos no estudo e na equação de problemas nacionais promovendo a educação cultural, moral e cívica dos indivíduos, mas o lado encoberto estaria avidamente dedicado à manipulação das opiniões e guerra psicológica.

As semelhanças não param por aí. A forma organizativa da CAMDE anteriormente citada em muito se assemelha à forma do IPES. Segundo Dreiffuss, os fundadores do IPES recrutavam um núcleo de cinquenta membros, sendo cada um encarregado de trazer cinco outros, e eles por sua vez, outros cinco.

Após o descrito acima e as similaridades fica clara a influência entre as duas agremiações. Assim, nossas perguntas para este capítulo nos parecem ainda mais necessárias de serem respondidas: Porque esta atuação feminina no Brasil dos anos 60 seria tão inusitada? Porque utilizar destas mulheres de direita como foco na construção de uma opinião pública foi tão necessário? E porque estas mulheres seriam tão credibilizadas?

Para tal entendimento, se faz fulcral resgatar o passado, a história das mulheres brasileiras e a sua passagem do foro privado para o coletivo. Evento difícil, pois, durante muitos anos, as mulheres foram vistas como omissas, ausentes e discriminadas no universo da política, e assim a narrativa histórica tradicional rendeu pouco destaque às mulheres, na medida em que privilegiou a cena pública.

---

<sup>60</sup> DREIFFUSS, Armand René. “1964: A CONQUISTA DO ESTADO. Ação Política, Poder e Golpe de Classe. 4ª edição. Editora Petrópolis 1986.”

De uma maneira geral, os procedimentos dos quais a história é tributária são fruto de uma seleção prévia onde dominou por muito tempo a predileção ao público, ao domínio direto da intervenção do poder e ao campo dos considerados valores verdadeiros. O século XIX distinguiu claramente as esferas pública e privada, cujo agenciamento determina o equilíbrio geral.

Neste cenário, o mundo público, sobretudo o econômico e o político, foi destinado aos homens e, a observação das mulheres de outrora obedeceu a critérios de ordem e de papel determinado. Construiu-se o cenário de sua natureza dócil, pacífica e materna.

Foram nos arquivos privados por excelência como livros de anotação da casa, correspondências familiares, diários íntimos, que as mulheres por muito tempo se expressaram. Sempre em alusão a que sua real aparição no foro público poderia ser uma ofensa à ordem. Surge aí a concepção de que a atuação destas mulheres nas esferas públicas na década de 1960 soava como algo inusitado e até este fato dava credibilidade ao clamor dessas mulheres, porque tinha apelo, pois essas mulheres que sempre atuaram em suas casas, com suas famílias, naquele momento, na contramão do que aprenderam em sua infância em nome da proteção que aquela situação exigia, segundo elas, tiveram a coragem e mais, a necessidade, de se arriscarem irrompendo no foro coletivo.

De certa maneira, por este olhar, os modos de registro das mulheres, por muito tempo, como para esta dissertação, desde o século XIX, estiveram ligados à sua condição, ao seu lugar na família e na sociedade. Um lugar reconstruído sobre uma memória do privado, voltado para a família e para o íntimo. Às mulheres, coube a preservação dos costumes, das histórias de família, dos álbuns, da rememoração dos mortos em períodos de guerra.

As mulheres foram elementos constitutivos da nova aventura de contar a história dos humildes relatos de vida arrancados de pessoas comuns, que teve como marco a historiografia francesa da década de 1970. Tornar visível, acumular dados, instituir lugares de memória, foram preocupações de uma história das mulheres em pleno desenvolvimento. Observou-se deste processo, que as práticas socioculturais em ação na tripla operação que constitui a memória – acumulação primitiva, rememoração, ordenamento do relato – estão imbricadas com as relações masculinas / femininas reais e, como elas, são produto da história.

Os laços matrimoniais, fator primordial, condicionaram o caso das mulheres do século XIX e durante pelo menos a primeira metade do século XX, a relação com o mercado de trabalho. Fato que ainda hoje em nossa sociedade contemporânea demarca ocupações e funções diferenciadas entre os sexos.

Em nossa busca pela compreensão das causalidades em usar essas Mulheres na mobilização da opinião pública nos anos 60 no Brasil, nos utilizamos da ideia de que as mulheres tinham o “verdadeiro” poder, mesmo que legalmente estas ocupem uma posição muito inferior, muito difundida na Europa com foco na França. Segundo Michelle Perrot,<sup>61</sup> nas classes inferiores, a mulher é não somente superior ao homem, como é ela quem governa sempre.

Este poder das mulheres está ligado à Natureza e aos costumes; pertence à imagem da força da mãe reprodutora. Para Louis-Aimé Martin<sup>62</sup>, o poder dos costumes cabe a elas, sobretudo às mães, que seguram os destinos dos gêneros humanos, e assim se sobrepõem aos mais fortes domínios das leis.

Entre os católicos inflexíveis contra o mundo moderno, o chamado constante das mulheres para seus deveres de guardiãs da ordem patriarcal é o mais forte. As mulheres deviam renunciar, obedecer e consentir com sua própria sujeição. Mas elas não foram somente vítimas ou sujeitos passivos. Utilizando os espaços e as atividades que lhes era permitido e autorizado, elas elaboraram, às vezes, contrapoderes que podiam subverter os papéis aparentes.

Logo, a organização do cotidiano foi por muito tempo o grande teatro da vida das mulheres e a base de seu poder, o local de seu trabalho, de seus sofrimentos, mas também de seus prazeres. Pois, se a massa das mulheres aceita o seu papel, encontra nele a justificativa e frequentemente felicidade, sentido de sua existência e até mesmo sentimento de superioridade em relação às independentes que recusam a sujeição ao casamento, o destino mais comum, não é unicamente pela força das coisas.

---

<sup>61</sup> PERROT, Michelle. “As Mulheres ou os silêncios da história”, tradução Viviane Ribeiro. Bauru, SP. EDUSC, 2005.

<sup>62</sup> MARTIN, L.A. De l'éducation des meres da famille ou da la civilization du genre humnais par les femmes. Paris: Gosselin 1834. Apud. Michelle Perrot.

Essas mulheres em suas áreas domésticas encararam sua posição como gestoras econômicas do lar, as burguesas geriram o que seus maridos lhes davam para o funcionamento da casa cuja contabilidade lhes é atribuída; exerceram poderes de delegados e compensadores, sobre seus subordinados: ascendentes, filhos repreendidos, empregadas domésticas, enfim, mulheres governadas por outras mulheres, o que coloca em questão a relação sexo/classe.

Neste cenário de poder e controle do foro privado, expandido ao foro público por ações sociais e filantrópicas, as mulheres ratificaram sua exclusão por seu desinteresse ou pela desvalorização das questões públicas ou da política. Elas investiram suas energias na construção de uma esfera privada autônoma, geralmente alegre, que dava coerência à sua vida, que elas formavam em um sistema de valores que seriam fundamento de uma cultura feminina e de uma consciência de gênero. Com isso, elas edificaram um poder social assumindo a missão moral da qual a filantropia foi a forma mais corrente.

Assim, convém limitar o poder destas mulheres, conter sua influência, mas também usar o seu imenso potencial não somente para o domínio doméstico, mas cada vez mais no plano social, pela filantropia e, depois, no trabalho social. Daí deriva toda a instrumentalização jurídica, educativa e uma organização racional da sociedade do qual a teoria das esferas (pública/privada) é uma das formas mais elaboradas; bem como o esforço como cultura de Estado da absorção destes agentes históricos mediante a construção de códigos de identidade, como nos mais diversos governos autoritários.

Quando analisamos a década de 60 no Brasil, nos anos que antecederam a crise política e a queda de Jango, setores sociais perceberam este imenso potencial feminino, e assim, para estas mulheres foram ministradas aulas sobre teoria comunista, da qual as mesmas reconhecem não faziam a menor ideia e que a função destas aulas era “*esclarecer sobre a insídia e a traição que estavam ocorrendo sob seus olhos*”<sup>63</sup>. Na Casa da Nossa Senhora da Paz, faziam reuniões semanais em um auditório com cerca de trezentos lugares, onde eram convidadas personalidades para fazer conferências como os economistas Roberto Campos<sup>64</sup> e Mário Henrique Simonsen<sup>65</sup>; pensadores católicos

---

<sup>63</sup> DANTAS, Eudóxia Ribeiro. “Voltando no tempo”. Rio de Janeiro, Sette Letras, 1998. Pág 83.

<sup>64</sup> Roberto de Oliveira Campos nascido em Cuiabá, no dia 17 de abril de 1917, foi um economista, diplomata e político brasileiro. Ocupou os cargos de deputado

como Gustavo Corção<sup>66</sup> e Plínio Correia de Oliveira. Todos pensadores e autores de formação conservadora e autoritária.

Mobilizar estas mulheres para a causa política, como forma de conter o avanço da esquerdização, era usar ao mesmo tempo a imagem de mães-donas-de-casa vistas como o galardão da família em uma sociedade de caráter **religioso**.<sup>67</sup>

E aí estaria um ponto fulcral da análise das ditaduras na América Latina, o caráter religioso que o sistema assume. Com base na obra de Rojas<sup>68</sup>, as sociedades ocidentais são formadas na concepção cristã sobre o homem e a sociedade, assim, as ditaduras sejam a brasileira, a argentina, a uruguaia e outras, se declaram defensoras da civilização cristã e ocidental. Para Rojas, por cultura ocidental entende-se aquela cujos valores fundamentais são integrantes da herança religiosa e moral do cristianismo.

Assim, acreditamos ter respondido a pergunta sobre a credibilidade destas mulheres que tinham sua imagem construída na formação conservadora que lhes atribuiu o ideário de dócil, feminina, mãe, carinhosa, defensora do lar.

Neste caminho, Dona Eudóxia destaca que a casa de uma das diretoras da CAMDE serviu de quartel ao General Castello Branco que - ainda na clandestinidade - comandava a “contrarrevolução”. Para Eudóxia, a revolução comunista já estava no poder

---

federal, senador e ministro do Planejamento no governo de Castello Branco.  
<https://epistemothecabrasilienses.wordpress.com/category/roberto-campos/>  
Acessado em 23/04/2014.

<sup>65</sup> Mário Henrique Simonsen nascido no Rio de Janeiro, no dia 19 de fevereiro de 1935, foi um engenheiro, economista, professor (Catedrático em Econometria) e banqueiro brasileiro. Foi Ministro da Fazenda do Brasil durante o governo de Ernesto Geisel, entre 16 de março de 1974 e 15 de março de 1979, e Ministro do Planejamento no governo Figueiredo. Antes disso, havia sido Presidente do Banco Central no governo Castelo Branco, nos idos de 1960.  
[http://www.ricardoorlandini.net/hoje\\_historia/ver/15440/morre\\_mario\\_henrique\\_simonsen\\_matematico\\_e\\_um\\_dos\\_mais\\_renomados\\_economistas\\_brasileiros\\_de\\_todos\\_os\\_tempos\\_foi\\_ministro\\_da\\_fazenda\\_e\\_do\\_planejamento\\_no\\_regime\\_militar\\_e\\_diretor\\_de\\_pos\\_graduacao\\_da\\_fundacao\\_getulio\\_vargas](http://www.ricardoorlandini.net/hoje_historia/ver/15440/morre_mario_henrique_simonsen_matematico_e_um_dos_mais_renomados_economistas_brasileiros_de_todos_os_tempos_foi_ministro_da_fazenda_e_do_planejamento_no_regime_militar_e_diretor_de_pos_graduacao_da_fundacao_getulio_vargas)  
Acessado em 23/04/64.

<sup>66</sup> Gustavo Corção, nascido no Rio de Janeiro, no dia 17 de dezembro de 1896, foi um escritor e pensador católico brasileiro, autor de diversos livros sobre política e conduta, além de um romance. Foi membro da antiga União Democrática Nacional e um expoente do pensamento conservador no Brasil.  
<http://www.nebli.com.br/sobencomenda/ensaio/tres-alqueires-e-uma-vaca/1165/?pagina=1&autor=651&a=1>  
Acessado em 23/04/64.

<sup>67</sup> **Grifos meus.**

<sup>68</sup> ROJAS MIX, Miguel. “El Dios de Pinochet: Economía del fascismo iberoamericano- 1ª Ed.: Buenos Aires. Prometeo Libros, 2007.

dentro do governo Jango. Na leitura de seu livro de memórias, percebemos com clareza a necessidade de cooptar mulheres à ação como forma de convencimento da opinião pública e derrubada de Jango, em consonância com a imagem da mãe-dona-de-casa-brasileira construída no seio de uma sociedade conservadora católica.

Dona Eudóxia afirma que, nos acontecimentos que antecederam ao golpe e que culminariam na vitória das forças de conservação, estas mulheres tiveram pela primeira vez na história parte ativa no que consideravam sucesso do país. Entendiam que o povo estava intranquilo e as forças armadas descontentes com a situação que antecedia a madrugada de 31 de março. Desta forma, entidades cívicas femininas, com o apoio das associações de classe empresariais, motivaram o que chamaram de contrarrevolução.

Na década de 60, em consonância com este ideário construído ao longo de anos, como descrito nos parágrafos anteriores, a ação feminina no foro público surge da filantropia, nas favelas, onde estas mulheres consideravam ponto especial de ataque da propaganda vermelha, se aproveitaram desse imaginário e formaram unidades da CAMDE.

De uma delas, a Rocinha, surgiu um pedido de socorro à Dona Amelinha, segundo o Coronel de Infantaria e Estado-Maior Paulo Ricardo da Rocha Paiva:

“Este lugar aqui—disse a mulher —está cheio de comunistas. Eles dizem que querem ensinar a gente a ler e escrever, e trazem divertimentos para nós. Mas os únicos livros que usam são cartilhas cubanas, as únicas fitas que passam são de guerrilheiros cubanos”.<sup>69</sup>

Imediatamente formou-se uma célula na Rocinha, centralizada na casa dessa lavadeira. Foram organizadas classes de alfabetização e forneceram livros e sapatos. (ANEXO II PE.0.0.8/33). Segundo Dona Eudóxia, de 1962 até 1964, abriram nos mais diversos bairros do Rio de Janeiro e subúrbios cursos de pedreiros, pintores, costura e tricô.

Rita, sua irmã, foi a grande organizadora deste setor sob a liderança de Dulce Holzmeister, obtendo a confiança dos moradores. Realizaram inclusive uma missa piedosa na Igreja de Nossa Senhora da Paz em agradecimento à contrarrevolução de 64,

---

<sup>69</sup> <http://www.militar.com.br/Amagnificaesposadogenera>. Acessado em 22/05/2015. Hoje está fora do ar.

proferindo a frase “*Livramo-nos dos agitadores comunistas!*”<sup>70</sup> Cabe ressaltar, que essas ações femininas serão melhor apresentadas no capítulo II, desta dissertação.

Mulheres como fomento da regeneração da humanidade não é de se surpreender que este modelo tenha raízes e influências fortemente religiosas. Assim, as mulheres souberam apossar-se dos espaços que lhes foram deixados para desenvolver sua influência junto às portas do poder. As práticas de caridade, tradicional dever cristão, conduziram as mulheres para fora de suas casas: visitando pobres e doentes. Na medida em que os problemas sociais se apresentam, estas aparecem com a solução e o desenvolvimento de bons hábitos, assumindo a situação material e moral dos mais desfavorecidos.

No entanto, a filantropia constituiu, para as mulheres, uma experiência não negligenciável que modificou sua percepção do mundo, seu sentido de si mesmas e, até certo ponto, sua inserção pública. Visitas em domicílio, destinadas a localizar os “bons pobres” tornam-se cada vez mais exigentes.

Dona Eudóxia afirma que nessa conjuntura da década de 60 no Brasil e suposta vitória da Contrarrevolução, D. José, vigário do Rio de Janeiro, pediu uma audiência, e ela e Dona Yolanda Teixeira compareceram. Na chegada à Igreja Nossa Senhora de Copacabana, encontraram na porta um grupo conhecido de agitadores esperando para também ter uma audiência com o Vigário.

Ao término da audiência, Eudóxia sugeriu que, se fosse intenção do Vigário ajudar os estudantes, que ela indicaria rapazes sérios e não agitadores como aqueles que, se utilizariam de sua batina como capa para atuações políticas de esquerda. E termina concluindo que “*a gravidade do momento não permitia uma omissão (...) que diria sempre a verdade quando evidente*”<sup>71</sup>.

Desta maneira, percebe-se que estas mulheres rompiam com o isolamento e apareciam organizadas e dispostas à luta, mas sem, no entanto, romper com o tradicional “ser passivo feminino” no acontecer político. Nas agremiações que participavam, exerciam funções essencialmente em departamentos femininos com funções “tipicamente femininas”, como preparar festas, e campanhas de arrecadação de fundos, sem a

---

<sup>70</sup> DANTAS, Eudóxia Ribeiro. “Voltando no tempo”. Rio de Janeiro, 1998. Sete Letras. Pág 86.

<sup>71</sup> DANTAS, Eudóxia Ribeiro. “Voltando no tempo”. Rio de Janeiro, 1998. Pág 87.

preocupação das mulheres nos partidos ou política, ou ainda com reivindicações tipicamente femininas.

A própria Eudóxia, quando se refere ao seu esposo Bento, afirma que apesar de ser uma mulher de espírito independente, sempre o aceitou como chefe, e nunca se arrependeu disso, pois Bento foi para ela um dos poucos homens de alma realmente transparente, nos erros e acertos, demonstrando assim, força e coragem.

Com essa saída da mulher do foro privado para o coletivo através da defesa dos bons costumes e do controle das desigualdades por meio da filantropia; bem como, a gestão privada da questão social, sendo-lhes destinados os setores como crianças, doentes e pobres, como tributárias de uma Revolução Francesa que reconhece uma mulher civil e não cívica, as ações das mulheres, passaram a estar associadas à condição matrimonial e ao poder do pai.

É perceptível como descrito no 5º parágrafo da página 37, a importância do ato de ensinar como mola propulsora que antecede à ação. Desta forma, na História da Instrução Feminina no Brasil, a educação apareceu durante muito tempo como condição ímpar para se fazer mulheres adaptadas as suas tarefas naturais e, sendo assim, era privada, questão familiar e maternal, questão das Igrejas. Os vínculos entre mulheres e religião são antigos, poderosos e ambivalentes. Sujeição e liberação, opressão e poder estão ali imbricados de maneira quase indissolúvel.

Nesse processo de saída do foro privado para o coletivo ocorrido no século XIX, teve papel relevante a educação, mesmo que, no entanto, o acesso a ela não tenha sido facilitado, faz-se necessário para nosso trabalho a reflexão sobre ela. Em uma sociedade do oitocentos, de base agrária, latifundiária, agitada por lutas de independência, da afirmação territorial e da identidade nacional, com temáticas ainda em voga como a abolição da escravidão, a instrução era proibitiva aos escravos, por força da lei. Cerceadora a parcelas de homens livres, por inócua à situação de classe e necessidades de trabalho, era adequada aos demais, pela predominância da orientação que assumiu voltada à formação do mando, à base das humanidades.

Era inexpressiva, no setor público, a tendência para a criação de colégios, escolas e Liceus de artes, voltados para o trabalho. Diogo Velho Cavalcanti Albuquerque, diretor da Instrução Pública em 1861, faz severas críticas a esta educação, classificando

os liceus como literário e sem objetividade, com ausência do ensino agrícola, mercantil e industrial como uma lacuna de impacto negativo para a produção e a riqueza da província.

Nos liceus, existia a orientação de que as professoras ensinassem para as meninas o mesmo programa de aulas sugerido para os meninos, porém suavizando parte dos estudos como a eliminação das noções de Geometria e as noções de Aritmética. Os estudos para as meninas deveriam conter as prendas que dizem respeito à economia doméstica. Para garantir que isso acontecesse, durante a realização dos exames de admissão das professoras eram chamadas matronas peritas em prendas domésticas.

Nos documentos datados de meados do século XIX, existe uma ênfase no direcionamento de que a educação era para os meninos, inclusive a escola primária foi por muito tempo organizada de acordo com a idade dos meninos.

Nesta caminhada, tem papel único e, de relevante importância, as Escolas Normais que, silenciosas, mas profundamente, arrancaram as mulheres de seu enclausuramento, elevando-as, instruindo-as e delas fazendo as primeiras professoras do Brasil. Além disso, ofereceram-lhes oportunidade de serem úteis ao próximo, de se realizarem, de trabalharem fora, capacitaram-na a melhor educar seus próprios filhos e deram-lhes, pela primeira vez, instrução de grau médio, fato jamais acontecido no Brasil, ainda mais de maneira oficial e sistemática.

Na educação particular, mesmo que limitada e discriminada, se fazia nas “escolas para meninas” católicas que propunham a valorização do papel de mãe e de dona-de-casa e destinavam as moças para as atividades tipicamente femininas. O mito da “normalista” e da “professora primária” disseminou-se entre as moças das classes médias brasileiras, mesmo quando em 1930, como veremos mais à frente, as mulheres conquistaram um número maior de vagas até nas Universidades, elas se voltaram essencialmente para carreiras femininas.

Assim, dar às mulheres uma melhor capacidade de educar os próprios filhos, foi na prática ensiná-las a se dedicar, a se entregar à família com uma posição de destaque e honra. Esta vivência social foi inconcebível sem as representações do imaginário, pois estes tornam aceitáveis e assimiláveis aspectos da realidade conferindo coesão e identidade às mulheres que percorreram este caminho.

Em 1835, fundou-se a primeira de nossas Escolas Normais, em Niterói, e, em 1842, a da Bahia. A Província de São Paulo, considerada a primeira em instrução, estabeleceu, em 1846, sua primeira Escola Normal, instalada em 1847. Na Província de Minas Gerais já em 1835, lutou-se pela consecução de uma Escola Normal, seguindo para um fenômeno que se repete pelo território nacional.

Longe de ser o foco desta dissertação, nesse momento de expansão das Escolas Normais no Brasil, percebemos que em meados de 1845, o Império Brasileiro se modernizou e se esforçou para sincronizar sua atividade com a do mundo capitalista contemporâneo.

Foi neste contexto que a intelectualidade brasileira constituiu-se pelos herdeiros e representantes de uma incipiente burguesia de comerciantes ou burocratas, que advinham das aglomerações urbanas e que devido às transformações vividas pelo império ganhavam expressão. Estes novos grupos ingressaram nas faculdades de Direito do País e nas Escolas Técnicas, a Central e a Militar, nos casos dos que não possuíam grandes quantias para o financiamento de longos anos de estudo.

Com o passar dos anos e com o surgimento destes grupos, ficaram cada vez mais visíveis os antagonismos entre o “agrarismo latifundiário e o nascente industrialismo em marcha para a Indústria”<sup>72</sup> revigorando os sentimentos democráticos adormecidos pelo poder dos latifundiários. É nessa época que vai ressoar no Brasil novas correntes filosóficas europeias, como o Positivismo.

Deste modo, a segunda metade do século XIX foi marcada pelo antagonismo não apenas econômico supracitado, mas também pela simpatia às novas ideias postas em circulação devido à modernização vivida pelo Império.

Nas Escolas Normais, o positivismo apareceu em meados do século XIX no Norte, nas referências que Tobias Barreto<sup>73</sup> faz, em seus artigos, ao nome de Comte indo na contramão da educação particular católica. Daí o seu parentesco em termos de compromisso político muito próximo com os compromissos políticos da história factual.

---

<sup>72</sup> COSTA, Cruz. “Contribuição à história das ideias no Brasil”. Ed. Civilização Brasileira S.A. 1967.

<sup>73</sup> Tobias Barreto de Meneses, nascido em Vila de Campos do Rio Real (atual cidade de Tobias Barreto, Sergipe), no dia 7 de junho de 1839, foi um filósofo, poeta, crítico e jurista brasileiro e fervoroso integrante da Escola do Recife, um movimento filosófico de grande força calcado no monismo e evolucionismo europeu. <http://www.escritas.org/pt/biografia/tobias-barreto> Acessado em 23/05/2015.

Tanto na sua versão autoritária (Comte) quanto na versão liberal (Spencer), o positivismo está a serviço do conservadorismo e da reação.

Neste caminho, em 1870 a nova burguesia assumiu papel de importância no setor intelectual. É desse grupo composto por militares, médicos e engenheiros que surgiu o movimento positivista do Brasil. Aderiram a este movimento homens desiludidos do ecletismo espiritualista que se voltaram para a ciência e que nela acreditaram encontrar respostas satisfatórias ou soluções definitivas para os problemas, bem como antagonismo entre crenças religiosas tradicionais e tendências republicanas.

Destaca-se Teixeira Mendes, neste momento, que afirma:

“Em fins de 1874, se consumara a ruína das minhas crenças teológicas. Para esse resultado concorreram motivos diversos que seria inútil especificar aqui, bastando-me assinalar dois pontos. Em primeiro lugar, foi o antagonismo entre a Igreja Católica e as minhas aspirações republicanas, fator preponderante de minha emancipação intelectual. (...) Secundariamente influi para o mesmo fim a leitura de algumas páginas dos Primeiros Princípios de Herbert Spencer”<sup>74</sup>

Fica clara a oposição entre Igreja Católica e Positivismo nos anos finais do Império e iniciais da República. Numa retrospectiva da formação republicana no Brasil, os militares influenciados pelo Positivismo eram vistos como anticlericais; e em um estudo sobre o positivismo, este conflito com a Igreja ultrapassa o escopo militar e passa a ser percebido nas diferenças entre grandes intelectuais da época, como Sylvio Romero, que era positivista heterodoxo e fez crítica ao Positivismo, bem como ao “reinado teológico” e ao espiritualismo; além de outros grandes nomes como Euclides da Cunha, de formação militar, em ciências exatas, biólogo e geólogo, foi o representante da transição do paradigma racial.

Ocorreu, assim, a correlação entre um clero desmoralizado ou cético ao modelo político monárquico, somando ao ideal republicano uma revolta muito mais contra uma hipocrisia política do que de fato um espírito verdadeiramente democrático. Para essa nova burguesia da segunda metade do XIX, foi muito mais importante introduzir a sua

---

<sup>74</sup> Miguel Lemos e Teixeira Mendes, *idem*, págs.18-19.

ordem e a sua concepção de progresso, o que determinou uma série de adesões ao positivismo.

Na Obra “Exílio e luta no Brasil oitocentista”, a historiadora Gizlene Neder analisa a interlocução entre religiosidade e direito no Brasil a partir da análise do casamento visto como um sacramento irredutível na perspectiva do direito canônico. Assim, destacamos:

“Foi o que aconteceu com Catarina Scheid, imigrante de origem alemã, residente em Petrópolis que, tendo se casado na igreja evangélica com um português católico foi abandonada por ele. Ao reclamar seus direitos, junto às autoridades eclesiais, constatou a nulidade de seu casamento, o que motivou uma reclamação diplomática.”<sup>75</sup>

A autora nos mostra a luta contra o obscurantismo político religioso, trabalhando o conflito entre os católicos ultramontanos – extremamente fortes no período de análise de Gizlene – e os católicos Ilustrados – com nomes expressivos como Joaquim Nabuco, Nabuco de Araújo, Tavares Bastos – que defendiam a solução jurídica no campo do Direito Civil. E não negou a importância dos protestantes neste horizonte de contestação ao governo imperial.

No entanto, a formação política brasileira nos anos iniciais da república, apesar do grande esforço dos positivistas, não rompeu com a religiosidade a níveis comparáveis com o ocorrido na Revolução Francesa. Além de toda a tradição de formação da cultura ocidental baseada no cristianismo, a Igreja imprimiu uma reforma em 1896, com a Rerum Novarum e a figura do papa Leão XIII, característica da 3ª Escolástica, que representou a negação do conflito interno na Igreja entre Jansenismo e Jesuitismo, consolidando o poder religioso e inserindo o caráter social nos debates da Igreja com a Doutrina Social da Igreja, sendo assim a origem da solidariedade. Neste sentido, pós-Papa Leão XIII, o liberalismo pode estar aliado à religiosidade.

---

<sup>75</sup> Neder, Gizlene. “Exílio e Luto no Brasil oitocentista.” pág.: 4.  
[http://www.psicopatologiafundamental.org/uploads/files/iii\\_congresso/temas\\_livres/exilio\\_e\\_luto\\_no\\_brasil\\_oitocentista.pdf](http://www.psicopatologiafundamental.org/uploads/files/iii_congresso/temas_livres/exilio_e_luto_no_brasil_oitocentista.pdf)  
Acessado em 23/05/2015.

Cabe destacar que, apesar da absorção pelo império do constitucionalismo e do liberalismo, o mesmo manteve o padroado, uma das instituições coloniais mais antigas, determinando a existência de uma nação católica, limitando a liberdade religiosa. Assim, o Clero no Brasil foi considerado funcionário público e teve em suas mãos o controle sobre nascimentos, casamentos e cemitérios.

Assim, a partir de reformas que foram estabelecidas pelo Papado, o pessimismo religioso característico dos anos anteriores foi substituído ainda na primeira República pela crença em uma Igreja Reformada. o que levou o poder religioso a se fortalecer, reduzindo o crescimento do Positivismo. A igreja aliou-se, então, ao projeto agrarista dos latifundiários adormecendo os ideais Positivistas, ao enfraquecer os conflitos internos da religiosidade, de forma a garantir o monopólio político das oligarquias, no bojo das ideias religiosas, até pelo menos meados da década de 1920.

Na década de 30, o cenário nacional e internacional foi de incrível instabilidade econômica derivada da Crise de 29. Na América Latina, bem como pelo mundo, explodiram movimentos sociais que levaram a mudança da ordem vigente. E o Brasil não estava fora deste grupo.

Foi neste caminho, nos anos 30 e 40, que no Brasil ocorreu a chegada ao poder de um herdeiro do Positivismo, filho de caudilhos no Sul, Getúlio Vargas. Vale lembrarmos que, para Augusto Comte desde 1847, somente a adoção de uma política ditatorial, sem tardança, poderia evitar as terríveis lutas sociais vindouras e que só o ascendente oportuno do Positivismo teria força para impedi-las de maneira irrevogável.

Além disso, segundo Rojas, o conceito de civilização cristã ocidental tem condições principais como a capacidade de gerar unidade particularmente entre os liberais e os conservadores, como veremos mais a frente, e sua defesa justifica os ataques contra a democracia e o socialismo. Assim, essa união significava aos Liberais renunciar ao anticlericalismo e para os conservadores representava aceitar o capitalismo, aceitando o caráter ideológico liberal.

Favorecido pela insatisfação de grupos alijados do poder há anos e pela inexistência de um projeto suficientemente sólido do agrarismo latifundiário paulista, para conter a convulsão social que se apresentava, os anos Vargas representaram a perda de poder político desses latifúndios.

Nesta convulsão econômica, surge o projeto industrialista nos anos Vargas (1930/45) e continuada na chamada República Democrática (1946/64), cujo expoente deste processo industrial será JK, fortalecendo um grupo de empresários e capitalistas que se tornam a intelectualidade do período e os representantes oficiais da nova burguesia.

Neste cenário, num processo similar ao transcorrido nos anos finais do império, cresce o poderio econômico de um novo grupo de burgueses, a burguesia paulistana como polo industrial. No entanto, os paulistas ainda não haviam recuperado o monopólio político dos anos de República Oligárquica destituídos pela Era Vargas.

Eudóxia, paulistana em sua origem, relata em suas memórias, que Vargas, em 1930, quando da vitória de Júlio Prestes, inconformado com a vitória de mais um paulista para a presidência, acabou por liderar, como caudilho que era, uma cavalgada que partiria do Rio Grande do Sul até a capital, Rio de Janeiro. Afirma, dessa forma, que foi derrubado o mais “probo e honrado”<sup>76</sup> presidente em exercício, Washington Luís, representando um desrespeito à Constituição. Fato que nunca foi tolerado pelos Paulistas.

Neste episódio, Eudóxia estava no Rio de Janeiro, mas imediatamente seu pai teria providenciado uma passagem para seu retorno à São Paulo, que encontrou fervendo no Levante Constitucionalista de 32. Desta forma, ocorreria ali diante de seus olhos uma grande organização conclamada pela aliança entre homens, mulheres, bem como a indústria.

Seus irmãos, Joaquim e Silvio, se alistaram e lutaram um no Sul e outro no Norte. Além deles, também participam os filhos das consideradas melhores famílias de São Paulo. Eles carregavam em seu peito o orgulho de serem herdeiros do bandeirantismo, fenômeno que no passado histórico, teria sido o grande responsável pela demarcação das fronteiras que deram a dimensão atual do país.

Foi nessa conjuntura de Revolução Paulista de 32 que Eudóxia conheceu aquele que veio a ser seu noivo, quando com as estradas repletas de tropas, e a proibição de passagem pelos civis, Bento veio do Rio de Janeiro para vê-la.

Não obstante, em 1937, Vargas deu mais um golpe se tornando um ditador, criando uma lama de corrupção e demagogia, na visão dos Paulistas. Afirma Dona

---

<sup>76</sup> DANTAS, Eudóxia Ribeiro. “Voltando no tempo”. Rio de Janeiro, 1998. Pág 87.

Eudóxia que “tarde demais foi denunciada por Lacerda. Até hoje sofremos por causa desta lama.”<sup>77</sup>

Eudóxia ainda destaca a grande influência que sofreu de seu tio Alfredo que distinguiu-se na Universidade de São Paulo, tornando-se professor catedrático de História do Brasil. Quando aposentado, teria ingressado na política tornando-se deputado por São Paulo. Era considerada sua sobrinha predileta e quando vinha à sua casa, no Rio, conversavam muito e lhe ensinava patriotismo e amor exaltado por São Paulo.

Apesar da oposição Paulista a Vargas, caracterizada dentre muitos episódios na Revolução Constitucionalista de 32, ele conseguiu manter seu governo ao construir uma forte cultura política que resgatava códigos de representatividade intrinsecamente arraigados em nossa sociedade, como a religiosidade.

Desta forma, Vargas recuperou o passado religioso, estabelecendo conexões com o mundo católico, via educação, vide a Reforma de Capanema, mantendo todo este histórico de passado católico da sociedade brasileira. Esta aparente aliança entre o dogmatismo tradicional católico e políticas positivistas, estabelecida por Vargas, foi representada, dentre alguns fatores, devido ao fato da modernização intelectual, proposta pelo Positivismo, ser dentro de uma ordem moral que continuaria ligada aos valores tradicionais, como família.

Na carta papal de 1930, fica claro, segundo a Igreja, que a autoridade de chefe da família é um atributo de Deus, e a mulher está por desígnios divinos, sob essa autoridade, estabelecendo assim a relação de autoridade que vem de Deus para o Pai, e daí para o marido.

Percebemos no período supracitado uma aproximação entre a Igreja e o Poder caracterizada pela concordata feita por Vargas quanto ao ensino católico que, muitas destas Mulheres da CAMDE foram influenciadas e sua infância e juventude; além da construção de um movimento liberal conservador, onde a vertente católica do “solidarismo” politicamente se alia ao lado conservador e autoritário, ponto supracitado baseado nas análises de Rojas.

No Rio de Janeiro, a influência do Positivismo sobre as mulheres da CAMDE fica claro quando Amélia Molina afirma em entrevista para Stella M. Senra Pollonah<sup>78</sup>,

---

<sup>77</sup> DANTAS, Eudóxia Ribeiro. “Voltando no tempo”. Rio de Janeiro, 1998. Pág 26.

que a disciplina com que conduziu suas atividades pode ser atribuída à essa convivência com militares positivistas e com uma família de formação em direito, advogados. Desta forma, percebemos a imbricação entre Direito e Positivismo no Brasil.

Foi neste cenário que, segundo Solange Simões, autora já anteriormente citada, o Patriarcalismo ganhou força como o elemento que permeou as diversas esferas de atuação privadas e públicas das mulheres, mantendo seu poder e influência no âmbito privado da família na esfera do público e do domínio político. Desta maneira, a mobilização destas mulheres no seu fazer no Público tinha como objetivo final a preservação da ordem e da preservação dos papéis tradicionais reservados ao homem e à mulher, numa estrutura da sociedade patriarcal.

Logo, entender as ações destas mulheres no decorrer de sua história, é compreender a relação com seus maridos, que deveriam dar aval aos eventos e ações desta agremiação; bem como compreender que aquele momento era de exceção, de defesa da Família, Pátria e Religião, o que justificaria o afastamento das esposas dos afazeres domésticos.

Os maridos foram vistos como tutores auxiliando nas temáticas que “não eram atribuições femininas”<sup>79</sup>, em sua maioria funções públicas. As próprias componentes da CAMDE reconheceram, às vezes com gratidão, que o espaço público do fazer político não lhes era próprio, pois elas mesmas se definiam como mães brasileiras. Desta forma, a condição de subalternidade não era algo questionado por esta agremiação, pelo contrário, era algo visto com naturalidade, como a ordem natural das coisas.

Entende-se que para aquela sociedade da década de 60, bem como para o grupo de mulheres aqui estudado, cabia o respeito aos maridos e às decisões por eles tomadas, levando em consideração que, para um patriarca aceitar a ausência de sua esposa em seu lar por um tempo finito e curto em prol da defesa de valores e instituições, que lhes eram caros foi admissível; no entanto, essa ausência por tempo muito longo deveria ser evitada.

---

<sup>78</sup> POLLANAH, Syella M. Senra. “Livro de Cabeceira da Mulher”. In: Como e Onde Marcha a CAMDE. Ed. Civilização Brasileira. 1967.

<sup>79</sup> Grifos meus.

Às mulheres, foi destinado o espaço privado, a casa, a família; enquanto que o público coube ao homem, desta forma as mulheres só foram para ele conduzidas ou impedidas de acordo com as necessidades e conveniências do Patriarcalismo.

O General Molina, marido da Presidente da CAMDE Amélia Molina, que participou da reunião de fundação desta agremiação, como já mencionado nesta dissertação, quando de seu falecimento, foi homenageado pela CAMDE como fundador, idealizador e mobilizador das mulheres de 64. Este episódio marca claramente a relação destas mulheres com seus esposos e a importância dos homens na construção dos movimentos femininos do período em questão.

A maioria dos maridos das associadas da CAMDE eram empresários ou militares ligados ao Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES<sup>80</sup>) como, por exemplo, José Bento Ribeiro marido de Eudóxia Ribeiro Dantas; Jorge Bhering de Mattos marido de Vera Maria Falcão Bhering de Mattos, componente da CAMDE.

O Patriarcalismo no Brasil foi legal e judicialmente sustentado. Em uma análise da posição das mulheres nas leis brasileiras, percebemos que o Estado perpetuou o domínio dos homens na esfera pública, na medida em que a legislação que mais demonstra preconceito em relação à mulher é o direito civil e na parte referente ao direito de família.

Em 1916, a mulher casada era considerada incapaz, equiparada aos silvícolas e aos menos púberes tendo sempre que ser assistida ou autorizada a exercer atos políticos. Este fato foi alterado no Estatuto da Mulher Casada, lei de 1962, que introduziu mudanças, mas não superou a condição de subalterna a qual a mulher brasileira foi relegada por nossos legisladores desde o período colonial. Desta forma, a mulher continuava devendo obediência legal ao homem/marido<sup>81</sup>.

Cabe a esta altura uma reflexão que não se constitui no foco principal de nossa dissertação, mas que elucida bem a temática do ideário feminino e sua saída para o foro

---

<sup>80</sup> Criado em 1961, este órgão era composto por empresários, tecno-empresários e militares ligados à burguesia multinacional e associada e atuava publicando livretos e folhetos, patrocinando palestras e financiando viagens e estudantes aos EUA e ajudando a sustentar associações democráticas estudantis e operárias. Na definição do IPES, a CAMDE seria uma dessas associações democráticas que não eram estudantis nem operárias, mas que o instituto ajudava a sustentar.

<sup>81</sup> SIMÕES, Solange de Deus. “Deus, Pátria e Família: as Mulheres no Golpe de 64”. Petrópolis, Vozes, 1985.

coletivo. Convencionou-se atribuir, em sua maioria, às mulheres de classe média ou “as burguesas” o papel das grandes donas-de-casa e mães, reforçando a situação do foro privado como ambiente legítimo do domínio feminino; cabendo, assim, às mulheres de classes mais subalternas participação como camponesas, operárias e artesãs.

Embora esta afirmativa seja correta, ela não é em sua totalidade, pois uma parcela significativa desse contingente se dedicou às tarefas domésticas com ou sem remuneração. Para tal fim, devemos considerar que do contingente feminino participante da População Economicamente Ativa, entre as décadas de 50 e 60, uma alta quantidade está ligada às atividades domésticas remuneradas enquanto que o número de mulheres dedicadas à indústria e ao setor terciário caiu<sup>82</sup>. Concluimos que, mesmo quando trabalhadoras, as mulheres não deixaram de exercer atividades tipicamente femininas: foram tecelãs, costureiras, professoras, secretárias, enfermeiras.

Desta forma, Educação, Religião, leis e trabalho atuaram no Brasil como fatores condicionantes das oportunidades oferecidas/conseguidas pelas mulheres na esfera pública, mas também como reprodutores dessa discriminação de gênero.

Após o descrito acima, ocorre no Brasil da década de 60 uma conexão de ideias que levam ao atingimento de uma maioria social: o Positivismo conectado historicamente com momentos de transformação e fortalecimento de novos agentes históricos e os militares defensores históricos da ordem e da constituição; e os códigos de moral e boa conduta, frutos de uma sociedade católica e conservadora, encontradas em famílias pobres de trabalhadores, bem como dentro da própria classe média e aristocrática, em maior ou menor escala.

A imbricação entre Positivismo e Religiosidade católica fica clara também ao analisarmos, por exemplo, a figura de Amélia Molina, com suas práticas de vivência diária como profunda conhecedora de religião e que reconheceu sua influência Positivista seja no contato com militares ou com advogados da família. Ela era membro da Ordem Terceira de São Francisco o que lhe fornecia uma ascendência muito forte sobre as mulheres que frequentavam a Igreja Nossa Senhora da Paz. Assim, demonstra a superação do conflito vivenciado nos anos iniciais da República.

---

<sup>82</sup> SIMÕES, Solange de Deus. “Deus, Pátria e Família: as Mulheres no Golpe de 64”. Petrópolis, Vozes, 1985.

Também podemos tomar como referência para observarmos esta imbricação a vida de José Bento, esposo de Dona Eudóxia, embora não seja o foco desta dissertação. Bento, da família Souza Dantas, era filho de Aristarco formado em medicina pelo exército, servindo ao General Bento Manuel Ribeiro Carneiro Monteiro; e Maria Luiza Bento Ribeiro, filha do General supracitado. Pouco tempo depois se casaram, vindo Aristarco a falecer, fazendo com que Bento fosse criado no Rio de Janeiro junto com sua mãe e avós. Formou-se em Direito em 1932, e após alcançar sua maioridade, sua mãe decidiu entregar-se à vida religiosa no convento de Santa Tereza.

Segundo Dona Eudóxia, o sonho de irmã Maria Luiza – como mãe de Bento passou a ser chamada – era ter um convento em Teresópolis, realizado com o esforço de bons amigos Dr. Edgard Raja Gabaglia e sua esposa Laurita, quando da construção do Convento das Carmelitas Descalças de Teresópolis, onde irmã Maria Luiza foi fundadora.

Quando o Brasil declarou guerra à Alemanha, em 1942, Bento foi designado pelo Governo para executar a nacionalização para o Brasil, da Campanha de aviação alemã Condor, tomando o nome de Cruzeiro do Sul. Para Dona Eudóxia, o que permite ver a imbricação Positivismo e Religiosidade, Bento era um líder nato e um espírito cristão que o fazia querido e amado, assim utilizaria o dom que Deus lhe deu.

Em 1946, foi presidente da Associação de Empresas Aéreas Internacionais (IATA), presidindo o Congresso desta associação realizado no Brasil, no Hotel Quintandinha, em Petrópolis. Em 1957, cursou Escola Superior de Guerra, sendo escolhido como orador da turma.

Em seu discurso, não mencionou a construção de Brasília, devido às ressalvas que tinha ao governo de Juscelino Kubistchek. Na década de 60, sofreu várias dificuldades, devido ao que considerava um governo dominado por elementos de esquerda, através de reivindicações que abalavam financeiramente sua empresa. Segundo dona Eudóxia, o próprio João Goulart interpelava Bento, via telefone, para que ele cedesse às exigências de movimentos grevistas fomentados por dirigentes sindicais. Posteriormente, Bento foi eleito Presidente do Centro Industrial do Rio de Janeiro, 1966 e 68. Vindo a falecer em 1969.

A partir do descrito, percebe-se a importância da religiosidade na história política brasileira, determinando códigos e práticas de representação de uma sociedade. Estes

códigos e representações determinam a elaboração de uma cultura política, que culmina em práticas sociais. Nossa identidade política foi construída a partir de códigos de religiosidade que permitem que pontos aparentemente e historicamente antagônicos possam se unir.

No início da década de 60, com a renúncia de Jânio Quadros e a posse de João Goulart, herdeiro político do Vargasismo combatido nos anos 30 pelos paulistas, este novo grupo industrial se sente novamente ameaçado. Nessa conjuntura, Eudóxia reconhece a influência deste passado e destes códigos de referentes de sua juventude que lhe atribuíram identidade:

“No meu consciente e subconsciente ficaram gravadas as ardentes palavras que mais tarde explodiram no precoce e impetuoso comportamento de 32, e na formação e militância da CAMDE em 1962, manifestando-se e agindo seriamente na contrarrevolução de 31 de março de 64.”<sup>83</sup>

Tal como no final do império, na década de 1960, cenário onde a CAMDE atuou, a nação vivia o culminar de transformações inicializadas desde os anos trinta, pelo menos, que fortaleciam novos personagens; e como em 1932, a burguesia paulista se sentiu ameaçada pelas propostas de João Goulart. Não por coincidência, na marcha realizada em São Paulo contra o Governo Jango, participaram 32 ex-combatentes da Revolução Constitucionalista de 32, vinculando assim esta nova burguesia às parcelas militares de tradição Positivista. Ocorria então a correlação direta entre a tradição religiosa caracterizada na elite paulistana e a tradição Positivista figurada na instituição militar.

Estas marchas, bem como outros atos repetitivos e codificados de ordem verbal, gestual e postural apresentam forte conteúdo simbólico. Estas práticas ritualistas fazem parte de todos os grupos humanos e representam a coesão dos grupos, e os símbolos, quando referidos a um sentido, reforçam essa coesão.

Cada um dos ex-combatentes de tradição positivista que participaram da Marcha contra Jango possuíram pelo menos cinco minutos para discursar. Discurso este unificado

---

<sup>83</sup> DANTAS, Eudóxia Ribeiro. “Voltando no tempo”. Rio de Janeiro, 1998. Pág 90.

o suficiente para gerar a repetição de códigos verbais e gestuais absorvidos e transmitidos à sociedade por gerações, levando ao reconhecimento de pares.

Resgatamos um parágrafo da introdução, onde afirmamos que construir uma cultura política demanda tempo, gerações, e se relaciona com realidades histórica e socialmente construídas em uma mesma sociedade para mostrar exatamente o que este episódio demarca para nós, historiadores do Político. Resgatar códigos do passado transmitidos de geração em geração, resignificando e criando a identidade de grupo na defesa de uma causa.

Esta vinculação do episódio de 64 à Revolução Constitucionalista de 32 é muito forte, vide no pós-golpe a mobilização das entidades femininas paulistas juntamente com Diários Associados em prol de uma Campanha denominada “Ouro para o bem do Brasil”<sup>84</sup>, em uma referência clara à campanha de mesmo nome organizada em São Paulo de 1932.

A Revolução Constitucionalista de 32 remetia à defesa de valores como legalidade e Constituição, ameaçados segundo a leitura conservadora do comunismo. Lembramos que, em 32, os constitucionalistas lutavam contra Vargas e, em 64, os líderes da suposta Revolução venceram o seu herdeiro político, Jango.

Era, assim, necessário vincular a suposta “Revolução” a um passado ligado às tradições nacionais e à comparação com a Revolução de 32 parecia adequado, na medida em que mobilizava valores tradicionalmente arraigados na sociedade brasileira como legalidade, ordem, democracia. Reforçava ainda o sentido de construir um espaço de identidade ser a conclusão de uma luta inicializada pelos paulistas desde 32 contra Vargas e a favor da legalidade. Com o fim da Era Vargas e a queda de Jango, herdeiro político de Getúlio, era o fim definitivo do Trabalhismo.

Logo, toda a ação golpista seria legitimada ao estar vinculada a um passado nacional que se construía legalista e antigetulista; bem como mobilizava esforços para a recuperação da economia, pelo empresariado que apoiava a “Revolução”.

---

<sup>84</sup> Reedição do que o povo paulista fez na Revolução Constitucionalista de 32, quando eram doados por milhares de pessoas joias no sentido de financiar o movimento e recuperar a economia. Em 1964, arrecadou cerca de cinco bilhões de Cruzeiros, o que demarca que a população brasileira não foi indiferente à convocação e aos pedidos da Revolução.

A ligação das mulheres da CAMDE e essa burguesia que se sentiu ameaçada com a posse de Jango ficam evidentes, ao observarmos sua história e passado, bem como o espaço nas mídias de que elas gozavam. Quando eram avisadas de manifestações e passeatas, entravam em contato com o reitor das Universidades, como o Reitor da Universidade Federal, Prof. Muniz de Aragão, e prontamente denunciavam pela televisão o suposto plano baderneiro que culparia a polícia. Elas conseguiram ainda espaços nos jornais como o GLOBO, já supracitado.

Esporadicamente divulgavam periódicos como os do ano de 1964, solicitando que a “Revolução” encaminhada fizesse a cassação de mandatos de políticos comunistas; fizesse a “limpeza” do governo de elementos que colocassem em questão as “obras de saneamento” que estavam sendo feitas ou pedindo a continuidade das ações revolucionárias que deveriam atingir o Supremo Tribunal Federal. Solicitavam via documentos encaminhados à imprensa expurgos e enquadramento de políticos, como Hermes Lima – ex-ministro das Relações Exteriores e ex-primeiro Ministro do Governo Goulart – no artigo 7º do Ato Institucional que permitia suspender por seis meses as garantias constitucionais ou legais de vitaliciedade ou estabilidade.

A conexão entre o cenário Getulista da década de 30 e a necessidade de recuperação da ordem e disciplina na década de 60 como forma de conter o avanço da esquerda comunista, personificado em Jango, fica claro quando segundo Dona Eudóxia, Bento, seu esposo, teria ido à casa de Ernany do Amaral Peixoto<sup>85</sup>, genro de Getúlio Vargas. Para Dona Eudóxia, esta luta estava sendo travada pelo mundo todo, e no dia em que João Goulart deu apoio à Cuba, elas saíram às ruas indignadas. Consideraram uma traição.

---

<sup>85</sup> Ernani Amaral Peixoto nasceu no Rio de Janeiro, em 1905. Ingressou na Escola Naval do Rio de Janeiro em 1923. Em 1930 deu apoio ao movimento político-militar que levou Getúlio Vargas à presidência da República. Em 1932, ao eclodir o Movimento Constitucionalista em São Paulo, retornou imediatamente da Europa, onde se encontrava em atividades profissionais, para lutar como voluntário ao lado das forças legalistas. Manteve uma atitude de neutralidade diante do movimento militar que afastou Goulart da presidência. Manteve, inclusive, bom relacionamento com o novo regime até 1965, quando foram cassados os direitos políticos do ex-presidente Kubitscheck. Com a extinção do PSD, ingressou no Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido de oposição ao regime militar. Por esse partido renovou seu mandato na Câmara Federal, em 1966. Em 1970, chegou ao Senado. Em março de 1974, assumiu a liderança do MDB nessa casa. Em setembro de 1978, conquistou novo mandato de senador, dessa vez escolhido indiretamente pela bancada de seu partido, majoritária na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro.

A reação destas Mulheres não parou por aí. Imediatamente entraram em contato com o rádio e a televisão e convocaram o povo para se direcionar ao Palácio do Itamaraty para reclamar com o chanceler Hermes Lima essa atitude. Lúcia Jobim foi destacada para ler o discurso. Segundo Dona Eudóxia, este episódio coincidiu com a audiência do Ministro ao Embaixador Norte-americano, que também teria ido reclamar da mesma atitude.

Na década de 60, se o empresariado industrial representando este novo grupo que surgiu com a industrialização desde Vargas se sentiu ameaçado com a herança trabalhista que Jango representava, bem como sua suposta ameaça comunista; este segundo ponto abalou muito o poder da Igreja que apesar da sua força histórica, também se sentiu ameaçada. Prova disso foi a nova reforma proposta pela Igreja em 1962. O comunismo crescia em um cenário de Guerra fria, a exemplo da Revolução Cubana que se tornou uma referência latina a ser seguida.

Para dona Eudóxia, a unidade da Igreja estava abalada, pois nos meios católicos vozes se posicionavam ao lado do comunismo. Causando para estas mulheres uma falta de espiritualidade e de ideais, e a palavra multiforme dos representantes da Igreja que indicavam, àquela altura, caminhos diferentes objetivando ganhos materiais.

O mais jovem Bispo à época no Brasil, D. Marcos Noronha, de Itabira, dizia que *“não adianta ficar enxugando goteiras no chão da pátria quando é hora de trocar telhas”*.<sup>86</sup> Para as mulheres da CAMDE esta frase soava como a certeza de que existia uma ameaça e que estava dentro da Igreja. Em panfletos distribuídos na Diocese de D. Valdir, em Volta Redonda, eram percebidos jargões como: exploração do imperialismo Yankee; e quando o golpe saiu vitorioso, este o criticou com veemência.

Para a CAMDE, na visão de dona Eudóxia, o clero tinha sido omissos durante os governos de Juscelino Kubitschek e João Goulart, fase da história para elas de maior corrupção e subversão na História do Brasil. Neste período, o homem do campo foi marginalizado; a juventude não teve educação necessária; instruções religiosas e cívicas não existiam nos currículos escolares; ao contrário do que aconteceu no período pós-64 no qual o governo supostamente submeteu ao seu julgo as classes privilegiadas, com o propósito de reestruturar a economia do país com leis que distribuiriam a renda.

---

<sup>86</sup> DANTAS, Eudóxia Ribeiro. “Voltando no tempo”. Rio de Janeiro, 1998. Pág.: 96

Para parcelas dos católicos no Brasil, mesmo após o golpe de 64, o grito de advertência a respeito da influência da revolução cubana supracitada veio em 1967, após o golpe, quando se teve a notícia do fuzilamento do jovem Teodoro Fernandez de dezoito anos, presidente da Juventude Católica, em Cuba. No mesmo período, recebeu-se a notícia da morte do professor Juan Dias Varno, ex-professor da Universidade de Havana, que teria cometido suicídio numa prisão da capital devido ao volume de torturas a que era submetido.

Tornando a situação ainda mais explosiva, em outubro do mesmo ano, o bispo de Cratéus oficiava missa pela alma de Che Guevara. Na diocese de Sobral, alunos do Colégio Sobralense, decidiram prestar homenagem póstuma ao mesmo guerrilheiro, colocando seu nome ao lado do Papa João XXIII e de D. José Tupinambá, primeiro bispo daquela diocese. As leituras destes episódios desembocaram para esta agremiação como a possibilidade da Igreja estar homenageando o co-responsável pelos fuzilamentos em Cuba.

Foram assim, enviados pedidos de prudência a estes Bispos para que não fossem considerados falidos em sua missão evangelizadora; lembrando aos mesmos que o caminho do avanço social e econômico deveria ser baseado em conceitos de dignidade humana e verdadeiro espírito democrático e não com mensagens ambíguas que poderiam culminar em agitações que abalariam os alicerces políticos do país. Assim, tornava-se necessário manter a Igreja Una, Santa, Católica e Apostólica, acreditando na ressurreição dos mortos e na vida do mundo que há de vir.

## *1.2) O ideário Feminino e o Comunismo:*

### *Não quebrem meu mundo!*

Após a elucidação do véis educacional, político, cultural e religioso que caracterizou a saída destas mulheres da CAMDE do foro privado para o coletivo, culminando em sua atuação em 1964, nossa análise agora percorrerá o imaginário feminino e sua oposição ao comunismo. Assim, faltam pontos nesta teia para entendermos os acontecimentos de 64. Vamos a eles.

Voltamos à análise dos anos finais do Império. Nas escolas, o positivismo apareceu em 1868 no Norte, nas referências que Tobias Barreto faz, em seus artigos, ao nome de Comte. É no fio deste debate que ganha destaque a Escola de Recife, que vem para o Rio de Janeiro com Sylvio Romero, Clóvis e Tobias.

Tobias Barreto entrou em 1852 para a Escola Militar onde encontrou Benjamin Constant, um meio já influenciado pela filosofia positivista e onde Constant se tornará o maior expoente dos acontecimentos de 15 de novembro. Antes de 1867, Benjamin Constant já aceitara as doutrinas positivistas, mas só as reconheceu em 1873 por ocasião de seu concurso de repetidor de matemática na Escola Militar. Em 1874, surgiu o primeiro volume do livro de Luís Pereira Barreto, *As Três Filosofias*. Pereira Barreto entendeu que a sociedade brasileira deixou de ter influência religiosa, afirmando que a atitude que o governo teve em relação à rebeldia dos bispos, quando os puniu pelo descumprimento das ordens do Imperador, levou a completa emancipação do país de uma tutela secular.

No Rio de Janeiro foi absorvida pela Nacional de Direito e na Nacional de Filosofia, sendo em 1964 completamente destruídas e seus teóricos vieram para a UFF, Universidade Federal Fluminense. A Escola de Recife tinha como foco o Social, Cultural e a Questão Nacional, em muito derivado das tradições da sociedade pernambucana tradicionalmente revolucionária criando um conceito de nacional diferente das demais províncias, integrando em maior escala o território e as diferenças de classe.

Na mesma década de 60 crescem os debates sobre a Teologia da Libertação, que se baseou no pensamento de Antonio Gramsci. Fundamentou-se na ideia de que, no Ocidente, a instauração do comunismo necessitaria de um processo em grau de levar a uma revolução filosófico-cultural a ser realizada no meio da classe dominada, operária e camponesa.

De forma marxianamente não ortodoxa, desmonta o economicismo e põe a questão da centralidade da subjetividade humana no materialismo histórico, o estudo da religião (outro dado incomum entre os seguidores de Marx) adquire um papel considerável, tratada por Gramsci como um elemento concreto, envolvendo diferentes níveis de relações e, portanto, de abstrações.

Por razões culturais, históricas e geográficas, Gramsci analisou a religião principalmente na forma institucionalizada encarnada pela Igreja Católica, com ênfase particular no caso italiano. Assim, a religião, analisada nos escritos gramscianos como “fato político e social”, é, com efeito, sempre considerada a maior criadora de senso comum. Reforçando a tese de que na Ditadura Civil-Militar tornou-se fulcral fortalecer a religiosidade na construção do consentimento ao projeto conservador.

Gramsci refletiu e distinguiu como o espírito religioso cristão nasceu e se espalhou como movimento revolucionário dotado de tamanha força propulsora. Com efeito, o cristianismo primitivo era visto por ele como uma revolução caracterizada, igualmente à comunista, “por uma ampla sublevação das massas populares” que, por tal motivo, não podia “deixar de romper e destruir o sistema existente de organização social”. Aliás, antes de se institucionalizar em uma estrutura piramidal como a Igreja e de se transformar – depois do edito de Milão – “de ideologia das classes subalternas” em “concepção do mundo oficial do Império”, (PORTELLI, 1984: 52), o cristianismo em sua fase originária era por ele considerado o mais completo exemplo histórico de reforma intelectual e moral.

Para Rojas<sup>87</sup>, nesta visão de que a ocidentalização está intrinsecamente ligada a cristianização, o marxismo que tem uma visão materialista e ateia que se apresenta em oposição desta visão ocidental e cristã.

Nesta conjuntura, explosiva na década de 60 ocorreu debates como libertação Sexual, novas concepções de família e dos papéis dos homens e mulheres, representando novos códigos de condutas sociais que ameaçavam o status quo de mulheres mais conservadoras; além de ideias de Reforma Urbana, que ameaçavam a nova burguesia industrial e urbana ideias de Reforma Agrária ou igualdade social; também circulavam pelo Brasil.

Nessa perspectiva, as Mulheres de agremiações femininas na década de 60, entendiam ser esta nova concepção de família uma ameaça não apenas política e econômica, mas também uma ameaça cultural. Ainda mais que, nesta mesma década, ocorreu a inserção das mulheres no ambiente de trabalho e nos núcleos universitários. No Brasil foi um movimento sem igual até então no imaginário feminino, representando

---

<sup>87</sup> Idem.

novas aspirações e expectativas para o seu universo, favorecendo a entrada de outras culturas que se chocaram com a cultura dominante conservadora do período.

Rachel Sohiet<sup>88</sup> nos apresenta que na virada do século XIX para o XX predominou a luta das feministas pelos direitos sociais em termos de proteção ao trabalho feminino, no tocante às questões da discriminação sexual. Da licença maternidade, de igualdade salarial, acesso a todas as formas de educação. Em fins de 60 até 80, as políticas do corpo começam a ganhar caráter significativo se manifestando na defesa da liberdade de reprodução, buscando mulheres a plena assunção do corpo e da sexualidade (aborto, prazer, contracepção) e engajando-se contra a violência sexual, não mais admitindo que esta fosse uma questão restrita ao privado cabendo sua extensão ao público. Inaugurava-se o movimento feminista.

Também ocorreram parcelas de mulheres que se colocaram contra a demarcação rígida de papéis de gênero que as sobrecarregavam com a dupla jornada e os cuidados exclusivos com os filhos que as impediam de sua plena realização do sujeito histórico, passando assim a atribuir uma dimensão política ao privado, ressaltando o caráter estrutural da dominação e tomando como evidentes as nuances de modalidades de poder que se expressavam na vida cotidiana.

Ainda segundo Soihet, observa-se a expansão de culturas como a exemplo de base socialista, na qual esta família tradicional teria nascido com a propriedade privada que também fora causa da derrota histórica mundial do sexo feminino. O homem, nesse estágio, teria o poder de proprietário e desejoso de transferir sucessoriamente sua propriedade aos filhos varões, derrota o direito de mãe, derrubando, dessa maneira, a raça feminina e, tomando-lhe a posse de casa.

Assim, para as mulheres “liberais”, que sempre revestiram a família de uma aura de sacralidade, esta concepção que se difundia era no mínimo atordoante. Questionar a família era romper com o espaço natural de poder destas mulheres. Era ameaçá-las em sua base.

A difusão do socialismo na trajetória política brasileira traria a possibilidade de um novo movimento das mulheres, onde sua autonomia em todas as dimensões seria

---

<sup>88</sup> SOIHET, Rachel. Palestra proferida no Seminário Internacional “Leituras da Modernidade: Pluralismo, Feminismo e Tolerância Política”. Mesa-redonda na Mesa Redonda: “Feminismo, Pluralidade e História”, na FCL/UNESP?Ar, nas dias 21-23 de novembro de 2006.

defendida, inclusive naquela onde era mais profundamente reprimida, a sexualidade. Desta forma, é aberta a possibilidade concreta de rompimento de estruturas familiares onde estava a origem de sua inferiorização.

Reforçamos que não é intencionalidade desta dissertação o estudo aprofundado de teorias de esquerdas, mas sua relação com o imaginário feminino de nosso objeto, as mulheres da CAMDE, caracterizando sua negação.

Elza Dely Veloso Macedo<sup>89</sup> aponta que Alexandra Kollantai<sup>90</sup> afirmava que no socialismo todo indivíduo seria um trabalhador, logo todas as mulheres ingressariam no trabalho fora do lar, o que imediatamente traria a evidente contradição seus papéis domésticos e suas responsabilidades profissionais. Assim, só o socialismo podia solucionar problemas específicos das mulheres, tais como cuidado infantil, a maternidade e tarefas domésticas, perdendo desta forma a condição matrimonial.

Desta maneira, essas ideias se chocariam com a realidade histórica de formação social de nosso ideário feminino das mulheres aqui estudadas. Caso o ideário da esquerda saísse vitorioso, as mulheres donas de casa perderiam sua esfera de poder natural.

Destaca-se ainda o choque na forma e na aparência. No decorrer da década de 60, organizava-se no Brasil contatos entre os comunistas brasileiros e os cubanos, e em vários folhetos cubanos disseminados no Brasil pelo Movimento de Educação Popular (MEP) durante o governo de João Goulart, serviam de base para as ações das Ligas Camponesas e do Grupo dos Onze<sup>91</sup>. Portanto, desde 1961, os comunistas no Brasil começaram a comprar várias fazendas em Pernambuco, Bahia, Acre, Goiás e Minas, para servirem de base de treinamento para Guerrilhas. Para estes grupos, o reconhecimento da identidade feminina na guerrilha são comumente vinculadas a características masculinizadas como virilidade, coragem, determinação, desprendimento e espírito de sacrifício.

---

<sup>89</sup> Macedo, Elza Dely Veloso. *ORDEM NA CASA E VAMOS À LUTA! Movimento de mulheres*: Rio de Janeiro 1945/64. Lydia Cunha- uma militante. Niterói:[s.n.] 2001.

<sup>90</sup> Proeminente da Revolução russa tanto antes como depois que os bolchevistas assumiram o poder.

<sup>91</sup> Concebido por Brizola, no final de 1963, o objetivo era a organização de pequenas células- cada uma composta por onze cidadãos, em todo o território nacional – que poderiam ser mobilizadas sob seu comando. Era um grupo de esquerda, porém não socialista, e sim nacionalista de apoio aberto às ações de João Goulart. Revista FAMECOS, Porto Alegre, nº11, dezembro de 1999- semestral.

Para poder se inserir e enfrentar discriminações de gênero, a imagem destas mulheres se modificou sofrendo um processo de masculinização na guerrilha, pois ser guerrilheiro era sim ser 'macho', era assumir uma postura ativa, contestadora, era assumir a violência como forma de resolver o problema. Para se construir a imagem de “guerrilheira” se perde a noção de Gênero, para reconstruir a imagem da mulher calcada em novos parâmetros.

Baseado nos exemplos externos e na organização que se formou no Brasil da década de 60, na resistência as mulheres *mais ativas*<sup>92</sup> eram as jovens, solteiras e sem filhos. Elas frequentemente se afastaram de suas famílias para participar do movimento, assumindo geralmente tarefas subalternas, prolongando suas funções habituais. Se elas quisessem fazer a resistência “séria”, inteira, por exemplo, nas redes comunistas, as mulheres precisariam sacrificar suas vidas privadas e até mesmo a sua aparência.

A possibilidade da construção deste cenário no Brasil foi aterrorizante às mulheres de formação conservadora; disciplinada, formada no catolicismo. Sobre os ombros destas mulheres, o peso das famílias, e singularmente dos pais, frustrados com o destino de suas filhas era uma ameaça à sua família, ao seu espaço de poder, aos seus filhos, às suas bases de formação e seus códigos de representação.

O terror e medo da esquerdização do Brasil era tão presente, que a CAMDE organizou manifestações, que apresentaremos no próximo capítulo, mas que a título de exemplificação citamos o episódio no qual essas mulheres construíram uma réplica do Muro de Berlim, chamado por elas de “Muro da Vergonha” no Centro do Rio de Janeiro, simbolizando a segregação que o comunismo impunha a uma Nação e que o mesmo poderia acontecer ao Brasil se aquele movimento não fosse contido.

Segundo Sohiet<sup>93</sup> começa assim uma disputa no imaginário feminino brasileiro, ainda antes do golpe, devido às notícias que se tinha dos exemplos externos bem como as notícias de organizações dentro do Brasil. O jornal alternativo *O Pasquim*, publicado semanalmente, dispersava ao mesmo tempo críticas à dominação masculina representada em leis, costumes e religião; bem como voltavam suas baterias para as mulheres que se decidiram pela luta a fim de atingirem direitos ou que no seu cotidiano assumiram atitudes consideradas inadequadas à feminilidade e às relações estabelecidas entre os gêneros.

---

<sup>92</sup> Grifos meus. Não representa que a totalidade das mulheres de esquerda eram jovem e sim que, na visão que se construiu do processo segundo as mulheres aqui estudadas, as mais ativas no grupo eram em sua maioria jovens.

<sup>93</sup> Idem. Pág.:193.

Neste mesmo jornal, mulheres se manifestaram contra esse feminismo. A intelectual e política Adalgisa Nery, dizia achar horroroso ser feminista, pois considerava que homem e mulher são complementos correspondendo a uma unidade. Observa-se a utilização de clichês como o ideário de que as feministas eram sinônimo de “sapatão” (lésbica), numa clara busca por desqualificação destas mulheres, caracterizando-as como feias.

Assim, as mulheres conservadoras recuperaram a premissa de que Deus teria reproduzido na mulher a sua própria imagem e não o homem, já que este repete a ciclo da reprodução; acentuaram com base biológica a diferença entre os sexos e nesse sentido as mulheres deveriam orgulhar-se de sua função biológica e sexual, preenchendo funções de acordo com suas estruturas físicas e psicológicas marcadamente diferentes.

Apesar dos papéis nitidamente demarcados, estas agremiações de mulheres na década de 60 entenderam que no cenário brasileiro da época era necessário fazer uma “guerra” em defesa da ordem contra o comunismo no Brasil., e foram nas “guerras” que as sociedades mais demandaram da força das mulheres como pilares sociais, e para as mulheres da CAMDE, vivíamos um momento de “guerra” contra a destruição da família, entendida por elas, com a difusão do comunismo. Desta maneira, era necessário sair do foro privado onde seu poder era reconhecido, forte e consolidado e mostrar sua força no foro coletivo de forma apolítica sim, mas não menos efetiva, de caráter social e filantrópico.

Na obra de Michelle Perrot<sup>94</sup> percebe-se a ideia de que as guerras mudaram e, até mesmo radicalmente, as relações entre os sexos deram às mulheres novos poderes. Assim, após as guerras, todas as brechas são preenchidas quando volta à paz, sobretudo ao que se refere aos papéis privados. As mulheres são remetidas, em nome do civismo, à esfera privada proclamada a chave das reconstruções e das recuperações nacionais.

A família deveria ser encarada como uma unidade e não como um terreno eventual de luta. A família deveria continuar a ser o pivô da sociedade, reguladora da economia familiar e da moral. Por isso, as guardiãs do mundo cristão partiram para a luta com as armas que possuíam e com respeito às esferas naturais de seu poder interligando o foro privado ao público. Como meio de luta, se utilizaram da interligação de ações de filantropia, caridade, amor, educação.

---

<sup>94</sup> PERROT, Michelle. *As Mulheres ou os silêncios da história*/ Michelle Perrot; tradução Viviane Ribeiro. – Bauru, SP: EDUSC, 2005.

Foi neste caminho que as mulheres da CAMDE, partiram para a luta. Com ações de filantropia, organizações religiosas, encontros de mulheres casadas e estímulo à educação. Estariam sempre dispostas a manter a opinião pública viva na defesa dos códigos tradicionais de sua sociedade em nome de sua família.

Baseado no quadro teórico desta dissertação, se as experiências previamente vividas e aqui apresentadas determinam escolhas que não são infinitas em si, para essas mulheres da CAMDE, essas subculturas<sup>95</sup> foram inteligíveis. Se a leitura da realidade é influenciada por essas experiências vividas no passado, a opção pela transformação dentro da ordem era o caminho possível e explica com maior clareza as reais motivações que levaram estas mulheres a se identificarem com o projeto de modernização conservadora erigido e personificado pelos militares, que também se sentiram ameaçados.

Sejam por códigos de representatividade econômicos, atendendo às expectativas da Burguesia transformada; ou por códigos de representações culturais, atendendo às parcelas conservadoras e católicas; uma parcela considerável da sociedade se sentiu ameaçada, e a partir do entrelace destas expectativas, partiu para a “Contrarrevolução” na década de 60.

Para Rojas, a tradição cristã e ocidental pertenceria ao patrimônio das Elites, e neste caminho, as chamadas Classes Médias também se sentiam pertencentes a este processo, como forma de transformar-se nas elites, bem como, defender culturalmente a nação de se proletarizar. No plano econômico essa sociedade se confundiria com o sistema da livre empresa e defesa da propriedade privada dos meios de produção se identificando com o capitalismo.

Nesta caminhada sugere ter sido necessário construir um compromisso que uniria a direita frente ao comunismo: a sociedade oligárquica e capitalista e as empresas multinacionais abrindo as portas ao capital estrangeiro.

Assim, aquele inicial debate ao redor da defesa ou oposição ao clericalismo debatido no subitem I.1 desta dissertação, nos anos finais do Império e iniciais da República se esvazia devido a necessidade de defender a sociedade hierarquizada frente ao surgimento de novas forças de esquerdização.

---

<sup>95</sup> PERROT, Michelle. As Mulheres ou os silêncios da história/ Michelle Perrot; tradução Viviane Ribeiro. – Bauru, SP: EDUSC, 2005. pág.:99

Na década de 60, essa Cultura Política suficientemente absorvida foi resgatada e ressignificada: o Positivismo conectado, historicamente com momentos de transformação e fortalecimento de novos agentes históricos (burguesia e militares), reforçou a defesa de códigos tradicionais de nossa sociedade mediante a empunhadura da ordem; o Catolicismo, historicamente atrelado à composição familiar, reforçou códigos de moral e boa conduta, frutos de uma sociedade católica e conservadora (encontradas em famílias pobres de trabalhadores, bem como dentro das próprias classes, média e aristocrática, em maior ou menor escala).

Foi nesse cenário que mulheres como Amélia Molina Bastos, afirmaram em 1962:

"Quem tem mais a perder do que nós mulheres? (...) Subitamente concluí que a política se havia tornado demasiado importante para ser deixada inteiramente nas mãos dos homens." Quem tem mais a perder com o que está acontecendo no nosso país do que nós mulheres? Quem está pagando as contas do armazém cada vez mais altas por causa da inflação? Quem está vendo, sem nada poder fazer, as nossas economias, cuidadosamente acumuladas, destinadas à educação de um filho ou filha, minguaem ao ponto de não darem sequer para comprar uma roupinha de verão para criança? E de quem será o futuro que desaparecerá senão o de nossos filhos e netos, se a política radical do Governo levar a nossa pátria ao domínio comunista?<sup>96</sup>

Esta cultura dominante dos papéis de homens e mulheres era tão claramente enraizada que percebemos na década de 60, que mesmo nos partidos de esquerda, segundo Solange Simões, as Mulheres não encontraram ou conquistaram um espaço de atuação que lhes desse mais autonomia e poder de decisão.

Essa ausência de espaço de atuação com mais autonomia ou poder de decisão pode ser percebido em outros episódios históricos como, por exemplo, na campanha abolicionista onde as Mulheres teriam contribuído em papéis como o de levantar fundos para a campanha, mas não em debates públicos sobre a questão; ou ainda, na participação pública da Mulher em entidades sufragistas ou femininas, como Federação Brasileira para o Progresso Feminino (FBPF), presidida por Bertha Lutz que, apesar dos avanços no direito ao voto feminino, bem como avanços no campo da educação e do trabalho, a

---

<sup>96</sup> <http://www.militar.com.br/Amagnificaesposadogeneral>. Acesso em 25/04/2015.

FBPF teria mobilizado um quantitativo pequeno da população feminina, baseada nas mulheres liberais burguesas, ainda de maneira ímpar, para a história das mulheres.

Esta realidade se mantém entre os anos de 1945 e 64, quando registrou-se no Brasil a organização de diversos movimentos femininos de âmbito nacional e políticos, como a Federação das Mulheres do Brasil e o comitê das Mulheres pela Anistia, que exortaram temáticas como lutas pela paz, contra o nazi-fascismo, pela anistia, pelo monopólio Estatal do Petróleo e contra a carestia. No entanto, no começo do governo de Juscelino Kubitschek, foi suspenso o direito de atuação dos grupos femininos, culminando em 1960 na fundação da Liga Feminina do Estado da Guanabara.

A Liga Feminina durou pouco tempo, pois em 64 teve que ser fechada por terem suas dirigentes sido perseguidas em decorrência do golpe de 64. No entanto, enquanto atuavam, se engajaram em demandas como cursos profissionalizantes, palestras políticas, espetáculos teatrais sobressaindo a campanha contra a carestia e manifestações contra Lacerda, dentre outras ações.

Cabe ressaltar que para esta dissertação focaremos nos movimentos de mulheres da classe média e da burguesia. Há de fato uma história das mulheres trabalhadoras no Brasil, mas que não é foco da temática ora trabalhada. No entanto, em uma análise breve, é perceptível sua relação com o Patriarcalismo social, como citado no subitem I.1 desta dissertação, onde o lar é o espaço natural das mulheres e as considerava trabalhadoras e cidadãs de segunda ordem. Às mulheres trabalhadoras também pesou a “dupla jornada”, que dificulta a possibilidade de desenvolver atividades comunitárias, sindicais, dentre outras.

Desta forma, o Patriarcalismo é um elemento que permeia a organização social da classe média e da burguesia, bem como da própria classe trabalhadora. Fica evidente que devido a todo o processo aqui reconstruído, bem como outras demandas que não foram foco deste trabalho, as mulheres não conseguiram romper por completo seu espaço tipicamente feminino, seu papel tradicional passivo no acontecer político. Fato que, de forma alguma, diminui ou anula sua participação em momentos decisivos. Afirmar que ocorreu completa ausência ou omissão das mulheres implicaria em um simplismo teórico.

Ainda, indagar a participação destas mulheres na esfera política, a partir de ações que marcadamente as tornam femininas e não feministas, teria muito mais relação

com a história e os códigos de identidade destas próprias mulheres. As realidades narradas pelos grupos têm relação com suas experiências próprias e com escolhas prévias que interferem na seleção sobre o que se vai falar, como vai falar e quais fatos valorizar. Escolhas prévias de cada um em questão, que valorizam de forma diferente os fatos.

Entender a construção de uma narrativa histórica do período como consequência de uma reconstrução de eventos vividos, partilhados e transmitidos de sua maneira e a seu tempo, que garantem a formação de códigos de representatividade e identidade às partes envolvidas. As experiências individuais e coletivas das Mulheres têm muito a acrescentar à escolha individual e pessoal de cada uma delas em formação de uma identidade coletiva. Sua narrativa e enumeração dos fatos tem relação com suas escolhas prévias, que para esta dissertação culminou na opção desta agremiação ao apoio ao golpe e aos anos iniciais da Ditadura. Compreender suas escolhas nos permite compreender suas ações, então vamos a elas.

## CAPÍTULO II

---

### *Ação Política.*

#### *As sentinelas do governo.*

Criada no contexto da radicalização das posições políticas no governo de João Goulart, a CAMDE teve sua ação política por cerca de uma década, exercendo atividades públicas em pelo menos três contextos distintos: o primeiro, relacionado diretamente ao governo de Jango entre junho de 1962 e início de março de 1964, devido à radicalização das posições frente ao debate sobre as Reformas de base. O segundo no contexto de intervenção militar efetiva, onde os grupos femininos demonstraram manifestações de apoio aos militares, como para esta dissertação o I CONGRESSO SULAMERICANO DE MULHERES EM DEFESA DA DEMOCRACIA e, por fim, o discurso feminino nos anos de acirramento do fechamento do sistema político.

Neste capítulo, buscamos reconstruir as ações destas mulheres seja na construção do golpe, seja nos anos posteriores, de forma a comprovar suas ações no sentido de construir um consenso sobre o projeto conservador militar a partir da metodologia de análise de fontes de jornais e revistas referentes à época, encontradas no Arquivo Nacional e aqui disponibilizadas em anexos sempre que possível. Assim, reconstruiremos a história desta entidade e seus atores políticos, de maneira a compreender melhor a ditadura civil-militar que versou sobre o Brasil durante 21 anos, complexificando a lógica de manipulação e coerção, destacando o universo simbólico que construiu identidade com determinados valores por parte deste grupo de mulheres.

Com base nos dados fornecidos nesta dissertação sobre construção do imaginário das Mulheres conservadoras da CAMDE, Amélia Molina Bastos, presidente da CAMDE, na ocasião da abertura do I CONGRESSO SUL-AMERICANO DA MULHER EM DEFESA DA DEMOCRACIA disse:

“Ficaremos *sempre* a postos e, seja onde for, seremos sentinelas na vanguarda da defesa da democracia, porque julgamos ser este o melhor dos

regimes. O que fazemos é em benefício de nossos filhos e do futuro do Brasil”.<sup>97</sup>

Ela não estava falando a esmo. As Mulheres da CAMDE trabalharam em prol do que chamavam de governo revolucionário contra a ameaça dos vermelhos. Estabeleceram fortes conexões entre a ordem e os códigos morais, a disciplina e as questões da defesa da família de maneira a assinalar, na educação, a premissa número um para a construção de um país organizado e protetor de seu povo, dentro dos padrões aceitáveis.

Como citado na Introdução, as ações da CAMDE começaram em 1962, quando da fundação da entidade, na casa de Amélia Molina Bastos, com um total de 22 famílias. Segundo a senhora Molina, a reunião fazia parte do seu próprio trabalho para a Paróquia Nossa Senhora da Paz, onde costumeiramente visitava vizinhos com a intencionalidade de levá-los a frequentar a missa e aproximá-los da Igreja. Cabe ressaltar que a fundação oficial da entidade ocorreu apenas um mês depois no auditório do Jornal O Globo, no Rio de Janeiro.

No entanto, a reunião do dia 12 de junho foi diferente. Compareceram os vizinhos General Antônio de Mendonça Molina, irmão de dona Amélia<sup>98</sup>, e o engenheiro e economista Glaycon de Paiva, considerados no histórico da Instituição como integrantes do “movimento de âmbito nacional em prol da democracia”, membros do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES). Também compareceu o frei Leovigildo, pároco de Ipanema, como supracitado, segundo Amélia Molina trazia fichas da Aliança Eleitoral pela Família (ALEF)<sup>99</sup>, para que as Mulheres presentes se comprometessem e espalhassem pela vizinhança, e depois, perto da eleição, o cardeal diria nomes que poderiam ser eleitos.

Fruto desta reunião, a visão destas Mulheres, em particular Dona Amélia Molina, era a de uma situação limite de caos e ameaça de ateísmo comunista. O frei

---

<sup>97</sup> EDUCAÇÃO, PODER, FAMÍLIA E RELIGIOSIDADE LEITURA DOS ANAIS DO I CONGRESSO SUL-AMERICANO DA MULHER EM DEFESA DA DEMOCRACIA - 1967 Charliton José dos Santos Machado.

<sup>98</sup> FUNDO DA CAMPANHA DA MULHER PELA DEMOCRACIA. Arquivo Nacional/CODES. Documentos Privados. Código PE. Caixa 40. Pasta 4. Histórico da Campanha da Mulher em Defesa da Democracia.

<sup>99</sup> Criada em 1961, a Aliança Eleitoral pela Família tinha por objetivo indicar aos fiéis os candidatos cujos projetos estivessem de acordo com as posturas defendidas pela Igreja.

Leovigildo, declarava que “esta é a terrível situação e os homens não podem fazer nada, porque estão fracassados. Mas a mulher pode. É uma força nova (...) ainda salvará o país.”<sup>100</sup>

No dia seguinte à fundação da CAMDE, lideradas por Amélia Molina, as mulheres foram à sede do Jornal O Globo, para entregar um manifesto intitulado *Protesto Feminino* contra indicação do então ministro das Relações Exteriores, San Tiago Dantas, político do Partido Trabalhista Brasileiro de centro-esquerda nacional desde 1955.

Resgatando a data oficial de fundação da CAMDE no auditório do Jornal O Globo, Rio de Janeiro em 11 de Julho de 1962, é notável a importância dada a estas pela imprensa. O jornal aqui citado não destacou apenas o ato de fundação da entidade, mas toda ação do grupo durante os anos de 1964 até 69, dando ampla cobertura. Sobre a Reunião de fundação oficial deste grupo no jornal, as ex-diretoras do grupo afirmam:

“A Amelinha e a Lúcia Jobim telefonaram para o Rogério Marinho que era de O Globo, por acaso também muito amigo nosso né? De todas (...) o Rogério e a Bebeta, mulher dele que é amiga minha, me telefonaram. Eu com minha irmã também, aí nós fomos nos formando.”<sup>101</sup>

É perceptível assim a estreita relação entre este periódico e as ações deste grupo nos anos em questão nesta dissertação, observando o comprometimento do Jornal contra o governo João Goulart, bem como sua importância para o sucesso das manifestações destas Mulheres, como explica a ex-diretora de divulgação da CAMDE:

“Eles (os comunistas) tinham conhecimento nosso porque eles estavam infiltrados em todos os setores do Rio de Janeiro. Era o Exército, Marinha, Aeronáutica e também se infiltravam nos jornais. Então, o perigo justamente de você entrar nos jornais era de você pegar um (jornalista)

---

<sup>100</sup> CORDEIRO, Janaína Martins. “A NAÇÃO QUE SALVOU A SI MESMA”. Entre Memória e História, A Campanha da Mulher Pela Democracia (1962/74).

<sup>101</sup> CORDEIRO, Janaína Martins. “A NAÇÃO QUE SE SALVOU A SI MESMO.” Entre Memória e História, a Campanha da Mulher pela Democracia (1962/74). Dissertação de Mestrado- Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal Fluminense.

comunista. Eu como conhecia o Rogério (Marinho) ele me indicava as pessoas que eu deveria procurar dentro dos jornais.”<sup>102</sup>

É possível concluirmos que a grande maioria das Mulheres, como já citado nessa dissertação, pertencia à classe média, às elites da Zona Sul carioca, no entanto, mais contagiante é percebermos que seu discurso de mãe-dona-de-casa-esposa era muito mais abrangente não se limitando às esferas classistas. O medo de que o comunismo destruísse a Família, a Pátria e a Igreja era um conjunto de referentes partilhados pelas mais diversas esferas sociais brasileiras.

Assim vários núcleos da CAMDE foram sendo criados em bairros como Santo Cristo, Botafogo, Tijuca, Méier, Santana, Ilha do Governador, Rocinha e em cidades como Niterói, Petrópolis, Florianópolis, Juiz de Fora, Araxá, Uberaba, e Itajubá.

Depois de 1964, com o apoio do SENAI, a CAMDE organizou sob a liderança da diretora de obras sociais do núcleo de Ipanema, cursos que atendessem à população local, como o curso de ladrilheiros para os meninos e costura para as meninas.

Em abril de 1965, a Marcha da Família para com Deus e pela Liberdade do Rio de Janeiro completava um ano. A CAMDE neste dia distribuiu alimentos em comunidades carentes da cidade em associação com a Cruz Vermelha americana e brasileira numa Campanha que ficou conhecida como “Alimentos para a Paz.”<sup>103</sup>

Cabe ressaltar, como demonstrado em nossa Introdução, que as ações da CAMDE tiveram início desde pelo menos 62, ano de sua fundação. Neste momento ocorreram eleições para Câmara Federal, parte do Senado e para alguns estados da federação. Estas mulheres fizeram campanha a favor de quem elas chamavam “candidatos democratas”, resgatando a imagem da nação como uma grande família.

No dia 05 de outubro, antevéspera das eleições, a CAMDE divulgou um manifesto conclamando as mulheres cariocas a comparecerem às urnas para votar nos

---

<sup>102</sup> CORDEIRO, Janaína Martins. “A NAÇÃO QUE SE SALVOU A SI MESMO.” Entre Memória e História, a Campanha da Mulher pela Democracia (1962/74). Dissertação de Mestrado- Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal Fluminense.

<sup>103</sup> CORDEIRO, Janaína Martins. “A NAÇÃO QUE SE SALVOU A SI MESMO.” Entre Memória e História, a Campanha da Mulher pela Democracia (1962/74). Dissertação de Mestrado- Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal Fluminense.

candidatos que assegurassem ao Rio de Janeiro e ao Brasil “dias de paz”. Dizia o documento:

“A democracia está ameaçada pela campanha subversiva de seus inimigos. É necessário barrar-lhes o acesso ao poder e para isso só existe um caminho: o do voto concedido aos bons candidatos, àqueles que não compactuam com a desordem, com os totalitarismos com a violência. Devem lembrar-se as mulheres brasileiras que o futuro de seus filhos, a segurança de seus lares, a sobrevivência das instituições estão em jogo. Que elas não deixem de cumprir a obrigação cívica de votar, pois cada abstenção aproveitaria os inimigos da democracia, que tudo farão para liquidá-la, se não forem vencidos agora.”<sup>104</sup>

Mesmo com as mobilizações das direitas, nas eleições de 1962 o PTB aumentou significativamente a sua bancada no Congresso que, de 66 deputados, passou a ser de 104. No entanto, a UDN e o PSD juntos ainda obtinham 54% das cadeiras do Congresso. Muito mais importante do que o resultado das eleições é a observância do discurso utilizado pela CAMDE nesta ocasião de divisão entre democracia e comunismo.

Cabe ainda ressaltar que nessa conjuntura ocorreu o debate sobre a antecipação do plebiscito que decidiria pelo retorno ou não ao presidencialismo. Quando da Renúncia de Jânio Quadros em 1961, uma emenda constitucional garantiu a posse de João Goulart mediante o estabelecimento do sistema parlamentar de governo, representando uma vitória dos setores liberais-conservadores. No entanto, a mesma regulamentou um plebiscito para decidir a manutenção deste sistema que se realizaria no início do ano de 1965, quando terminaria o quinquênio iniciado por Jânio Quadros.

João Goulart, meses antes das eleições parlamentares de 1962, propôs ao Congresso a antecipação do plebiscito a se realizar junto com as eleições e outubro daquele ano; e o primeiro-ministro, Brochado da Rocha, solicitava ao Congresso a concessão de poderes especiais que lhe permitiria legislar por decretos.

Nesta conjuntura, as Mulheres da CAMDE se mobilizaram e quatro das suas associadas juntamente com integrantes da UCF de São Paulo, foram à Brasília levando

---

<sup>104</sup> À mulher brasileira. O Globo, 05/10/1952, P.1

“trinta mil cartas nas quais o povo pedia ao Congresso que não capitulasse, cedendo ao pedido de delegação de poderes ao primeiro-ministro.”<sup>105</sup>

Bem como também pediam para que os deputados não aceitassem a antecipação do plebiscito. A comitiva foi recebida por deputados da UDN e do PSD e entregou pessoalmente as cartas ao presidente da Câmara, deputado Ranieri Mazilli.

Todas estas ações aqui narradas demonstram que a CAMDE se auto-intitulava apartidária, e buscava apelar à coragem e patriotismo dos políticos, indispensáveis à vida pública, justificando seus pedidos em nome da defesa da família brasileira, de quem elas, como mães, foram guardiãs.

O plebiscito não foi antecipado para 62 como João Goulart queria; e sim para janeiro de 1963. Neste sentido, estas mulheres evitaram a oposição direta à figura da instituição presidente, respeitando a concepção de autoridade, do poder máximo da Nação, mas em constante vigília contra as ações do governo que poderiam denunciar ou representar um sentido de aproximação ao comunismo.

Continuando a análise da caminhada da CAMDE no sentido da reconstrução dos episódios que culminaram no golpe, representando o apoio de parcelas civis ao projeto conservador militar, no dia 22 de março de 1964 esta entidade fez publicar nos jornais um manifesto de convocação das Mulheres cariocas para se unirem às paulistas contra uma aparente infiltração comunista e em defesa das instituições democráticas. Era para estas Mulheres uma reação ao Comício da Central do Brasil realizado por Jango em 13 de março de 1964:

“Convidamos às mulheres cariocas para uma manifestação cívica de fidelidade às liberdades democráticas que o comunismo tenta destruir em nosso país (...). A hora de reação é nossa, pois temos ainda, graças à democracia, o direito de falar e respeito dos homens. (...) Defendamos nossos lares, defendamos nossa Pátria. Já começamos a luta. Vamos lutar por um saneamento no Brasil, por vigilância cívica, pois a nós é dada a grande responsabilidade de povoar com bons brasileiros a nossa querida Pátria. Que

---

<sup>105</sup> Senhoras do Rio e São Paulo contra o plebiscito e a delegação de poderes. O Globo, 08/08/1962, p1.

cada mulher seja um baluarte da Democracia, uma defensora da liberdade e uma agente de Deus.”<sup>106</sup>

Cabe aqui ressaltar que muitos pontos do discurso de Jango podem ter causado incômodo a este grupo de mulheres, mas era notável que o trecho onde afirma que “(...) *O cristianismo nunca foi escudo para privilégios condenados para o Santo Padre, nem também, brasileiros, os rosários podem ser levantados contra a vontade do povo(..)*”<sup>107</sup> teria destaque na construção de uma identidade de repulsa por este grupo à, então, figura de Jango.

Estas mulheres deram à fala do presidente a significação de ofensa ao terço, um elemento da religiosidade Católica, causando, por parte dos grupos femininos primeiramente em São Paulo e posteriormente em todo o país, um sentido da mobilização de um “movimento de desagravo ao Rosário”<sup>108</sup>.

É desse evento que nasce a Marcha da Família para com Deus e pela Liberdade, episódio que marcou a história brasileira por representar uma das maiores manifestações de apelo pela intervenção militar em defesa da garantia da moralização das instituições acabando com a ameaça comunista.

No Rio, antes mesmo do Comício da Central do Brasil, a CAMDE já se articulava contra a realização do evento, convocando seu próprio comício no dia 10 de março contando com a presença de suas associadas e a população em geral, em um total de cerca de duas mil pessoas. Nele, a agremiação protestava contra a legalização do Partido Comunista Brasileiro e contra o comício das Reformas, e assim, propôs que no dia 13, acendessem velas e estendessem toalhas brancas em suas janelas como forma de oposição à realização do Comício da Central.

Segundo o histórico da CAMDE, a motivação para a realização da Marcha Carioca, marcada para o dia 2 de abril, teria sido um trecho do discurso de Jango na

---

<sup>106</sup> FUNDO DA CAMPANHA DA MULHER PELA DEMOCRACIA. Arquivo Nacional/CODES. Documentos privados. Código PE. Caixa 38. Pasta 1. Recorte de Jornal: “Mulheres vão às ruas lutar pelo Regime”. Diário de Notícias. 22/04/1964.

<sup>107</sup> Discurso do presidente João Goulart no comício da central do Brasil em 13 de março de 1964. In: CORDEIRO, Janaína Martins. “A NAÇÃO QUE SE SALVOU A SI MESMO.” Entre Memória e História, a Campanha da Mulher pela Democracia (1962/74). Dissertação de Mestrado- Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal Fluminense.

<sup>108</sup> Idem, p. 45.

Central do Brasil, onde o mesmo teria afirmado que “o terço e a macumba da zona sul não teriam poder sobre ele.”<sup>109</sup>

Mesmo estando em um cenário muito mais amplo de participação de agremiações femininas na defesa da democracia e de luta contra a ameaça comunista, a Marcha da Guanabara seria diferente. Com a ação desencadeada de forma antecipada pelas tropas de Olímpio Mourão e a deposição de João Goulart no dia primeiro de abril, a Marcha do dia 2 ganhou assim uma nova significação, como mencionado no capítulo introdutório. Tratava-se de comemorar a intervenção militar, como a ação que salvou o Brasil.

A imprensa noticiou o evento de maneira a reforçar a grandiosa manifestação de apoio aos militares:

“Não existe em memória carioca lembrança de uma concentração popular das dimensões da Marcha cívica de ontem. Nenhum acontecimento, nenhum fato, nenhuma emoção coletiva anterior provocou manifestações como essa Marcha.”<sup>110</sup>

A Marcha contou com toda uma logística que garantiu a chegada dos mais diversos grupos sociais ao ponto de encontro ser marcado na Avenida Presidente Vargas em frente à Candelária. O percurso foi a pé pela Avenida Rio Branco, e a concentração foi no Castelo, na Praça do Expedicionário, onde foi construído um palanque para recepcionar o General Mourão, além de entidades cívicas, de classe e de igrejas; bem como recebeu apoio das mais diversas entidades, como o sindicato dos Advogados e dos Trabalhadores da Construção Civil. À frente ia o presidente Eurico Gaspar Dutra e ao redor dele as Mulheres da CAMDE, e ao fim, vinha a Senhora Amélia Molina uma das oradoras de maior empenho e entusiasmo da ocasião.

Segundo Dona Eudóxia<sup>111</sup>, a Marcha da Vitória, onde a CAMDE foi à organizadora, ajudada pela Associação Comercial e pelo Centro Industrial, foi considerada por elas uma explosão de alegria. Desta forma os eventos organizados por estas mulheres foram de real impacto e sucesso para o desfecho do golpe, ressaltando a

---

<sup>109</sup> Idem, p. 47

<sup>110</sup> Idem, p. 48.

<sup>111</sup> Dantas, Eudóxia Ribeiro. “Voltando no Tempo”/Eudóxia Ribeiro Dantas – Rio de Janeiro:1998.

capacidade de mobilização social dos grupos femininos, ponto debatido no primeiro capítulo desta dissertação.

Nesse momento, as mulheres da CAMDE ganharam espaço no debate político de viés conservador, tendo como pano de fundo a perspectiva de conscientização cívica e política da mulher em defesa dos princípios por elas considerados sagrados do lar, da família, da nação e da fé divina. De Norte a Sul do país quatrocentas cidades realizaram marchas, erguendo faixas e a bandeira, na maior realização até então vista em defesa da família e de Deus.

Segundo Dona Eudóxia, este ato de desafiar e combater as forças comunistas rendeu ao grupo o convite de dois partidos americanos (Democrata e Republicano) para passar um mês nos Estados Unidos com a missão de representar as senhoras de São Paulo, de Minas e do Rio, sendo a Presidente Amélia Molina a porta-voz em Washington.

No pós-golpe, a CAMDE ainda continuou sua ação fazendo apelos nas rádios e televisões para concentração em frente à casa do General Castello Branco, considerado pela organização o grande vitorioso estratégico da “Revolução”. Neste episódio, a presidente da CAMDE teria incumbido Dona Eudóxia de pedir ao General Castello Branco que ele assumisse a presidência do Brasil, lançando assim a candidatura oficial dele. Na ocasião, o Rádio e a televisão já haviam sido avisados.

Neste ponto, segundo Rojas nesta conjuntura acaba-se estabelecendo uma conexão entre Democracia e decadência, sendo a decadência consequência da democracia por debilitar a ação criadora da elite, ao acabar fazendo concessões ao comunismo internacional, gerando a aparição de terrorismo e subversão; tornando possíveis agressões internas e externas, que tornam imprescindível a repressão. Assim a decadência do Ocidente à época era representada, na decadência da democracia fazendo com que parcelas se questionassem se os mecanismos democráticos eram suficientes para a liberdade.

Cresce nesta conjuntura o autoritarismo como forma de conter o perigo do pluralismo ideológico garantido pela democracia, que poderia levar à chegada ao poder do marxismo-leninista. É neste momento que o conceito de democracia se vê vinculado a uma espécie de estado de espírito muito mais do que um conceito, e deveria levar a soberania de uma nação. Assim, as ideias democráticas só valeriam a pena quando

realizavam os interesses da nação e desta forma a vontade popular deveria estar submetida à vontade da nação.

Assim, no pós-golpe, a tônica do discurso das Mulheres da CAMDE se modifica no sentido de trabalhar em benefício da consolidação do regime da limpeza das Instituições. Para tal fim, passaram a cobrar punição aos elementos considerados subversivos e vinculados ao Governo Goulart, bem como se colocavam em vigilância permanente frente aos setores da sociedade; e a preocupação com a Educação Cívica da Sociedade, especialmente dos Jovens, para que a “revolução” não fosse interrompida.

Com a vitória sobre Jango, a revista *Reader's Digest*<sup>112</sup>, em uma edição especial, relatou a participação ativa destas mulheres nos eventos que culminaram no golpe. Para o lançamento desta revista foram convidadas senhoras cujas entidades tinham tomado parte ativa na luta por dois anos contra o comunismo. Da CAMDE, foram Amélia Molina, Presidente e Dona Eudóxia Ribeiro, Vice-presidente, ficando hospedadas no hotel Saint Regis.

Neste encontro, estas mulheres tiveram estágios de cerca de quinze dias sobre como funcionavam as Instituições Democráticas Americanas, bem como o funcionamento das eleições. Sendo, para estas mulheres, baseados nos relatos de Dona Eudóxia, os programas fornecidos pelos Republicanos os mais interessantes. Fizeram visitas para conhecer penitenciárias em Nova York. Segundo a mesma “muito favelado trocaria seu barraco por uma cela nessa prisão cinco estrelas.”<sup>113</sup>

Para Dona Eudóxia, aquela realidade que estavam vivendo significava que:

“Nós éramos representantes das entidades cívicas femininas brasileiras, vencedoras de uma grande guerra ideológica, na qual o Brasil representaria a maior conquista para as forças de esquerda, e para a mídia a arma mais poderosa. Fomos homenageadas por esta mídia com uma recepção reservada às margens da maior importância mundial.”<sup>114</sup>

---

<sup>112</sup>Revista criada em 1918 em Nova Iorque, sendo que neste período a ideia não obteve financiamento. Sendo relançada em 1922.

<sup>113</sup> Dantas, Eudóxia Ribeiro. “Voltando no Tempo”/Eudóxia Ribeiro Dantas – Rio de Janeiro:1998. pág.: 92

<sup>114</sup> Idem, pág.: 93.

Este episódio de visita aos EUA foi muito além às temáticas políticas. No pós-64, quando a contrarrevolução saiu vitoriosa e as mulheres da CAMDE são convidadas para assistir as eleições nos EUA, Dona Eudóxia foi designada para acompanhar Nelson Rockefeller nas ruas de Nova York, pedindo votos para sua eleição para prefeito. Este fato fez Dona Eudóxia lembrar que em 1932 o mesmo Rockefeller esteve em visita a São Paulo e foi recebido na casa da irmã de Dona Eudóxia. Este foi um episódio lembrado com muita festa.

No dia sete de setembro de 1964 a CAMDE lançou um manifesto patriótico para a juventude com os dizeres:

“Jovem! Em você está a semente da criação! Da renovação! Na sociedade moderna só sobrevive quem domina a ciência e a técnica. A História nos ensina que sem a chama viva e duradoura dos valores espirituais nenhuma Nação jamais se definiu, jamais traçou seus destino! Neste sete de setembro de tão alta significação para o povo brasileiro, a Campanha da Mulher pela Democracia vem, no altar da pátria, depositar seu ato de fé.

Cremos no nosso povo, bom, valoroso e forte. Cremos na Terra de Santa Cruz, grande e dadivosa, obrigando sempre seus filhos debaixo da mesma bandeira que tanto amamos.

Cremos no caldeamento de raças que povoam o solo brasileiro, do qual está surgindo uma juventude responsável.

Cremos que esta juventude encontrará o caminho que só a disciplina, a verdade e o espírito cristão podem e de entusiasmo pelo Progresso do País, são capazes dos maiores sacrifícios para que Brasil rompa os grilhões da ignorância, amplificando seus horizontes numa civilização genuinamente brasileira.”<sup>115</sup>

Em 1965, quando o governo Castello combateu as altas taxas inflacionárias e a elevação do custo de vida, com a política de estabilização do ministro Roberto Campos, as mulheres da CAMDE fizeram uma intensa campanha a favor do controle dos preços. Junto com a SUNAB (Superintendência Nacional de Abastecimento), deu início a “Campanha em Defesa da Economia Popular”, onde as mulheres da CAMDE faziam

---

<sup>115</sup> Idem, pág.: 95

apelos às donas de casa para que fiscalizassem os preços e não comprassem os produtos acima dos preços liberados por elas e pela SUNAB.

Em 1965, tendo passado o primeiro semestre envolvida na Campanha pela Economia Popular, no segundo semestre a CAMDE se voltava para as eleições estaduais que ocorreriam naquele ano; e, duas semanas após o resultado destas eleições, ocorreria outra, agora interna, para escolha da nova presidente e diretoria da CAMDE. Em 1962 existia uma aproximação entre a agremiação e o Lacerdismo, no entanto, em 1964 com a prorrogação do mandato de Castello Branco até 1967 e a consequente suspensão das eleições de 1965, Lacerda rompeu definitivamente com o presidente.

Vimos nessa dissertação que durante a “revolução” a CAMDE apoiou fortemente a posse do Marechal Castello Branco, fazendo com que a relação entre as mulheres desta agremiação e o Governador da Guanabara ficasse comprometida.

Ressaltamos ainda que ocorre uma ruptura das relações de Lacerda com o jornal “O Globo”. Quando, em agosto de 1964, ele foi convidado para palestrar para as mulheres no salão paroquial da Igreja Nossa Senhora da Paz, fica clara essa ruptura, pois ele aproveita o espaço que lhe foi fornecido, quando o jornal divulgou a palestra, para fazer ataques aos diretores do jornal.

Este episódio deixou a diretoria da CAMDE numa situação constrangedora. Já mencionamos neste trabalho a relação de proximidade entre a CAMDE e a mídia por intermédio deste jornal. Foi assim considerado o episódio que marcou o afastamento da CAMDE em relação a Lacerda.

Passadas as eleições de 1965 para governadores, as mulheres da CAMDE se decidiram pelo apoio a Castello Branco. E, posteriormente, apoiaram publicamente o Ato Institucional nº 2, o qual pôs fim aos partidos então existentes, liquidando as intenções de Lacerda de chegar à presidência.

O apoio da CAMDE ao AI-2 demarca claramente o conservadorismo presente na Instituição. No entanto, neste momento é possível perceber, apesar do intenso conservadorismo, que não existiu uma unidade em relação à postura que a Instituição deveria tomar frente à política. Assim, ocorre uma cisão interna formando duas chapas, a “chapa conservadora” e “chapa renovadora”. As duas se diferenciavam no tocante a presença do suposto retorno dos comunistas ao poder.

Nas fontes encontradas no Arquivo Nacional, bases desta dissertação não aparecem evidências desta dissidência até o AI-2; e a parcela que compunha a “chapa renovadora” que rompeu com a CAMDE, afirma tê-lo feito por entender que a agremiação não fez nada para impedir que os “comunistas voltassem ao poder”, num cenário onde Castello optava por dar posse a candidatos eleitos do PTB e não existem nas fontes evidência do contrário. Esta cisão acabou culminando no acolhimento pela Liga Democrática Radical (LIDER)<sup>116</sup>, das dissidentes da CAMDE.

As eleições internas para a CAMDE também representaram esse conservadorismo, na medida em que a chapa de dona Amélia, “chapa conservadora”, permaneceu vitoriosa.

O apoio das dissidentes da CAMDE, lideradas por dona Elisabeta Martinelli – esposa do coronel Martinelli – aos protestos da LIDER, fez surgir um grupo denominado “Revolucionárias de verde”, que funcionava dentro da Liga e que pediam a eliminação do governo de políticos ligados a João Goulart.

A Tribuna da Imprensa dava ampla cobertura às ações da LIDER e das Dissidentes da CAMDE, que manifestavam opiniões próximas às de Lacerda que, por sua vez, se aliava à linha-dura, e juntos chegaram a pensar na derrubada de Castello. Fica assim evidente a divisão de posições. A CAMDE apoiada pelo jornal O Globo e favorável à política de Castello; e as dissidentes da CAMDE, apoiadas pela Tribuna de Imprensa e próximas à linha-dura e de Lacerda.

No entanto, este cenário aparentemente mensurável faz perder por suas entranhas a complexidade dos eventos, pois escamoteia o grau de autoritarismo que pode ser atribuído aos anos Castellistas no Brasil, reforçando a versão de que entre 1964 e 67, vivemos uma ditadura Branda bem como, reforça a visão de que a CAMDE como grupo feminino adotou uma medida moderada, na medida em que se uniu ao grupo moderado no poder.

Foi em Outubro de 1965 que nesta suposta fase Branda, fez-se aprovar o Ato Institucional nº2, e como dito anteriormente, amplamente apoiado pela CAMDE. Este AI legislou sobre a atribuição presidencial de poder cassar mandatos e suspender direitos

---

<sup>116</sup> Movimento de caráter militar fundado logo após o golpe de 64 pelo coronel do exército Osneli Leite Martinelli e integrava a chamada linha-dura. <http://atlas.fgv.br/verbete/1205> Acessado em 23/05/2014.

políticos, extinção de partidos políticos, dentre outros pontos, sendo assim entendido como mecanismo de endurecimento progressivo da ditadura.

De outra forma, no telegrama de apoio da CAMDE ao AI 2, percebemos a definição de conceitos como Democracia, muito próxima da leitura de mundo dos mais conservadores, ou dos ligados à Linha-Dura, como Carlos Lacerda, o qual afirmava que o país precisava ser preparado para a Democracia.

Em 1966, a CAMDE criou o “Banco do Sapato”<sup>117</sup> cujo objetivo era a doação de sapatos para crianças carentes e alunos de escolas públicas no Rio de Janeiro. Por um valor irrisório de Cr\$0,50 e o comprometimento de não vender, trocar ou doar o sapato adquirido, a criança recebia par de calçados, sabonete, pasta e escovas de dente, xampu e talco. Com o desenvolvimento das atividades deste núcleo em 1969, a CAMDE cria a “Fundação Educativa e de Promoção à Comunidade”<sup>118</sup>, esta que deveria, a partir de 70, ampliar os programas do Banco do sapato.

Ainda em 1966, a CAMDE divulgou um manifesto no qual louvava a iniciativa “austera” do governo de renovar o país sem recorrer ao aparato de um órgão similar ao DIP de Vargas, para propagandear as realizações do governo, mas apontavam para a necessidade de um veículo de difusão da relação entre o governo e o povo para manter o futuro da Revolução sob o risco de esmorecer os ideais e a luta revolucionária.

Em consonância com a orientação da agremiação quanto ao futuro da “Revolução”, Dona Eudóxia, se preocupou com a educação e assim, preparou uma agenda, que foi debatida com os senhores reitores das Universidades Católicas de Petrópolis e Rio de Janeiro, para ser levada ao Presidente da República em \1967, o General Costa e Silva. Seguem trechos da Agenda:

“(...) Considerando que os problemas enfrentados pelo Brasil são decorrentes da deficiência de educação moral, intelectual, espiritual, cívica e da instrução adequada em todos os níveis e ramos profissionais, sugerimos como ideia global a ser dividida em metas a serem atingidos em épocas determinadas os seguintes itens:

Agenda:

---

<sup>117</sup> Idem, pág.: 64

<sup>118</sup> Idem, pág.: 64

- 1) Dinamização, moralização e desburocratização do Ministério da Educação e Cultura;
- 2) Aplicação das verbas existentes no MEC, através da criação de metas a atingir, em ordem de urgência, tendo em vista que a educação é matéria de salvação nacional (...);
- 3) Mobilização e encaminhamento da capacidade de aposentados e voluntários para o ensino Geral (...);
- 4) Usa da capacidade ociosa de casas e edifícios públicos como recintos para salas de aula, utilizando-as, bem como as já existentes, em tempo integral dia e noite (...);
- 5) Tratar o estado atual da educação como estado de calamidade pública e enquadrá-lo como problema de segurança nacional;
- 6) Uso de propaganda gratuita “não utilizada” em escala nacional para sensibilizar a opinião pública, procurando convencê-la de que desenvolvimento só é alcançado através da educação em todos os níveis, induzindo-a para que, com esforço gigantesco, possa atingir a Revolução pela Educação (...);
- 7) Atualização constante do levantamento da demanda de técnicos para o preenchimento do mercado de trabalho, dando ao mesmo, ampla divulgação nos meios de comunicação e universitários;
- 8) Exigência de prazo para a Reforma Universitária (...);
- 9) (...) cessão de plataformas e outras instalações ferroviárias desativadas às prefeituras, para serem transformadas em escolas profissionalizantes ou de qualquer outro nível de ensino;
- 10) Remuneração condigna e diferenciada para o magistério, segundo critérios de valor e operosidade. Incentivo à frequência dos professores, que receberiam aumentos (...);
- 11) Unificação dos currículos técnicos e científicos (...);

Metas:

- 1ª) Alfabetização de cem por cento da população na faixa dos sete aos dezoito anos;
- 2ª) Democratização do ensino em todos os níveis através da criação de um sistema de bolsas que proveja o seu reembolso nos casos dos alunos do curso

superior, possibilitando a formação de uma elite intelectual e o fomento do ensino técnico adequado às capacidades individuais;

3ª) Ampliação da capacidade do ensino universitário, com abatimento relativo à situação econômica de cada um, podendo atingir o auto financiamento. Facilidades de trabalho nas próprias universidades, para os estudantes.”<sup>119</sup>

O Padre Laércio Moura, Reitor da Universidade Pontifícia Católica do Rio de Janeiro, sugeriu o seguinte:

“Sensível como o governo demonstra estar ao desafio do problema do ensino no país, seria apreciado e louvado o uso corajoso da legislação como arma para a transformação das universidades. Sua eficiência ficou comprovada com a execução do decreto nº 53 de outubro de 1966 e o decreto nº 252 de janeiro de 1967, que obrigou a criação de Institutos nas universidades. Para o cumprimento de suas finalidades precípuas, que são a formação moral e intelectual do homem Brasileiro, urge ao ministério da Educação e Cultura impor-se ao conceito público pelo respeito e eficiência.”<sup>120</sup>

Assim, durante todo ano de 67, o debate que raiou dos encontros destas Mulheres foi a Reforma Educacional e sua imbricação com a saída “revolucionária” pela qual o Brasil tinha “optado”. No Capítulo III desta dissertação analisaremos o I Congresso Sul-Americano da Mulher em Defesa da Democracia realizado em abril de 1967 no Hotel Glória, Rio de Janeiro, constituindo-se num movimento internacional de amplo alcance da opinião pública. (ANEXO III. PE.0.0.34/50)

Quando analisamos o histórico da CAMDE, percebemos um esforço no sentido de posicionar a ação da entidade no ano de 1967, construindo uma memória de que no pós-golpe estas mulheres não teriam se envolvido em manifestações políticas, se dedicando a campanhas sociais e de utilidade pública. Assim, a CAMDE só teria agido

---

<sup>119</sup> Idem, pág.: 101/102

<sup>120</sup> Idem, pág.: 102

entre os anos de 1962 e 64 em função da conjuntura na qual o Brasil e seu povo se viram imersos.

No entanto, esta versão desloca sociedade e governo como elementos separados como se a sociedade nunca tivesse tido relação com a truculência do governo; bem como nos remete à interpretação do governo Castello como uma ditadura branda ou moderada, a revelia de todas as perseguições, cassações e prisões nele realizados. É preciso que concentremos esforços na percepção de que as ações da CAMDE foram parte de uma estratégia política de consolidação e legitimação do regime civil-militar em termos ideológicos e simbólicos.

Havia uma interlocução entre estas agremiações femininas e as intenções disciplinadoras, anticorrupção, e anticomunistas defendidas pelos militares; bem como compartilhavam da necessidade de uma educação cívica da juventude, baseada nos preceitos democráticos e cristãos. Assim, a atuação da CAMDE foi muito além de 67.

O ano de 1968 seria de tensão interna e externa. Em um breve panorama, o cenário internacional, das décadas de 50 e 60 do século XX, foi de aprofundamento da “Guerra Fria”. Na América Latina, a realidade que se destacou foi a valorização no imaginário, na mídia, no vocabulário e no terreno do confronto violento, da luta armada, de reformas arrancadas pela força, pelas guerrilhas e pela revolução socialista. Pode-se ainda enumerar exemplos deste radicalismo como a Guerra do Vietnã retomada desde início dos anos 60; a Guerra da Argélia encerrada em 1962; as Guerras árabes- israelense; a Guerra Civil no Congo; As Guerrilhas na África subsaariana. Na América, vê-se crescer a onda nacionalista de caráter popular, reformista e revolucionária.

O clima de agitação mundial se estendeu por todo o ano de 1968, mas foi especialmente no mês de maio daquele ano que as revoltas foram sentidas com mais força e transmitidas de um país ao outro pelos meios de comunicação de massa, principalmente a televisão.

Considerado “O ano que nunca terminou”<sup>121</sup>, no Brasil, o quarto ano de governo militar foi marcado pelo aumento dos movimentos de protesto. Muitos políticos tradicionais, líderes partidários e sindicais estavam presos ou exilados, ao mesmo tempo em que a tentativa de criar uma oposição moderada – Frente Ampla –

---

<sup>121</sup> Subtítulo do livro de Zuenir Ventura, uma expressão que se tornou marcante numa referência aos acontecimentos de 68, prova disso é a constante rememoração da data e de seus eventos.

fracassava. Operários e estudantes foram os principais grupos que se chocaram com a ordem vigente.

Neste cenário turbulento de críticas ao Governo Militar, as Mulheres da CAMDE em 14 de março publicaram no Globo uma nota (ANEXO IV. PE.0.0.46/32) conclamando os Intelectuais Brasileiros para a luta de oposição às restrições impostas contra a liberdade de opinião em certos países da Cortina de Ferro. Criticavam os intelectuais brasileiros, sempre tão fortes no clamor da defesa de liberdade de pensamento e expressão, pela postura considerada por elas de frieza e indiferença às notícias de jovens espancados, presos e eliminados das Universidades em Varsóvia; bem como os atentados de que tinham sido vítimas seus colegas nos países da Cortina de Ferro.

Claramente, as integrantes da CAMDE demonstraram sua insatisfação com os intelectuais brasileiros, que tanto criticavam a perda de liberdades no Brasil acusando os militares de programarem uma ditadura, e não apresentavam as mesmas críticas aos governos de base socialista submetidos à época à URSS.

Chegaram a afirmar que os Intelectuais deveriam se utilizar das liberdades e das garantias que a democracia brasileira lhes fornecia para protestar energicamente e veementemente, denunciando ao mundo livre a dolorosa e cruel experiência dos estudantes de Varsóvia e dos intelectuais dos países da Cortina de Ferro.

Assim a partir do já descrito nesta dissertação, com a importância destas mulheres na construção da opinião pública no Brasil, percebe-se a tentativa de questionamento de qual área era realmente uma ditadura. Claramente estas mulheres entenderam que no Brasil as liberdades eram “levemente feridas”<sup>122</sup> em nome da democracia e da ordem, fruto de sua forma cognitiva e socialmente construída de leitura das realidades.

A radicalização permaneceu e um dos momentos mais marcantes da história do ano de 68 foi o assassinato do estudante Edson Luís pela polícia, quando participava de um protesto no Rio de Janeiro, no restaurante Calabouço. No dia seguinte, seu enterro foi acompanhado por mais de 50 mil pessoas, transformando-se na maior manifestação contra a ditadura militar.

A partir de maio, os estudantes realizaram a ocupação de Universidades. A medicina em Belo Horizonte, a reitoria da USP, o prédio da PUC-SP e a UNB foram tomadas por universitários, ao mesmo tempo em que a reação do governo se dava pelo

---

<sup>122</sup> Expressão utilizada por estas mulheres, na reportagem do anexo V. PE.0.0.46/32.

recrudescimento da repressão. As passeatas se multiplicavam pelo país, sempre seguidas da força militar.

No dia 26 de junho de 1968, cerca de cem mil pessoas ocuparam as ruas do centro do Rio de Janeiro e realizaram o mais importante protesto contra a ditadura militar até então. A manifestação, iniciada a partir de um ato político na Cinelândia, pretendia cobrar uma postura do governo frente aos problemas estudantis e, ao mesmo tempo, refletia o descontentamento crescente com o governo. Dela participaram também intelectuais, artistas, padres e grande número de mães de estudantes.

No dia 2 de setembro, o deputado federal Márcio Moreira Alves, do MDB do RJ, discursou na Câmara dos Deputados, contra a invasão policial da Universidade de Brasília e propôs que o povo boicotasse a comemoração do dia 7 de setembro, pedindo ainda para que as moças não dançassem com cadetes.

A reação dos generais foi de irritação, e eles pressionaram a Câmara pela cassação do deputado. No dia 12 de dezembro, a Câmara dos Deputados negou a licença para o governo processar o deputado Márcio Moreira Alves e no dia seguinte o general Costa e Silva, presidente do Brasil, mandou fechar o Congresso Nacional e decretou o AI-5 (Ato Institucional número 5), dando início ao período de maior centralização e violência da ditadura militar.

O Ato Institucional nº 5 (AI-5) pareceu acentuar o caráter ditatorial do governo. O Congresso Nacional e as Assembleias Legislativas estaduais foram colocados em recesso, e o presidente, à época o general Costa e Silva, passou a ter plenos poderes para cassar mandatos eletivos, suspender direitos políticos, demitir ou aposentar juízes e outros funcionários públicos, suspender o habeas-corpus em crimes contra a segurança nacional, legislar por decreto, julgar crimes políticos em tribunais militares, dentre outras medidas autoritárias. Paralelamente, nos porões do regime, generalizava-se o uso da tortura, do assassinato e de outros desmandos. Tudo em nome da "segurança nacional".

Embora a CAMDE tenha declarado sua oposição ao uso de violência contra jovens no caso da morte de Edson Luís, em 14 de setembro do mesmo ano, em uma nota do Jornal do Brasil (ANEXO V. PE.0.0.46/36), Maria Helena da Gama Câmara, à época presidente da CAMDE, escreveu no "Caderno Especial" do dia 1º de setembro sobre a guerra revolucionária, que era um alarme à consciência nacional. Seus artigos teriam sido subsídios valiosos para todos aqueles que ainda não tinham noção da situação vivida no mundo. Claramente uma menção à ameaça vermelha em um cenário de radicalização dos conflitos políticos.

No dia 26 de outubro o Correio Popular de Campinas, com o artigo “Chamado à Razão” (ANEXO VI. Correio Popular, Campinas 26 de Outubro de 1968), apresentou várias colocações das Mulheres da CAMDE em defesa da Revolução implementado do Brasil desde 64.

O artigo critica as manifestações de 68, acusando estas de buscarem romper a ordem estabelecida por objetivos não muito claros, quebrando a vida rotineira das grandes cidades, prejudicando cidadãos e muitas das vezes sacrificando a vida de jovens tão preciosos para a sociedade. Levam a depredações, mortes de inocentes e afetam a vida normal do país, sem nenhum resultado prático para a população.

Assim reforça ser a CAMDE uma instituição independente e apartidária que defendia a democracia contra a onda terrorista que assolava o país. Aponta incidentes de mortes de estrangeiros pelos comunistas, os acusando de apresentar um comportamento incoerente.

Resgatou o passado e o ressignificou, afirmando sermos um povo que repudiamos as posições radicais e extremadas e que sempre procuramos soluções para os nossos problemas com serenidade. Assim, conclama o povo a não se afastar desta atitude, afirmando que passávamos por um momento difícil e que mediante a este cenário era necessária a união para manter o Brasil livre das ideologias espúrias.

Não comportando omissão, o momento para esta entidade sugeriu oferecer colaboração do povo ao governo para salvaguardar nossas Instituições, levando ao fim daquela lamentável onda de terrorismo e ao cumprimento fiel de nossas leis, retornando a paz e a tranquilidade nos lares dos Brasileiros. Afirmavam que neste momento o Brasil precisava do esforço de todos os cidadãos para que fossem adotados novos rumos para o desenvolvimento do país.

O Jornal Correio Popular, onde a CAMDE publicou este manifesto, foi fundado em 1927, por Álvaro Ribeiro. Em sua primeira publicação foi impressa a frase “O NOSSO OBJECTIVO. Seremos na imprensa vigilantes fiscais na administração pública e zeladores intransigentes do direito coletivo”<sup>123</sup>, esta permanece até hoje. Considerado um dos jornais de maior circulação da cidade de Campinas, o manifesto atingiu grupos das mais variadas esferas paulistas a ponto do próprio governo enviar a Dona Eudóxia Ribeiro, membro da CAMDE, uma nota de agradecimento pela defesa incondicional da luta contra o terrorismo e a manutenção da ordem estabelecida.

---

<sup>123</sup> Pela grafia atual, o título e a frase seriam escritas assim: O NOSSO OBJETIVO - Seremos na imprensa vigilantes fiscais na administração pública e zeladores intransigentes do direito coletivo.

O ano de 1968 realmente foi difícil para o Brasil. Em 24 de dezembro de 1968, a CAMDE, no jornal o Globo, publicou uma mensagem de Natal que buscou gerar confiança no futuro do Brasil. Reforçando o apelo de união às forças vivas do país, em prol do desenvolvimento. Com uma mensagem de alegria, buscou destacar a religiosidade e a esperança numa vida melhor, ressaltando um futuro promissor a sua frente e não poderia temer reveses, pois já havíamos passado por situações difíceis e vencido.(ANEXO VII. PE.0.0.46/38)

Estas mulheres apesar de não negarem o clima de inquietude, desordem e violência, apontaram serem causadas pelo abuso da liberdade, utilizada para fins impatrióticos. Ressaltando a ideia do desenvolvimento característico da classe média, grupo ao qual a grande maioria destas mulheres origina, aponta a necessidade de que o mecanismo do desenvolvimento se sobreponha ao do subdesenvolvimento. Conclamando o povo com o dizer o “O Brasil não pode parar!”

Começamos o ano de 1969. Em um ano em que o homem pisou na Lua, no qual ocorreu o Woodstock, o lançamento dos maiores discos de rock da história, paralelamente, no Brasil, ocorria tortura, censura, terror, medo, caos. Nesse clima de tensão, em 02 de abril, a CAMDE soltou uma nota distribuída na imprensa (ANEXO VIII. PE.0.0.46/39), onde afirmava que desde a manifestação pacífica de um milhão de cariocas à 2 de abril de 1964, vivíamos um processo revolucionário que só terminaria quando todas as metas da Revolução fossem alcançadas.

Afirmavam ainda que em 1964 nossa cidade assistiu uma manifestação pacífica de um milhão de cidadãos que ordeiramente e espontaneamente, segundo elas, em um espírito de nação, comemoraram a vitória da Revolução contra o caos, a indignidade e a corrupção moral e ideológica que ameaçavam destruir a todos.

Envolvidas nas temáticas econômicas de reflexo social, afirmaram que muito já havia sido feito, mas que ainda tinham pontos que precisavam melhorar como a inflação, para reduzir os preços dos alimentos e aluguéis; e que o problema da educação tinha que ser resolvido em todos os níveis. Assim, fizeram um pedido a todos que em 1964 apoiaram a revolução que defenderam a família, a fé e a liberdade, que continuassem a trabalhar para a consolidação dos ideais revolucionários.

No dia 04 de setembro um novo episódio abalou as estruturas sociais brasileiras. O primeiro caso de sequestro de um embaixador no mundo, o sequestro do embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick. Esse foi o um dos maiores atos de guerrilha realizado durante a ditadura militar e teve como objetivo a libertação de 15 presos políticos que no final das contas foram libertos visto que o governo cedeu às exigências do grupo.

No dia 19 de setembro do mesmo ano, a CAMDE se pronunciou no jornal Globo (ANEXO IX.PE.0.0.46/42), se unindo aos protestos contra a ação terrorista. Distribuindo à imprensa um ato de repúdio, apontando:

“estar chocada e indignada com a violência dos últimos terroristas, que culminaram no sequestro do embaixador de uma nação amiga. Esse repúdio ressalta novamente a vinculação à Deus e a Pátria, afirmando que essas ações destruíam e matavam o Brasil, a serviço de uma conspiração internacional”.

Assim a entidade convocou a sociedade a se posicionar contra essas atitudes, afirmando que não se podia “cruzar os braços frente à ameaça corrupção do idealismo da juventude, utilizando-o para atos que prejudicam os valores morais e espirituais de nosso povo”.<sup>124</sup> Apontou que toda liberdade exigia um preço, que “seria pago diariamente pelo cidadão através do respeito à liberdade do próximo acatando às leis e pelo ônus da responsabilidade de cada um por seus atos”.<sup>125</sup>

Conclamaram o que chamavam de justiça. E consideravam que os “terroristas” deveriam arcar com as consequências de seus atos; bem como os cidadãos deveriam continuar a trabalhar pelo progresso e pela grandeza do Brasil.

Neste caminho, no CORREIO DA MANHÃ (ANEXO X. Correio da Manhã, RJ, 24 de junho de 1970) de 24 de junho, no panteão de Caxias, ocorreu uma cerimônia de entrega da tocha aos atletas que a levariam até o Rio Grande do Sul, para ser colocada aos pés da estátua do Marechal Osório. Solenidade militar que contou com a presença de Generais como Antônio Carlos Muricy e Sizeno Sarmiento; os diretores da liga de defesa

---

<sup>124</sup> Anexo PE.0.0.46/42

<sup>125</sup> Anexo X. PE.0.0.46/42

Nacional e o nacional da entidade; bem como encontramos a presença das senhoras Eudóxia Ribeiro Dantas e Lúcia Jobim, representantes da CAMDE.

O mesmo periódico, na edição de 25 de Junho de 1970 (ANEXO XI. Correio da Manhã, RJ, 25 de junho de 1970) apontou a manutenção das ações de filantropia do grupo liderado por Amélia Molina.

Ainda em 1970, o JORNAL DE SERVIÇO (ANEXO XII. Jornal de Serviço, RJ, 4 de setembro de 1970), em um levantamento das obras e reivindicações da IV região administrativa, que abrange os bairros de Lagoa, Ipanema, Leblon e Jardim Botânico, de interesse geral da população, apontou que “nas ruas de Copacabana sempre que a democracia se vê ameaçada as mulheres da CAMDE, lideradas por Amélia Molina Bastos saem em procissão, passando pela casa do General Dutra, na rua redentor que lhes dá apoio”.

No decorrer dos anos seguintes, as aparições diminuíram, embora não tenham desaparecido. Na medida em que o governo militar foi se consolidando, os problemas econômicos foram sendo ajustados, foi cada vez menos necessário a demonstração de força por parte do governo: reformas educacionais como expansão do acesso, cenário de Copa do Mundo no Brasil e consolidação do quadro ideológico da Revolução construído junto com essas mulheres.

Assim, neste capítulo da dissertação, buscamos estudar as ações desta entidade desde a construção do golpe até a efetividade da Ditadura, reforçando a ação destas Mulheres mesmo após os anos Castelo Branco, considerados de uma ditadura Branda. A entidade em seu quadro de memórias tenta negar suas ações no pós-governo Castelo, negando sua relação com os anos de Chumbo e a ditadura em si.

No entanto isto é insustentável. As Mulheres da CAMDE estiveram lá e reconstruímos esta história. Abrimos as portas e passamos por elas. Longe de estar esgotada a temática, fica neste capítulo da dissertação clara a participação destas mulheres entre os anos aqui propostos e a imbricação entre compreensão e percepção da realidade possível, como derivada de todo um quadro de referências e códigos apreendidos no decorrer das experiências vividas, gerando identidade.

Essas mulheres entenderam ser o projeto militar uma defesa das normas por elas codificadas como necessárias. Em sua forma, disciplinadora e ordenada, fruto de uma

educação imersa nos padrões positivistas, de famílias de vivência militar; em sua ideologia religiosa de intensa vinculação ao catolicismo e aos padrões morais de conduta e de família e de filantropia social; e na prática burguesa como representação de seu grupo originário.

Durante suas aparições conclamavam dizeres e chamamentos embainhados nesses princípios, de ordem, família, união, força, democracia como resistência contra os vermelhos, desordeiros, ameaçadores da ordem, da família, e de ameaça aos jovens. A Democracia como ideologia política possível da burguesia, seu grupo de origem, ainda que não conscientemente.

Essa conexão de princípios explica a leitura possível desta entidade e as motivações que levaram as atitudes destas mulheres. Assim, representaram a construção do consenso ao redor do projeto militar. Foram fortemente atuantes e personagens decisivos nesta teia de construção de uma cultura política dominante.

Não queremos neste capítulo simplificar o debate e nem transformar estas mulheres em um grupo único. Foi analisada aqui, a Instituição independente e apartidária CAMDE, mas não podemos perder a dimensão individual de cada uma dessas mulheres que por vezes podem ter se declarado discordantes em algum momento de alguma atitude desta Instituição, implicando em um pensamento duplo. Em nossa pesquisa encontramos artigos e documentos publicados pela própria instituição declaradamente de questionamento a pontos deste projeto militar. No entanto, este não foi o foco desta dissertação e nem deste capítulo.

Falta ainda compreendermos o grande foco de uma de nossas personagens, Eudóxia Ribeiro, a Educação. Que projeto elas tiveram e como fizeram para alcançá-lo? Sigamos ao próximo capítulo.

## CAPÍTULO III

### *O I Congresso Sul-Americano da Mulher em Defesa da Democracia.*

As Mulheres da CAMDE foram personagens fundamentais de nossa história representando toda uma gama de intenções e aspirações sociais imersas em seu tempo e momento. Devemos analisar as Sentinelas da Vanguarda do Brasil, não por suas escolhas ideológicas, que não nos cabe aqui julgar, mas por sua importância na história das mulheres e da educação no Brasil.

Como já descrito nos capítulos anteriores, esse grupo de Mulheres aqui analisado estava diretamente ligadas aos empresários e militares no Brasil da década de 60. Reforçando este ponto, Dreifuss em sua obra “1964: A conquista do Estado”, supracitada, apresenta a estrutura interna do IPES e seus diretores. Na estrutura formal de autoridade do Rio de Janeiro, aparece listado o nome de José Bento Ribeiro Dantas, esposo da Dona Eudóxia uma de nossas personagens e componente da CAMDE. Além disso, aparece uma lista de proeminentes figuras de Associações de Classe do IPES-Rio, onde torna a aparecer Bento Ribeiro Dantas, Centro de Indústrias do Rio de Janeiro (CIRJ).

Além desta imediata conexão, o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES)<sup>126</sup>, no pós-“revolução” de 64, se dedicou em organizar um simpósio sobre Reforma Educacional que se realizou no mês de dezembro de 1964. O pilar deste simpósio foi um “documento básico”, organizado antes do simpósio pelo IPES a partir do debate econômico no Brasil onde os investimentos no ensino foram para assegurar o aumento da renda e da produtividade.

Assim o IPES no início de 1962, ano da também fundação da CAMDE, orientou uma estrutura organizacional de grupos de Estudo e Ação, que formalmente visava examinar as reformas institucionais e estruturais necessárias ao desenvolvimento econômico e ao progresso social do Brasil, dentro de um regime democrático; bem como o desenvolvimento na Educação de convicções democráticas e cristãs, além da disseminação de noções econômicas e sociais básicas.

---

<sup>126</sup> Citado no Capítulo I desta dissertação. Surgido em 29 de novembro de 1961 e fundado por um grupo de empresários do Rio e de São Paulo, articulados com empresários multinacionais e com a Escola Superior de Guerra (ESG), por intermédio dos generais Heitor de Almeida Herrera e Golbery do Couto e Silva.

Em torno da meta governista de investir no ensino como forma de garantir o aumento da renda e da produtividade, neste documento básico, a escola primária buscaria capacitar para a realização de determinada atividade prática; o ensino médio teria como objetivo a preparação de profissionais necessários ao desenvolvimento econômico e social do país e ao Ensino Superior seriam atribuídas as funções de formar mão de obra especializada requeridas pelas empresas e preparar os quadros dirigentes do país.

A orientação geral traduzida nos objetivos indicados e a referência a aspectos específicos como a profissionalização do ensino médio, a integração dos cursos superiores de formação tecnológica com as empresas e a precedência do Ministério do Planejamento sobre o da Educação na Planificação Educacional são, assim, elementos que integrarão as reformas educacionais no governo militar.

Mesmo não sendo foco desta dissertação, em 1964 foi realizado um acordo entre o Ministério da Educação e da Cultura e a *United States Agency International Development* (USAID), para o aperfeiçoamento do ensino primário, que estipulava a contratação de seis assessores americanos por dois anos. Neste convênio, os ideólogos propuseram a junção do Primário e do Ginásio. O USAID forneceria 375.000 dólares para financiar o custo do contrato por dois anos, desse grupo de seis especialistas norte-americanos em educação, que auxiliariam o MEC em um programa de aperfeiçoamento do Ensino Primário no Brasil.

O primeiro acordo para o Ensino Médio foi assinado em 31 de março de 1965, pelo ministro Moniz de Aragão, por Abgar Renault, presidente do Conselho Federal de Educação, por Gildásio Amado, Diretor do Ensino Secundário e também por Farias Góes, representante do governo.

Estes acordos proporcionaram a ida aos EUA de vários técnicos brasileiros em educação primária para o treinamento e observação de ensino primário desenvolvidos naquele país. Ainda no Governo Castelo Branco foram assinados outros acordos como em diversas áreas no âmbito do Ensino e treinamentos, entre o MEC e o USAID, animados pela Aliança para o progresso. Todos os níveis do Ensino foram atingidos por estes acordos, como se pode observar no conjunto de medidas no ano de 67 e nos anos seguintes.

Os líderes estudantis discordaram da ingerência de um país estrangeiro nos assuntos educacionais. Isto originou diversos movimentos reivindicatórios que foram reprimidos pela máquina ditatorial brasileira. Em função do movimento crescente, aliado a outras reivindicações, as organizações estudantis foram postas na clandestinidade. A repressão então gerou assim uma violenta oposição liderada por diversos setores contra os acordos MEC-USAID, o que chamou a atenção da opinião pública mundial pressionando o governo militar.

Mesmo com forte oposição, segundo as análises do historiador Saviani, o regime implementado pelo golpe de 64 emplacou uma educação seguindo uma lógica de vinculação da educação pública aos interesses do mercado e de estímulo e favorecimento à privatização do ensino.

Fato que caracteriza esta afirmativa pode ser encontrado na Constituição de 1967 aprovada em 24 de Janeiro, que eliminou a exigência de um gasto mínimo com educação – restabelecido em 1969, mas apenas na esfera municipal – passando pela lei de Reforma Educacional proposta em 1968. Segundo o artigo produzido em 2007, por Carlos Orsi a partir de entrevista concedida por Demerval Savian, o fim da vinculação orçamentária obrigatória em níveis federal e estadual desembocou na diminuição de investimentos na Educação, enquanto que a unificação entre o Primário e o Ginásio ajudou a ampliar o acesso à educação.

“Os grupos educacionais privados atuantes no ensino foram beneficiados, desde o império, pelos ideais positivistas e liberais que representavam o campo progressista e pela Igreja que, representava o campo tradicional, conservador”<sup>127</sup>

Parece paradoxal imaginar que positivistas e liberais tenham contribuído para uma maior participação do capital privado na Educação, mas isso acabou ocorrendo baseado na defesa pelos positivistas da completa desoficialização do ensino sob o argumento da liberdade das profissões, e a posição dos liberais que, em nome do princípio de que o Estado não tem doutrina, advogavam o seu afastamento do âmbito educativo.

Neste sentido, na Constituição de 67, a gratuidade foi substituída, no grau médio e no superior, pela concessão de bolsas aos estudantes, exigindo-se o efetivo

---

<sup>127</sup> Artigo produzido em 2007, por Carlos Orsi a partir de entrevista concedida por Demerval Saviani.

aproveitamento e reembolso, no caso do ensino superior. Neste momento, além da dura oposição dos setores de esquerda, o projeto suscitava duras críticas por parte dos educadores, como Associação Brasileira de Educadores (ABE), que enviaram documento ao Ministro da Educação e Justiça com propostas de emenda constitucional.

Em Outubro de 1967, o Conselho Federal de Educação, através da indicação do Conselheiro Carlos Pasquale, solicitou à Comissão de Legislação e Normas que se pronunciasse sobre a possibilidade de enquadrar a Lei de Diretrizes e Bases na categoria de lei complementar, que significou a permanência das vinculações dos fundos nacionais de ensino. A Comissão de Legislação e Normas sugeriu que fosse solicitado, através do Ministro da Educação, Tarso de Moraes Dutra, o parecer do Consultor Geral da República, que, por sua vez, considerou que a Constituição de 67 extinguiu os fundos nacionais.

Cabe destacar que a emenda 862, retornou a tradição de gratuidade no ensino, defendida pelo deputado Getúlio Moura (MDB), com argumentos em defesa da igualdade de oportunidades e neutralidade política na educação.

A partir deste cenário de intensa pressão contra o projeto educacional que estava sendo implementado nos pós- 64, o IPES precisou modificar a opinião pública. Assim buscou o mesmo caminho de 64, o Grupo de Opinião Pública (GOP), cuja intencionalidade era disseminar os objetivos e atividades do IPES por meio da imprensa falada e escrita. Sua função era então manipular a opinião pública por todos os meios possíveis.

E assim como em 64, encontrou fortes aliadas na construção de uma opinião pública favorável ao seu projeto educacional, e como na construção para o golpe de 64, novamente lançou mão das Mulheres. Quem melhor do que elas que, em sua saída do foro privado para o coletivo, exerceram as profissões consideradas tipicamente femininas, como o magistério? Era necessário resgatar novamente a força das mães, preocupadas como sempre com a educação de seus filhos; das esposas, responsáveis por acompanhar os estudos dos filhos enquanto o pai está trabalhando para garantir o sustento do lar; e, agora, das professoras, que conhecem a realidade da educação no Brasil. Não por coincidência, a fundadora da CAMDE, Amélia Molina, era professora primária.

Por isso, após a elaboração da Constituição em janeiro de 1967, entre os dias 16 e 22 de Abril de 1967, realizou-se no Centro de Convenções do Hotel Glória, no Rio de Janeiro, o I Congresso Sul-Americano de Mulheres em Defesa da Democracia.

Este evento contou com a liderança de Agremiações Femininas, como União Cívica Feminina (UCF), Movimento de Arregimentação Feminino (MAF), Associação Cristã Feminina (ACF), a Liga da Mulher Democrata (LIMDE); e sob a égide da CAMDE, totalizou 51 delegadas entre países da América do Sul e nacionais.

Este evento, não por coincidência, preconizou essa defesa de um modelo de sociedade em consonância com o projeto empresarial e militar que privilegiava a propriedade, a família e o papel das mulheres, atribuindo-lhes identidade através do viés da educação. Desta forma, estas mulheres negaram as correntes que à época debateram sobre as críticas ao papel desigual das mulheres em relação ao poder, bem como da organização familiar, e reafirmaram princípios tradicionais, incorporando estratégias de legitimação de conceitos e valores em uma época de profundas incertezas.

Ou seja, o conteúdo do debate no Congresso deveria ser a construção de uma educação que reforçasse o papel tradicional e, por elas considerado natural como já debatido nos capítulos anteriores, do ser mulher restringindo sua atuação à maternidade e à esfera do lar.

Objetivava, desta maneira, constituir um movimento de caráter internacional de amplo alcance da opinião pública com a perspectiva da conscientização cívica e política da mulher, em defesa de princípios sagrados do lar, família, educação, nação e fé religiosa, buscando diminuir a resistência ao projeto educacional proposto pelo complexo IPES-Militares.

Tendo como lema “Deus é a verdade, Democracia é a liberdade”, essas delegações minimizaram questões específicas do mundo feminino e debateram uma ação uníssona de entidades femininas no Brasil e de outros países da América do Sul, contra as ameaças ideológicas, que destruiriam a dignidade humana. Cabe destaque aqui que países como Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Peru, Uruguai, Venezuela e República Dominicana, enviaram delegações para o evento.

Como ameaça ideológica se destacava o comunismo, que para estas agremiações cívicas femininas representaria a desagregação da família, da boa ordem, dos padrões de

equilíbrio social, da boa fé e da tolerância. Segundo Alba de Denovi, congressista Argentina:

“Crear una comisión latinoamericana integrada por los mismos organismos femeninos que desempeñan labor social democrática en los distintos países, con el objetivo de coordinar la difusión de las técnicas propagandísticas y estratégicas del combate al comunismo en la escala Nacional e Internacional”.<sup>128</sup>

O Congresso tinha como Presidente a ativista Amélia Molina, como secretária executiva, Lúcia Peixoto Jobim; e, como diretora de planejamento, Mavy D’Aché Assumpção Harmon. Tinha, ainda, a base de suas ações nos eventos liderados por mulheres ocorridos entre os anos de 1962 e 64, contra o comunismo e as ações do governo João Goulart, considerado por elas o líder que levaria o Brasil ao perigo vermelho.

Ao analisar o conteúdo ideológico do Congresso, é possível estabelecer uma conexão com as iniciativas empreendidas pelo governo nos anos iniciais ditatoriais no Brasil. Nesse ponto, utilizamos a declaração das participantes Mavy D’Aché Assumpção e Lúcia Peixoto Jobim:

“Os acontecimentos que ocorreram no Brasil, entre os anos de 1962, 1963, e que culminariam no 31 de março de 1964, também se tem verificado, em maior ou menor escala, nas outras nações do continente. (...) Em alguns países não se atingiu o desiderato; outros, este custa a se desencadear. (...) mais cedo ou mais tarde, as democratas terão que escolher entre passividade criminosa ou atividade consciente. A CAMDE organizou este congresso em tela, justamente para a mulher que já optou pela ação.”<sup>129</sup>

Essas agremiações femininas, de caráter religioso, apoiaram o autoritarismo característico da formação política brasileira, como visto no capítulo I.1 desta dissertação, e em curso no Brasil do pós-golpe de 64. Neste sentido, a ação política destas mulheres no referido Congresso prestava-se à defesa incondicional do Estado Autoritário

---

<sup>128</sup> SCOCUGLIA, Afonso Celso e MACHADO, Charliton José dos Santos, “Pesquisa e Historiografia da Educação Brasileira/ Afonso Celso Scocuglia e Charliton José dos Santos Machado (organizadores) – Campinas, SP: Autores Associados, 2006 – (Coleção Memória da Educação)., pág.: 190.

<sup>129</sup> SCOCUGLIA, Afonso Celso e MACHADO, Charliton José dos Santos, idem, pág.: 202.

conduzidos por tecnocratas civis e militares, a serviço dos interesses econômicos e da manutenção da ordem implementada, pelo que chamavam de revolução democrática que salvou o Brasil da ameaça comunista.

Em 1967, na contramão do que acontecia no Brasil, as Mulheres das agremiações cívicas femininas negaram as arbitrariedades que aconteciam na Ditadura ao sustentarem a tese que afirmava a defesa democrática no Brasil. É perceptível essa relação intrínseca destas mulheres com o regime a partir da análise da lista de membros do Governo Costa e Silva que participaram deste evento em busca da construção de um sentimento de aliança com as Congressistas à política golpista do pós-64.

As teses apresentadas no Congresso se baseavam no artigo 176, título IV, da Constituição da República Federativa do Brasil, outorgada em 1967, que tratava da questão educacional:

“Estatísticas recentes em grande número de países provam que atualmente a família e a Escola retêm apenas 30% das influências formadoras, cabendo aos outros 70% aos meios de divulgação: televisão, teatro, rádio, imprensa, etc”.<sup>130</sup>

As congressistas acreditavam que a Educação tinha que estar debruçada nos ensinamentos de uma educação moral e cívica alicerçada nos princípios dos valores patriarcais transmitidas historicamente pela família e pela Igreja Católica Tradicional, como debatido no capítulo I.1 de nossa dissertação, imprescindível à conservação de uma sociedade submetida ao controle do Estado e a seu serviço, de modo que pudesse alcançar populações inteiras, sobretudo os jovens.

“Em sua fase de adolescência – quando ainda estivesse física e intelectualmente imatura, em vias de florescimento (...) momento em que despertaria para os aspectos sociais e políticos de sua prática e em que julgaria a validade da educação familiar que lhe deram e dos princípios religiosos que recebeu”.<sup>131</sup>

---

<sup>130</sup> SCOCUGLIA, Afonso Celso e MACHADO, Charliton José dos Santos, idem pág.: 206.

<sup>131</sup> SCOCUGLIA, Afonso Celso e MACHADO, Charliton José dos Santos, Idem, pág.: 206.

Esse discurso revela a grande preocupação destas agremiações com a extensão do radicalismo estudantil por meio de suas atividades políticas nos anos de 1960. Em consonância ao projeto estabelecido desde 64, o principal alvo no pós-golpe foram os estudantes, em virtude da capacidade de articulação política que exerciam junto aos grupos sociais e urbanos nas diferentes regiões do país, sobretudo do recente papel que haviam exercido na mobilização em defesa das reformas de base de Goulart.

Para o núcleo mais conservador do governo militar, a capacidade de resistência estudantil era um foco de preocupação visto que não se concentrava nos questionamentos de pontos específicos. E para as Congressistas a revolta estudantil derivava das influências ideológicas das teorias marxistas/comunistas no Brasil, assim:

“O marxismo pode oferecer a um mundo atônito uma filosofia fácil, materialista e englobadora de fenômenos; um poder de controle forte, que exerce certo fascínio sobre as massas, uma coligação no ódio, objetos para a revolta e uma nova religião – a do Anti-Cristo .”<sup>132</sup>

Esse discurso encontrava espaço no compromisso de combater o comunismo e conseqüentemente liquidar todas as oportunidades de difusão teórica do marxismo na América Latina, assumido pelas agremiações femininas, junto com os militares e governos. Nesse sentido, o Congresso, neste capítulo analisado, representa bem este compromisso.

No Relatório da CAMDE sobre o evento, consta um histórico relatando que a origem da ideia de elaborar um evento com a participação de várias agremiações Latino-americanas partiu da participação de Maria Helena Câmara na 2º Conferência Interamericana Extraordinária da O.E.A, realizado no Hotel Glória entre os dias 17 a 23 de Dezembro de 1965. No entanto, à época, o Conselho Diretor da CAMDE entendeu que a entidade ainda não dispunha de meios para realizar um evento de tamanha envergadura (ANEXO XIV. PE. 0.0.102/ 1, pág.:1)

Em 30 de maio de 1966, ao atualizar o relatório geral das atividades da CAMDE, Lúcia Jobim percebeu que a entidade havia perdido contato com elementos das associações cívicas femininas da América Latina que anos anteriores as procuraram seja

---

<sup>132</sup> SCOCUGLIA, Afonso Celso e MACHADO, Charliton José dos Santos, Idem, pág.: 209

por carta ou pessoalmente. Logo, na reunião que se realizou neste dia, Lúcia Jobim propôs que a CAMDE fizesse um seminário, o qual Amélia Molina só aceitou se hospedagem e passagem fossem gratuitas.

Estavam presentes a esta reunião Amélia Molina, Eudóxia, Maria Helena, Iacy, Chiquita, Mavy e Lúcia Jobim. Amélia Molina determinou, com aprovação do Conselho, que Maria Helena, Mavy Harmon e Lúcia Jobim seriam a Comissão Executiva do Conclave, se as limitações iniciais fossem superadas (passagens e hospedagens gratuitas). Mais tarde, Dona Eudóxia também compôs esta Comissão.

Em 1º de Junho de 1966 foi realizado o primeiro encontro com o Sr. James Phillips para a solicitação das passagens. Estavam presentes nesse encontro, realizado na Residência de Mavy Harmon, as três encarregadas da CAMDE. Foram realizados mais dois encontros com o Sr Phillips, sendo no terceiro exigido por ele que a CAMDE apresentasse Boletim, Histórico da CAMDE e explicação detalhada do Congresso.

Em 21 de junho de 1966 foi feita a primeira visita ao Hotel Glória, onde as representantes da CAMDE foram atendidas pelo Sr. Raul Santos. No dia 17 de agosto de 1966, em nova Reunião no Hotel Glória, com Sr. Eduardo Tapajós, foram fornecidas algumas informações necessárias à realização do evento:

- “a) Despesas com funcionários contratados deveria atingir 30.000 Cruzeiros por dia;
- b) O Hotel Glória cederá os microfones; no entanto a CAMDE pagará os serviços com os técnicos de som;
- c) A Instalação do Congresso deverá ser realizada no salão com capacidade para 600 pessoas; será necessário a CAMDE emitir 3000 convites. A porcentagem de presença é de 1 para 5;
- d) Entrada grátis para o Teatro;
- e) A solenidade para instalação não deve ultrapassar quarenta e cinco minutos. Deverá haver, no máximo, três discursos de dez minutos cada;
- f) O tempo deverá ser distribuído da seguinte maneira:
  - 60% do Tempo= Trabalho;
  - 30% do Tempo= Social;
  - 10% do Tempo= Livre;

g) O congresso deve ser instalado pelo presidente da República e encerrado pela Presidente do Congresso.” (ANEXO XIV. PE. 0.0.102/1, pág.: 3)

Entre os dias 27 de Junho e 18 de Julho de 1966, a CAMDE foram realizadas reuniões que definiram a data do evento. Na reunião do dia 20 de setembro de 1966 foi apresentado por Lúcia Jobim o texto da carta que foi enviada às delegações e, por Mavy, o questionário que foi enviado em anexo. Ambos foram aprovados.

Em 22 de setembro de 1966, em reunião, foi definido que o Congresso representaria “A participação da Mulher no esforço para o aprimoramento do bem estar cívico; social e econômico da Nação” (ANEXO XV. PE.0.0.102/ 1, pág.:3). Foi definido também que Éster Figueiredo Ferraz<sup>133</sup>, diretora do Serviço Universitário, faria uma palestra no Congresso, bem como foi definido que o financiamento ao Congresso seria mediante a assinatura de um livro de contribuições.

Na Reunião de Comissão Executiva com o Conselho Diretor da CAMDE, realizada no dia 29 de setembro de 1966, Lúcia e Mavy apresentaram as Subcomissões e com a colaboração do Conselho Diretor, foram preenchendo as Vagas.

- “1. Credenciais: Lígia Bastos do Oliveira;
2. Promoções: Olguita;
3. Viagem: Islenia Mello;
4. Divulgação;
5. Economia: Gilda Cortes, assessorada por Chiquita e Iacy;
6. Relações Públicas: Olguita;
7. Secretaria: Wilma, assessorada por Noemi;
8. Documentação: Yvone;
9. Instalação: Wanda;
10. Plenário: Idalina;

---

<sup>133</sup> Em 1966 e 1967 foi a diretora de Ensino Superior do ministério da educação e da cultura durante o governo do presidente Castello Branco.

11. Serviços de apoio: Izaura Viana;

12. Hospitalidade: Ester;

13. Intérprete: Cléia Achó” (ANEXO XVI. PE. 0.0.102/1, pág.: 4)

Nesta mesma reunião realizada no dia 29 de setembro de 1966, também foi apresentado e aprovado o programa do Congresso com as suas diversas atividades. (ANEXO XVII. PE.0.0.102/1, pág.: 5)

Em reunião realizada ao dia 10 de outubro de 1966, Lúcia Jobim apresentou o temário que ficou dividido em Grupos (ANEXO XVIII PE.0.0.102/1, Pág.:6). O Grupo I correspondeu aos Valores Morais e Espirituais da Família; o grupo II, Estruturas; o grupo III, Grupos atuantes; grupo IV, Aspectos Socioeconômicos. Nesta mesma reunião ocorreu o encontro com o Sr. Eduardo Tapajós para a definição de um levantamento de material e pessoal que era necessário para o bom funcionamento da Diretoria Executiva do Congresso. Participaram desta reunião Olga, Eudóxia, Lúcia, Mavy, Gilda e Maria Helena.

Para o Grupo I, foram debatidos os seguintes pontos: O valor da Comunicação entre as Gerações; Processos para a Unificação da Família; Integração da Família na Comunidade. No grupo II: Orientação e Preparação para a Cidadania na Escola; Conscientização e Politização do homem moderno; Características da Democracia Representativa (Legislativo, Executivo e Judiciário). No Grupo III: Guerra Psicológica – Mensagem Escrita e Falada; O Comportamento do Estudante no Mundo Atual e a responsabilidade do Intelectual na formação da Juventude; Importância e influência dos Grupos Femininos. No Grupo IV: O papel do Empresário no rumo social da coletividade (Nordeste); A liderança operária autêntica através de sindicatos livres; Fortalecimento da Classe Média. Todos estes pontos foram aprovados pelo Conselho Diretor em 13 de outubro de 1966.

No dia 17 de Outubro de 1966, foi aprovado pelo Conselho Diretor o modelo de cartão das credenciais de Delegadas. No dia 19 do mesmo mês foi realizada a primeira convocação para participar do evento às demais sócias da CAMDE. Bem como no dia 20 do mesmo mês e ano foi realizada outra reunião que definiu a necessidade de providenciar discos para serem distribuídos; carta de ofício aos jornais solicitando

instruções para credenciais de jornalistas; além de envio de cartas para a Colômbia e Chile.

Já no dia 21, em reunião realizada no Hotel Glória ficaram definidos alguns custos para a realização do evento (ANEXO XIX. PE 0.0.102/2, pág.: 7). No dia 27 foi realizada uma reunião com a Comissão Técnica com o Conselho Diretor, onde Mavy apresentou as subcomissões, pautada na resolução da reunião do dia 29 de setembro, bem como foi realizado o envio de cartas convites para o Peru e Venezuela por Maria Helena. No dia 28, as cartas convites foram enviadas para a Argentina e Equador.

No dia 31, foram enviadas cartas convites para Movimento Cívico de Mulheres Cearenses; Cruzada da Mulher Democrática em Recife e Porto Alegre; União Cívica Paulista e Paranaense; Associação Democrática Feminina Gaúcha; e CAMDE de Florianópolis e Ilha do Governador.

As cartas convites se seguiram nos dias posteriores. No dia 03 de novembro foram enviadas para os núcleos da CAMDE de Araguari, Juíz de Fora, Itajubá, Uberaba e Araxá. No dia 09, para os núcleos da Rocinha, Sant'Ana, Santo Cristo, Méier, Niterói e Santa Cruz, bem como foi enviado também para a Federação de Operários Cristãos.

No dia 11 de novembro foram redigidas cartas de apresentação levadas a São Paulo por Mavy, entregando a W. Max Pearce, Paul Albright, Maurice Maszetti, Donald Marwin, Frank Mc Clure, José Sanches, Trajano Pupo Netto, C. Howard Campbell.

No dia 16 de novembro Mavy e Gilda foram para São Paulo e visitaram as firmas Squibb, Union Carbide, Dupont, Johnson & Johnson, Anderson Clayton e Refinações de Milho, com o intuito de conseguir apoiadores bem como recursos que pudessem contribuir no financiamento ao evento. No dia 23 de novembro foram redigidas cartas de agradecimento às firmas que receberam as senhoras de CAMDE (ANEXO XX. PE.0.0.102/1, pág.: 9). Bem como, foram enviadas também cartas convites para a Bolívia. No dia 24, seguem cartas convites para Montevideo e República Dominicana.

No dia 28, Mavy solicita, a pedido do Conselho Diretor, ao Sr Alexander Neel a remessa do filme da CAMDE, e a dublagem ficou a cargo da Agremiação. No dia 29, foi enviada a Jacob Vittorelli um pedido de ajuda financeira. Do dia 30 de novembro ao dia 6 de dezembro, Gilda e Mavy fizeram uma série de reuniões em busca de ajuda financeira (ANEXO XXI. PE.0.0.102/1, pág.: 9 e 10).

No dia 6 de dezembro também foi enviado ao Gen. Fernando Menescal Villar uma solicitação de emissão de um selo comemorativo do Congresso; e no dia 8 foi enviada uma carta para a Braniff, oficializando o pedido de passagens. No dia 9, Eudóxia e Mavy fazem reuniões para pedido de ajuda financeira. No dia 19, o Sr. Eduardo fez uma proposta escrita em Reunião com a CAMDE no Hotel Glória, na qual participaram Maria Helena, Mavy e Lúcia, com um orçamento de Cr\$ 12.000.000 cobrindo todo o material e pessoal necessário para o funcionamento da secretaria executiva e as sessões de instalação e funcionamento do Congresso; serviços de apoio, informações, coquetel e etc.

No dia 21 de dezembro, foi enviada carta convite para o Equador. E no dia 26, em reunião, foi negada a possibilidade de exposição durante o Congresso de temáticas envolvendo a indústria nacional. No dia 27, foi realizada uma reunião com as demais sócias da CAMDE, para organizar trabalhos como: Plantões na casa de N.S. da Paz; as credenciais de jornalistas deveriam ser assinadas pelo responsável do Jornal e pela secretaria executiva; e em Março de 1967 seria realizado um almoço com os correspondentes estrangeiros.

No dia 3 de Janeiro de 1967, Lúcia e Mavy procederam à distribuição dos grupos de trabalho. Durante os dias 10 e 11 de Janeiro, Gilda e Mavy fizeram reuniões para a busca de apoio financeiro. No dia 16 de Janeiro, Lúcia e Mavy elaboram uma carta circular às Companhias paulistas visitadas por Gilda e Mavy a fim de estabelecer com qual quantia iriam contribuir; bem como foram elaboradas mais cartas circulares pedindo ajuda financeira (ANEXO XXII. PE.0.0.102/1, pág.: 11).

No dia 30 de março, para o lançamento do Congresso a diretoria da CAMDE promoveu um coquetel na Casa da 1ª presidente, bem como enviaram aos rádios, jornais e revistas um vasto material que foi utilizado no noticiário sobre o Congresso, assim foram convidadas para cerca de oito entrevistas nos mais diversos canais.

Para a instalação efetiva do Congresso estiveram presentes no dia 16 de abril às 17h o Presidente da República, Marechal Arthur Costa e Silva, Dona Yolanda Costa e Silva, o Governador da Guanabara Sr. Negrão de Lima, embaixadores e outras autoridades (ANEXO XXIII. PE 0.0.102/4, pág.: 3). Para falar em nome da CAMDE, foi escolhida a presidente da Comissão Srª Helena Câmara, e em nome das Congressistas a Srª Magdalena Picón de Rodriguez, representante da Venezuela. Em nome do presidente

e de sua esposa, falou o deputado Geraldo Ferraz; e encerrou a sessão a Presidente do Congresso, Sr<sup>a</sup> Amélia Molina Bastos, presidente da CAMDE.

Na Segunda, dia 17 de Abril de 1967, de 9h até 16h30min, ocorreria eleição da mesa, explicações, regulamento, comissão e sorteio. No mesmo dia, aconteceria, às 17h, instalação solene do Congresso e, às 18h, entrevista para a imprensa.

Na terça, dia 18 de Abril, de 9h até 12h, ocorreria à reunião das Comissões Técnicas e, de 15h até as 16h30min, um Painel (visita externa), sendo a noite livre. Na quarta, dia 19 de Abril, de 9h até 18h reuniões das Comissões Técnicas e de, 21h até 23h, 1<sup>a</sup> Sessão Plenária. Quinta, dia 20 de abril, de 9h até 17h, Sessão Plenária; 17h distribuição do questionário de avaliação; e a noite, novamente, livre. Sexta, dia 21 de Abril, foi feriado de Tiradentes. Sábado, dia 22 de Abril, 10h até 12h, avaliação e conclusões; de 14h até 16h foi aprovação do texto final; e às 17h, foi a sessão solene de encerramento.

A programação das “noites livres” e feriado ficaram a cargo da subcomissão de Programas Sociais, e foi aprovado pelo Conselho Diretor da CAMDE em 13 de outubro de 1966.

Na sessão de encerramento estavam presentes o representante da 1<sup>a</sup> dama do país, o engenheiro Sá Freire Sobrinho, os embaixadores dos países Sul-americanos e outras autoridades. Usaram a palavra o Engenheiro Sá Freire Sobrinho, a representante do Chile, Sr<sup>a</sup> Arrarazával de Ariztia, em nome das delegadas Sul-americanas, a representante da Cruzada da Mulher Democrática, do Rio grande do Sul, Sr<sup>a</sup> Lúcia Alles em nome das delegadas Brasileiras, a Sr<sup>a</sup> Marina Castello, que leu a mensagem enviada pelo governador do Rio Grande do Sul, o Sr<sup>o</sup> Perachi Barcellos e, encerrando a sessão, a Sr<sup>a</sup> Amélia Molina Bastos, Presidente da CAMDE e do Congresso:

“Não estamos satisfeitas com o resultado do I<sup>o</sup> CONGRESSO SUL-AMERICANO DA MULHER EM DEFESA DA DEMOCRACIA. Realmente não estamos, apenas, satisfeitas, muito mais do que isto, sentimo-nos orgulhosas. O nosso Congresso ultrapassou todas as nossa expectativas. Conseguiu atingir um clima de verdadeiro congraçamento fraterno onde todas – as integrantes com alegria e entusiasmo porfiaram por alcançarmos – soluções realísticas para as nossas teses.

Quando, ousadamente, nos propusemos reunir, na Guanabara, representantes de entidades cívicas femininas de todos os países da América do Sul, para que unidas cogitássemos de melhor maneira de constituirmos uma força continental, em defesa de nossas religiões, de nossos lares, de nossas pátrias, pareceu-nos sonhar muito alto, um sonho irrealizável. Mas a coragem de algumas; o esforço de todas; a colaboração de nossos bons amigos, que jamais faltaram à CAMDE em suas decisões patrióticas; possibilitaram a realização deste sonho.

Aproveitamos a oportunidade para agradecer o apoio incondicional da imprensa escrita, falada e televisionada; dos nossos patrocinadores e de todos que compareceram a este auditório, prestigiando-nos com sua presença.

Especialmente manifestamos nossa gratidão, a todas as delegadas e observadoras dos países amigos que, confiando em nós, aceitaram nosso convite, honrando-nos com sua colaboração esclarecida, denodada e eficiente.

Juntas lutaremos na defesa de um objetivo primordial – o fortalecimento da democracia, que julgamos o melhor regime de governo.

(...) Entretanto escolhemos duas definições (...) Democracia é a forma de governo onde existe liberdade e oportunidade para todos. E a do Prof. Merriam, que é a mais precisa ‘Democracia é a forma de associação política, na qual os fins do governo se determinam, geralmente, pelo conjunto da comunidade, mediante acordo e procedimentos adequados, para lograr a participação e o consentimento popular’.

Para nós Democracia é mais uma comunidade de ideias que um tipo categórico de organização. (...) Urgem medidas educacionais desde a erradicação do analfabetismo, até o aprimoramento de técnicos.

Ouçamos, pois, a voz da Igreja através de Paulo VI que, na magnífica encíclica *Popularum Progressio*, apenas, nos pede o supérfluo, em benefício dos menos afortunados.

Mulheres da América do Sul!

Já não é hora de vacilação, empenhemos em favor do povo o supérfluo do nosso tempo, da nossa capacidade, da nossa inteligência, da nossa abnegação, da nossa alegria, do nosso amor.” (ANEXO XXIV. PE.0.0.102/4, pág.: 16, an. 5)

No dia 11 de maio, já terminado o Congresso, a CAMDE ofereceu na casa da Chefe de Relações Públicas um chá a todas que trabalharam “voluntariamente” no Congresso. O Setor de Obras Sociais fez a doação de 4 toneladas de sabão, gomas e alvejantes que a CAMDE recebeu da Confederação Evangélica à nove entidades, divididas entre hospitais, asilos e orfanatos.

A partir do descrito acima, é possível perceber a clara afinidade entre as ações destas agremiações de mulheres, comuns na década de 60 no Brasil e na América Latina, aqui sob a liderança da CAMDE, às expectativas do Governo militar no Brasil implementado desde o Golpe de 64, bem como sua relação com o cenário mundial à época de suposta ameaça comunista aos interesses das Classes Médias. É notória ainda a relação das experiências vividas por estas mulheres que lhes atribuíram identidade na escolha pela educação como forma de consolidar a revolução em curso e sua conexão com a Religiosidade.

Percebemos essa relação no discurso pronunciado por D. Maria Helena da Gama Câmara, 2ª Vice-presidente da CAMDE:

“Excelentíssimo Senhor Presidente Marechal Arthur Costa e Silva,  
presidente da República,  
Excelentíssimos Senhores Embaixadores,  
Excelentíssimo Senhor Marechal Eurico Gaspar Dutra,  
Excelentíssimo Senhor Marechal Humberto Castello Branco,  
Excelentíssimos Senhores Ministros de Estado,  
Excelentíssimo Senhor Governador do Estado da Guanabara,  
Prezadas Congressistas,  
Senhora Zaíra de Souza Molina,  
Meus Senhores e Minhas Senhoras,

O I CONGRESSO SUL-AMERICANO DA MULHER EM DEFESA DA DEMOCRACIA está vitorioso! A presença de tão ilustres Congressistas, hoje, neste Centro de Convenções, atendendo ao convite da CAMDE, já assegurou a conquista de um de nossos objetivos, qual seja, a reunião de associações cívicas femininas de

toda a América do Sul e de diversos Estado do Brasil, para acertarem medidas que resultarão numa participação mais efetiva da Mulher no esforço de uma tomada de consciência cívica pelo bem-estar social e econômico das nações.

Os Propósitos contidos nas teses que as delegadas desenvolveram e irão debater no Congresso que hoje se instala, fazem-me lembrar das palavras de Olavo Bilac: Trabalhem, sonhem, lutemos e esperemos! Desapareceremos amanhã! Mas, para o futuro o Brasil abençoará o nosso esforço e cem milhões de brasileiros conscientes, fortes, dignos, nessa mesma língua portuguesa, que prezamos e amamos, articularão, como eu, uma prece à Pátria!

(...) A Mulher, por sua vez, agente catalisador por excelência, que ora através do marido, ora através dos filhos, vai tomando conhecimento do que se passa nas escolas, nos escritórios, nas ruas, nos clubes, nas associações de classe percebe o significado da mudança enorme por que está passando o mundo e não pode ficar omissa. Não abdica de suas funções para com o lar, base da sociedade; conserva intacta a relação entre o marido e a mulher, a mãe e o filho. Reconhece, porém, terem passado as obrigações femininas por uma transformação, não em seu conteúdo, mas na maneira de serem exercidas.

A preservação dos valores morais que garantem a integridade da família e do lar é que levou a Mulher a fundar entidades cívicas, como as que estão hoje, aqui representadas.

(...) Excelentíssimo Senhor Marechal Arthur da Costa e Silva, digníssimo Presidente da República, agradecemos sensibilizadas a sua presença e de sua Excelentíssima a Senhora. É uma grande honra para a CAMDE ter Vossa Excelência presidindo os trabalhos de instalação do Iº CONGRESSO SUL-AMERICANO DA MULHER EM DEFESA DA DEMOCRACIA.

(,,) A todos que acreditam na CAMPANHA DA MULHER PELA DEMOCRACIA, a nossa promessa de nos mantermos fiéis ao nosso lema: DEUS É A VERDADE. DEMOCRACIA É A LIBERDADE”. (ANEXO XXV. PE.0.0.102/4, pág.: 10, an. 4)

O evento acabou assumindo características extremamente conservadoras, representando uma das maiores demonstrações de sentimentos reacionários na história do Brasil. O que demonstra a clara afinidade do discurso destas agremiações de Mulheres ao projeto militar, seja pela orientação da adequação da educação ao momento da economia nacional, agradando intrinsecamente o grupo de empresários que apoiou o evento e a caminhada destas Mulheres até o momento em análise, ou seja, pela necessidade de

reformular a educação como forma de contenção da ameaça subversiva que essas Mulheres consideravam ser o comunismo.

Desta forma, o maior debate que raiou neste Congresso foi a reformulação dos horizontes educacionais brasileiros como veículo de transformação e vitória nacional contra o inimigo. Esta postura apresentada pelas Mulheres da CAMDE está em clara afinidade com a história de saída das mulheres do foro privado ao coletivo, como já debatido nesta dissertação no capítulo I; além de se adequar ao quadro-teórico metodológico escolhido por este trabalho, que foi a Nova História Política e a Cultura Política, que explica as escolhas prévias do indivíduo como resposta à identidade coletiva, influenciada por uma cultura política dominante, no caso do Brasil, conservadora e intensamente religiosa, como debatido também no capítulo I deste trabalho. Assim, aderir a este projeto era defender a família, a moralidade, a sociedade e combater a ameaça comunista.

Cabe a observância de que estamos a analisar um grupo específico da sociedade que foram as mulheres, católico-conservadoras, esposas, filhas e mães de militares, ou esposas de militares e empresários, que compuseram a CAMDE. Caso olhemos para outros grupos, que aparecem neste trabalho, mas que não são nosso foco, poderemos perceber outras causalidades para a adesão ao projeto militar, como de base econômica e social.

Assim, era exatamente no momento em que a Ditadura demonstrava o contorno de uma de suas faces mais autoritárias, que estas Mulheres impunham um discurso de apoio ao sistema proposto como forma de salvação, perceptível nos participantes do evento, como o comparecimento na cerimônia de abertura de Costa e Silva.

A postura destas entidades femininas demonstra uma intensa apologia a um sistema que excluiu o povo, em particular os trabalhadores, da condição de sujeito ativo da sociedade à época. Assim subestimavam a dimensão do autoritarismo que vigorava no Brasil a partir de censura e tortura aos grupos declarados de oposição.

Como já debatido nesta dissertação no Capítulo I, o Estado Militar buscou consorcia-se às vontades coletivas da burguesia e de setores reacionários da sociedade, como de costume na história política do Brasil, que se sentiam ameaçados com os rumos políticos que o país estava tomando naquela conjuntura política, econômica e social.

O debate educacional ganhou impulso sob a liderança destas agremiações de mulheres, pois entenderam a educação como um direito humano fundamental e inalienável para a contribuição na elevação no nível da cidadania. Assim, as Congressistas defenderam a difusão de princípios da Conscientização cívica e religiosa como forma de garantir às gerações futuras liberdade frente às influências de ações golpistas ou grevistas e inquietações tão presentes na Juventude da época. Destacando, como supracitado, que estas inquietações eram as influências do comunismo no cotidiano dos jovens como forma de destruição das famílias, lares e da moralidade.

Elas acreditavam ser a conscientização cívica e religiosa, o melhor caminho para conter as ameaças que o comunismo representava logo no pós-“revolução”. Era para elas o momento de consolidar a vitória sobre o inimigo; e para tal defenderam o diálogo com outras agremiações femininas, com empresários, e parcelas conservadoras nos países sul-americanos. Conseqüentemente, pediram a reformulação da educação, sobre tudo da juventude, como forma de demonstração da preocupação pelo comportamento de estudante nos países sul-americanos, apresentando propostas como:

“Urgência em formar mentalidade de Pátria nos meios civis, por meio da educação Cívica; investir na formação do magistério para qualquer nível, convicto da responsabilidade de sua missão; tornar obrigatório o ensino de Educação Moral e Cívica em todos os níveis; garantir a obrigatoriedade de que todos os estabelecimentos do ensino público e particulares de todos os níveis, de manterem hasteada a Bandeira Nacional das 8h às 18horas; fazer o conagraçamento da juventude civil com a militar; manter a igualdade de responsabilidade do civil e do militar quanto à segurança nacional e quanto à defesa do nosso patrimônio, incluir nos cursos superiores a cadeira de Ética Profissional.” Pág.:72.

Este discurso comprovava a preocupação destas Mulheres com a ação dos “subversivos” sobre os jovens em nossa sociedade na década de 60 no Brasil. As Congressistas compreenderam que cabia ao Estado Militar implementar uma reforma curricular para que os jovens pudessem agir, pensar e escolher de forma livre, se adaptando a novas maneiras de ser, novos padrões e novas formas de civilização. Neste caminho elas entenderam ser de fundamental importância a reformulação da formação cívica do cidadão, começando pela simples brincadeira de criança, passando pela

juventude, até que fossem formadas as raízes de uma cultura patriótica, longe das influências chamadas subversivas, como o marxismo.

Na defesa dessa lógica político-conservadora para a educação, defenderam a introdução nos currículos de temáticas como “ética social”, disciplina a qual, segundo as congressistas, era necessária para orientar e promover o equilíbrio da família, da Igreja, da escola e da sociedade como um todo. Essa ideia baseava-se na crença de que a educação tinha o papel de moldar o indivíduo de acordo com o autoritarismo vivenciado à época pelos países latino-americanos.

Para estas mulheres, a difusão dos princípios educacionais ora propostos deveria ultrapassar as fronteiras da sala de aula, através dos meios de comunicação (televisão, rádio, teatro, cinema, e imprensa escrita). Neste ponto fica clara a conexão destas Mulheres com os projetos dos empresários do IPES, que em suas ações ideológica, social e político-militar, desenvolviam doutrinação por meio de guerra psicológica, fazendo uso dos meios de comunicação de massa como o rádio, a televisão, cartuns e filmes, em articulação com órgãos da imprensa, entidades sindicais dos industriais e entidades de representação feminina, agindo no meio estudantil, entre os trabalhadores da indústria, junto aos camponeses, nos partidos e no Congresso, visando a desagregar, em todos esses domínios, as organizações que assumiam a defesa dos interesses populares.

Para além da ligação interpessoal, muitas eram irmãs, filhas ou esposas, eles estavam intrinsecamente ligados com uma rede de apoio mútuo, seja pelo financiamento ao evento, como mostram as fontes aqui citadas; seja na absorção da cultura dominante conservadora.

Era prerrogativa para estas agremiações que a Educação teria o papel fulcral de preparar intelectualmente a formação dos cidadãos colocando-os permanentemente a serviço do engrandecimento cívico e patriótico propugnado pelos “Sagrados Princípios” da Revolução de 64. Assim:

“Uma educação se faz completa e generosamente, quando prepara o homem para exercer, com justiça, perícia e magnanimidade, todos os cargos, quer público, quer privado, na paz e na guerra (...) temos que apelar para a fraternidade moral, que existe em todas as consciências retas, sinceras e leais, no meio da maior divergência de opiniões, e que todos os espíritos se

integrem na mesma comunhão, para que apreciem este nosso esforço na região serena da concórdia da boa fé e da tolerância recíproca.”<sup>134</sup>

Seria, então, a defesa de uma educação com ênfase na rigidez moral no campo da Educação, supervalorizando o conteúdo cívico e religioso defendido pela Igreja Católica conservadora, sendo vista como instrumento em prol da “revolução de 64” e da concretização de uma ordem social patriótica como produto de um processo democrático em oposição às teses materialistas.

Desta forma fica claro que as ações destas mulheres foram em consonância ao projeto conservador e autoritário implementado pelos militares e nomeado por seus apoiadores como “Revolução Democrática de 64”. Encontramos a confirmação de que as agremiações femininas da década de 60, no Brasil e nos países sul-americanos que participaram do Congresso compactuavam com esta ideia no discurso proferido por Amélia Molina Bastos, no qual a mesma declara ser o Presidente da República um dos homens mais democráticos de que tinham conhecimento.

Apoiadoras e defensoras do projeto militar e do regime que vigorava à época, se empenharam na construção de uma rigorosa orientação ideológica de direita ao debate educacional, para que todos os brasileiros integrados ao sistema escolar ou universitário, fossem educados e moldados às disciplinas de convivência patriótica, sob a ótica de conter a subversão à ordem estabelecida em todas as esferas da vida nacional.

Neste caminho, o I Congresso Sul-Americano da Mulher em Defesa da Democracia, um evento de envergadura internacional para a época, assumiu a tese da defesa incondicional do projeto autoritário que se estendia de forma avassaladora nas décadas de 60 e 70 nos países sul-americanos.

A defesa dos princípios apresentados no Congresso e expostos neste capítulo desta dissertação, à luz de uma concepção cristã, é reforçada pela apologia da presença simultânea da mulher no espaço público e privado. Era possível o envolvimento destas mulheres com as questões culturais, políticas, sociais e econômicas, desde que não perdessem de vista os seus deveres naturais no desempenho das funções do lar e da família.

---

<sup>134</sup> SCOCUGLIA, Afonso Celso e MACHADO, Charliton José dos Santos, Idem, Pág.: 211

O tom uníssono que se revela no evento, no tocante à Educação, é de que a mesma devia expressar e reproduzir interesses dominantes na concepção de mulher e do que consideravam ser sua função “natural” na sociedade, ou seja, restrita à maternidade e circunscrita à esfera familiar.

Desta forma, subordinadas ao modelo de poder do regime militar em curso naquela época, estas mulheres representaram uma rigorosa orientação ideológica de direita ao debate educacional, a fim de que todos os latino-americanos integrados ao sistema escolar ou universitário fossem educados e moldados às disciplinas de convivência patriótica, sob a justificativa de conter a subversão à ordem estabelecida em todas as esferas da vida nacional.

No entanto, estas agremiações de Mulheres não possuíam muita clareza em sua proposta curricular, buscava atender a uma demanda complexa, que envolveu do ensino primário ao universitário, a formação de uma educação voltada para os valores morais, patrióticos e religiosos. Concluíram afirmando que era necessário erradicar o analfabetismo e aprimorar o ensino técnico, bem como urgiam as necessidades de expansão da educação brasileira, vista como elemento fundamental para o progresso econômico das nações civilizadas.

Neste momento percebemos mais um momento de unidade entre as Mulheres da CAMDE e empresários do IPES, e seu reflexo na reforma educacional. Primeiro, ao mesmo tempo em que a reforma tinha que possuir um caráter cívico e religioso tinha que garantir a formação de profissionais para o mercado de trabalho, derivado do desenvolvimentismo característico desde pelo menos o governo de Juscelino Kubistchek. Voltamos ao início deste capítulo, e a responsabilidade que o IPES possuía de elaborar debates sobre a Reforma Educacional no Brasil. Lembramos que estas Mulheres que compunham a CAMDE tinham uma relação interpessoal com os empresários da CAMDE, sendo filhas, irmãs e esposas; bem como com os militares, que tiveram ação direta na fundação do IPES.

Segundo, pela necessidade de expansão da educação brasileira que era também uma meta do IPES. Assim, nos primeiros anos ditatoriais no Brasil ocorreu uma ampliação do acesso à educação: entre 1964 até 1973 enquanto o ensino primário cresceu 70,3%; o ginasial 332%; o colegial 391%; o ensino superior chegou a um crescimento de

cerca de 744,7%. Somado a isso entre os anos de 1968 e 1976 o número de instituições superiores aumentou de 129 para 222.<sup>135</sup>

Seguindo na busca pela reforma educacional, em Julho de 1968, o governo instituiu um Grupo de Trabalho para a realização da Reforma Educacional. Paralelamente, durante os meses de Junho, Julho e Agosto, o IPES se dedicou à preparação do fórum a “Educação que Nos Convém”<sup>136</sup>, que se realizou de 10 de outubro a 14 de novembro de 1968. A organização deste fórum foi uma resposta do IPES à crise educacional quando da tomada pelos estudantes das Universidades Particulares em junho de 1968, e teve papel decisivo em sua elaboração Roberto de Oliveira Campos, que havia sido ministro da economia durante os anos Castelo Branco de 1964 até 1967.

Neste fórum, segundo Saviani, foi explicado o espírito da Reforma Educacional, que foi baseada nos elementos dispostos na Teoria do Capital Humano, na Educação como formação de recursos humanos para o desenvolvimento econômico dentro dos parâmetros da ordem capitalista; na função de sondagem de aptidões e iniciação para o trabalho atribuída ao primeiro grau de ensino; no papel do ensino médio de formar mediante habilitações profissionais, a mão de obra requerida pelo mercado de trabalho; na diversidade do ensino superior, introduzindo-se cursos de curta duração voltados para o atendimento da demanda profissionais qualificados.

O projeto de lei da reforma universitária deu entrada no Congresso Nacional em 7 de outubro e foi aprovado em 6 de novembro de 1968, sendo a lei promulgada em 28 de novembro, porém com vários vetos, fazendo a assepsia dos dispositivos que não se coadunavam com os interesses do regime. Com o Decreto n. 464, de 11/02/1969, ajustou-se melhor a implantação da reforma aos desígnios do regime instaurado pelo golpe de 1964. Efetivamente, o artigo 2º do Decreto negava autorização para funcionamento de universidade ou estabelecimento isolado, mesmo quando satisfeitos os requisitos estabelecidos para sua criação, caso não correspondessem às exigências do mercado de trabalho. Tal determinação encontra-se em consonância com as recomendações do IPES enunciadas no fórum "A educação que nos convém".

---

<sup>135</sup> Jornal da Unicamp. Artigo produzido em 2014, por Carlos Orsi a partir de entrevista cedida por Demeval Saviani, professor emérito da Unicamp e coordenador geral do grupo de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”, da Faculdade de Educação.

<sup>136</sup> Fórum realizado em outubro/novembro 1968 e organizado pelo Inst. de Pesquisas e Estudos Sociais, 1 PRS/GB, com o patrocínio da Pontifícia Universidade Católica, PUC/RJ.

Apoiado pelo debate ocorrido em 1967, cujas agremiações femininas tiveram papel fulcral, a Reforma Educacional de 1968, transformou as universidades que, deixaram de ser organizadas em cursos e passaram a se estruturar em departamentos – assim, a exemplo, ao invés de cada curso de humanidades ter o seu próprio professor de filosofia, instituía-se o departamento de filosofia que deveria atender aos mais diversos cursos. Ocorreu a implementação do sistema de crédito-aula e oferta semestral de disciplinas.

Existe uma conexão intrínseca entre os dois eventos, I Congresso Sul-americano de Mulheres em defesa da Família e o Fórum “A educação que nos convém”, devido aos grupos que os idealizaram e atuaram como grandes lideranças nos dois momentos, CAMDE e IPES, respectivamente, tiveram suas ações entrelaçadas como já demonstrado nesta dissertação.

# CONCLUSÃO

---

Tendo como base as análises metodológicas da Nova História Política e a Cultura Política, percebemos que o autoritarismo e o conservadorismo como forma de representação político-social é uma construção cultural no Brasil desde o século XIX onde ocorre a disputa entre Liberalismo e Positivismo, construindo códigos e referências de sociabilidade e identidade entre os grupos analisados nesse trabalho.

A análise do mundo feminino passa intrinsecamente pelo estudo sobre a educação como forma de representação do ser mulher no privado e no coletivo; e aquela reflete o veículo de construção de uma história das mulheres para além dos seus diários e controle da economia domiciliar. Para tal fim, esta dissertação buscou analisar a presença das Mulheres, que compuseram a CAMDE na década de 60 do século XX, nos centros educacionais femininos, recuperando por vários momentos suas trajetórias de vida tendo como referência Eudóxia Ribeiro, uma das principais componentes da agremiação em questão.

A partir da análise desta trajetória educacional, que lhes forneceu códigos de conduta e por si só já influenciaria identidade entre as componentes da CAMDE, e não apenas educacional como também cultural e política, em consonância com a construção de uma visão de gênero fortemente conservadora no Brasil, significa compreender as escolhas destas quanto a este grupo durante os anos de ditadura no Brasil, impactando em suas ações no sentido da construção de um consenso ao redor deste projeto conservador e autoritário.

Desta maneira, compreender as ações políticas destas Mulheres é não perder de vista a saída da mulher do foro privado para o coletivo e as formas de inserção deste grupo no fazer-se coletivo que para elas, até então, era estranho e atípico. Procura-se então, nesta caminhada, ações que lhes pareceram comuns como a filantropia só que a esta altura com um novo sentido que era o de salvar o Brasil e, principalmente os jovens, da ameaça comunista.

Para além das medidas sociais, a CAMDE buscou a principal referência destas Mulheres na formação da consciência das responsabilidades cívicas, a educação. Para elas a educação era a principal forma de orientar os jovens no sentido de negar o

comunismo, fornecendo-lhes referências sólidas à formação social. Para isso, esta deveria ser reformulada e desta maneira apoiaram a reforma educacional como forma de remodelar a juventude em especial nas Universidades.

Estas Mulheres eram ligadas direta ou indiretamente aos militares e empresários do IPES, seja via casamento ou grau de parentesco, e o IPES assumiu a responsabilidade de criar um projeto educacional que inseria a juventude na dinâmica econômica de que o país necessitava à época. No entanto, precisava do apoio da opinião pública na medida em que, desde 1961, a necessidade da reforma era debatida sem grandes avanços. Agora, o sucesso da “revolução” dependia da inserção da juventude na dinâmica econômica capitalista da qual o Brasil fazia parte. A reforma era então fulcral.

Nessa caminhada, na necessidade de mobilizar a opinião pública, o IPES se utilizou da proximidade que tinha junto a essas Mulheres e dos códigos de pertencimento que as uniam, para cooptá-las na defesa de seu projeto de reforma educacional. Essa aliança culminou no I Congresso Sul-Americano de Mulheres em Defesa da Democracia, cujo principal tema debatido foi a educação e sua reforma, impactando na elaboração da Reforma Educacional de 1968 que afetou principalmente as universidades, legado este sentido por nós até os dias de hoje.

A pressão da situação econômica do país à época, bem como da ideologia de contenção do comunismo, foi sentida em todas as esferas educacionais, no entanto, é perceptível a preocupação com as universidades e com os jovens como porta de entrada às ideologias subversivas. Esta preocupação também era visível no I Congresso Sul-americano de Mulheres em Defesa da Democracia, o que demonstra também que um evento impacta no outro e refletem no projeto educacional militar durante os anos militares.

A persistência do legado educacional da ditadura militar resulta compreensível, tendo em vista os problemas e ambiguidades da transição democrática em nosso país. A transição que se operou no Brasil teve início com a "distensão lenta, gradual e segura" formulada em 1974 no governo Geisel e prosseguiu com a "abertura democrática" a partir de 1979 no governo Figueiredo, desembocando na "Nova República", em 1985, que guindou à posição de Presidente da República o ex-presidente do partido de sustentação do regime militar. A "transição democrática" se fez, pois, segundo a estratégia da conciliação pelo alto, visando a garantir a continuidade da ordem socioeconômica. Essa

continuidade foi ainda reforçada, a partir do início da década de 1990, pela situação internacional que trouxe à tona uma onda neoconservadora guiada pela primazia do mercado sob o comando do grande capital financeiro.

Em consonância com o descrito nesta dissertação, concluímos que a ação da sociedade civil nos anos aqui em questão foi decisiva para a construção do Projeto Autoritário no Brasil, como para este trabalho a ação da CAMDE na modificação da opinião pública.

## REFERÊNCIAS

---

### 1. Fontes do Arquivo Nacional:

**Jornal O Globo, 1962.** Artigo “A mulher Brasileira está nas Trincheiras”;

**Relatório do Ministério da Educação** de 8 de maio de 1967.

**Jornal O Globo** de 29 de setembro de 1964.

**Jornal O Globo** de 11 de Abril de 1967.

**Jornal O Globo** de 14 de Março de 1968.

**Jornal do Brasil** de 14 de setembro de 1968.

**Artigo “Chamado à Razão” do. Correio Popular,** Campinas 26 de Outubro de 1968

**Jornal O Globo** de 24 de Dezembro de 1968.

**O Jornal** de 2 de Abril de 1969.

**Jornal O Globo** de 19 de setembro de 1969.

**Jornal Correio da Manhã,** RJ, de 24 de Junho de 1970.

**Jornal Correio da Manhã,** RJ, de 25 de Junho de 1970.

**Jornal de Serviço,** RJ, 4 de setembro de 1970.

**Relatório da CAMDE** sobre o I Congresso Sul-Americano de Mulheres em Defesa da Democracia entre os anos de 1965 e 1966.

**Relatório da CAMDE** sobre o I Congresso Sul-Americano de Mulheres em Defesa da Democracia no ano de 1966, e a primeira visita ao Hotel Glória onde se realizou o evento.

**Relatório da CAMDE** .Distribuição das Funções na realização do Congresso.

**Relatório da CAMDE.** As diversas atividades a serem realizadas durante o evento.

**Relatório da CAMDE.** Apresentação do temário do Congresso dividido em Grupos.

**Relatório da CAMDE** Reunião realizada no Hotel Glória, onde ficaram definidos alguns custos para a realização do evento.

**Relatório da CAMDE.** Envio de cartas em agradecimento às firmas que receberam as Senhoras da CAMDE e Carta de convocatória à Bolívia.

**Relatório da CAMDE** Reuniões em busca de ajuda financeira.

**Relatório da CAMDE** com atividades entre os anos de 1966 e 1967.

**Relatório da CAMDE** com a abertura do Congresso.

**Relatório da CAMDE** de encerramento do Congresso.

**Relatório da CAMDE.** Discurso pronunciado por D. Maria Helena da Gama Câmara, 2ª Vice-presidente da CAMDE no Congresso.

## 2. Anexos:

ANEXO I. Relatório do Ministério  
da Educação de 8 de maio de 1967.

RE.O.O. 88/1, p. 265

2

### DISTRIBUIÇÃO ESTRANGEIRA DE MEIOS ANTICONCEPCIONAIS?

O ministro da Saúde, sr. Leonel Miranda, colocou em dúvida, sábado, o fato de que missões estrangeiras estivessem distribuindo anticoncepcionais na Amazônia, "região rarefeita, de densidade populacional muito pequena", e, além disso, "os jornais falam muito, mas ninguém provou nada, ainda".

### EM PAUTA A REFORMA DO CÓDIGO CIVIL

A reforma do Código Civil, proposta pelo Governo anterior e depois retirada do Congresso, foi reapresentada, em forma de projeto, pelo Deputado Nelson Carneiro, e será examinada por comissão especial da Câmara nos próximos dias. Integram a comissão 15 deputados, sendo dez da ARENA e cinco do MDB.

Pela liderança do Governo foram indicados para membros do órgão os Deputados Arruda Câmara, José Meira, Gustavo Capanema, Osni Régis, Manso Cabral, Pires Sabóia, Vicente Augusto, Ezequias Costa, Rubem Nogueira e Cardoso Alves. A Oposição indicou os Deputados Celso Passos, Bernardo Cabral, Paulo Brossard, Chagas Rodrigues e padre Antônio Vieira.

### RETOMADA DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL

O ministro Hélio Beltrão, do Planejamento, considera-se satisfeito com o conjunto de medidas que vêm sendo adotadas para a retomada do desenvolvimento nacional, e aponta duas dessas mais recentes providências: o decreto presidencial dando condições para o reequipamento da indústria brasileira de construção naval e a solução definitiva para a construção do teleférico destinado ao transporte do sal de Macau e Areia Branca, no Rio Grande do Norte.

### CAMDE E CIVISMO

O Ministro da Educação, Sr. Tarso Dutra, recebeu sábado em audiência várias participantes do I Congresso Sul-Americano da Mulher em Defesa da Democracia, ouvindo-as a respeito do lançamento no Rio de um programa de televisão destinado a incentivar no curso primário a educação cívica.

O programa, intitulado Clube Espacial, já conhecido no Paraná, procura modernizar a técnica da educação cívica para as crianças e já fôra citado ao Sr. Tarso Dutra pelo Ministro da Agricultura, Sr. Ivo Arzua. Na ocasião, o Ministro da Educação prometeu às senhoras da CAMDE, prestigiar o lançamento do Clube Espacial.

Rio-8-5-1967

YIA Y.S.A.

ANEXO II. Jornal O Globo de 29 de  
setembro de 1964.

O Globo 29-9-64

## Uma Filha do General Patton Atua Com a CAMDE na Rocinha

**I** NTERESSADA apenas em ajudar suas companheiras da CAMDE na obra que realizam, uma filha do General Patton, D. Ruth Ellen Totten participou ontem da inauguração do novo núcleo da entidade na Rocinha, onde, descoberta pela reportagem de O GLOBO, disse que não tem nenhum interesse em fazer publicidade em torno do nome famoso de seu pai, mas em ajudar a melhorar as condições

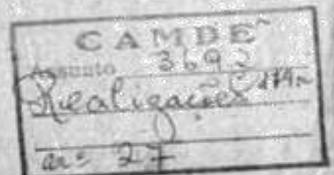
sociais dos favelados. D. Ruth procura, também, melhorar o seu português, e aproveita os contatos com os favelados para isso, o que a torna mais feliz ainda. Seu pai, como se sabe, foi um dos maiores generais do Exército norte-americano, na II Grande Guerra, tendo comandado as forças do seu país nos dias que se seguiram ao Dia-D.

### Inauguração

O núcleo da CAMDE na Rocinha é dirigido por D. Dulce Azeredo Hollmeister, e o ato inaugural contou com a presença do administrador regional do bairro, de membros da Fundação Leão XIII e de inúmeras outras senhoras de várias seções da entidade, além de representantes da Associação dos Moradores da Rocinha e da Secretaria de Serviços Sociais.

A Sra. Dulce Azeredo Hollmeister afirmou que suas companheiras da CAMDE encontraram a melhor acolhida na Rocinha, já tendo organizado quatro equipes com 20 moças voluntárias e reunido 40 meninas que aprendem tapeçaria, 130 senhoras e 15 meninas que costuram, além de 30 meninos aprendendo trabalhos manuais, inclusive mecânica e carpintaria. O núcleo está provisoriamente localizado no Largo do Botafogo e realiza uma exposição de trabalhos dos favela-

dos, com colocação garantida no mercado. A direção da CAMDE-Rocinha está ultimando os planos para fundar uma creche no local, contando com a ajuda da LBA e da Cia. de Terrenos Cristo Redentor, que doará o lote para a construção. Falta, apenas, a permissão do Ministério do Trabalho



O Globo 11-4-67

## Congresso da CAMDE C

Promovido pela CAMDE, o I Congresso Sul-Americano da Mulher em Defesa da Democracia, reunirá no Rio, de 16 a 22 deste mês, representantes de organizações femininas de dez países.

— Reforçar ainda mais a democracia dos povos latino-americanos, através do debate dos temas do mundo moderno, é um dos maiores objetivos do encontro — declarou a presidente da CAMDE, Sra. Amélia Molina Bastos.

### Delegação Brasileira

O congresso se realizará no Hotel Glória, e terá início no dia 16, com um coquetel às 17 horas, oferecido às representantes dos países convidados. A delegação brasileira estará constituída pelas 12 filiais da CAMDE nos Estados e por re-

presentantes da Ação Democrática Feminina Gaúcha, Cruzada da Mulher Democrática, Movimento Cívico da Mulher Cearense, Cruzada Democrática Feminina de Pernambuco, União Cívica Feminina, Liga da Mulher Democrática, Leste Um, Movimento Brasileiro de Correspondência, Rearmamento Moral, Associação Cristã Feminina, Movimento de Arregimentação Feminina e Liga Feminina Israelita do Brasil. Participarão também dos debates as Sras. Raquel de Queirós, Iolanda Teixeira e Aíla Gomes. As conclusões dos debates serão enviadas às autoridades de cada país da América.

### Temário

O temário do congresso está dividido em três grupos:

Grupo I — Valores morais e espirituais da família, compreendendo o valor da comunicação entre gerações, processos para a unificação da família e integração da família na comunidade.

Grupo II — Orientação e preparação para a cidadania na escola; conscientização e politização do homem moderno, características da democracia representativa.

Grupo III — Guerra psicológica; o comportamento do estudante no mundo atual; a responsabilidade do intelectual na juventude; a importância e a influência dos grupos femininos.

Grupo IV — O papel do empresário no rumo social da coletividade; a liderança operária autêntica através de sindicatos livres ao fortalecimento da classe média.

CAMDE  
ASSINADO 396  
M. Theres. Queiroz  
do Sul. Congresso  
n.º 82

ANEXO IV. Jornal O Globo de 14 de  
Março de 1968.

PE. O.O. 46/32

O Globo

14 - 3 - 1968

### *A CAMDE Conclama os Intelectuais Brasileiros*

A CAMDE assiste com profunda estranheza e legítima revolta a fria indiferença com que têm sido recebidas as notícias que nos chegam sobre as restrições impostas à liberdade de opinião em certos países da Cortina de Ferro. Conclama, pois, mais uma vez, os intelectuais brasileiros, sempre tão dispostos a defender a liberdade de pensamento e de expressão, quando a julgam ainda que levemente ferida, que façam ouvir, agora, as suas vozes, usando o mesmo fervor na defesa dos estudantes de Varsóvia, bárbaramente espancados, presos, eliminados das Universidades e também contra os constantes atentados de que têm sido vítimas os seus colegas nos países da Cortina de Ferro.

Usem, senhores, sem tibiezas nem vacilações, as liberdades e as garantias que lhes confere a democracia brasileira.

Está na hora de protestar. Enérgicamente! Veementemente! Com firmeza e desassombro, denunciando ao mundo livre a dolorosa e cruel experiência que estão passando os estudantes de Varsóvia e os intelectuais dos países da Cortina de Ferro.

CAMDE
Assunto 3692
CRMDE C179m
Manifestos
nl. 35

ANEXO V. Jornal do Brasil de 14 de setembro de 1968.

PE.O.O. 46/36

Jornal do Brasil  
14-9-68

Jorge Bentes — Rua São Clemente, 45, ap. 486 — Botafogo, Rio.

*J. Brasil*  
A Cadete e o 14-Set  
"Caderno Especial" 1968

"O Caderno Especial sobre a guerra revolucionária (JB, dia 1.º) é um alarme à consciência nacional. Seus artigos formam um subsídio valioso para todos aqueles que não compreenderam ainda a situação grave vivida no mundo de hoje."

Maria Helena da Gama Câmara — Presidente da Campanha da Mulher pela Democracia — Rio."

CAMDE  
AGILITO 369.2  
CAMDE e 179m  
Manifestos  
n.º 39

ANEXO VI. Artigo "Chamado à Razão"  
do Correio Popular, Campinas 26 de  
Outubro de 1968.

E.O.O. 46/37  
an. 1

## CORREIO POPULAR

Campinas, 26 de Outubro de 1968

# CHAMADA À RAZÃO

Há no País, como nunca, um clima de tensão, em que predominam o desejo e interesses de romper a ordem existente, para objetivos não muito claros. Manifestações que terminam em violência quebram a vida rotineira das grandes cidades, prejudicando cidadãos e, muitas vezes, sacrificando vidas jovens, tão preciosas para a sociedade.

Alguns observadores afirmam que na retaguarda de tais movimentos existem estímulos políticos extremistas e outros estudam o assunto mais do ponto de vista psicológico.

Sejam quais forem as causas reais dessas manifestações de protesto, a verdade é que elas começam a trazer preocupação não só aos homens do governo, mas a todos os que se interessam pela ordem social, pois as contínuas depredações continuam a fazer vítimas inocentes e a conturbar a vida normal do País, sem nenhum resultado prático para a população.

A respeito desse assunto, a Campanha da Mulher pela Democracia, sob o título «Chamada à Razão», lançou, no Rio, um apelo ao povo brasileiro que, em nossa opinião, deve ser conhecido por todos e, por esse motivo, o transcrevemos abaixo.

«A CAMDE, Campanha da Mulher pela Democracia, entidade independente e apartidária, que visa ao fortalecimento da democracia, consternada com a onda terrorista que avassala o País, procedeu a uma análise dos acontecimentos.

A população vem assistindo, atônita, futuros engenheiros a depredarem; futuros médicos a apedrejarem e ferirem; futuros economistas a abalarem o comércio e a indústria e o patrimônio nacional; futuros advogados a desafiar a lei e a ordem, o que constitui uma triste inversão de valores, prejudicando, seriamente, o trabalho ordeiro.

Na ânsia de adquirirem armas, explosivos e numerário para a execução de atos terroristas, os responsáveis por essas manifestações têm sacrificado a vida de soldados, estudantes e bancários.

Há poucos meses foi executado, friamente, um cidadão alemão, na porta de sua casa no Jardim Botânico. Há poucos dias, um pai de família norte-americano foi metralhado, a sangue frio, na presença de seu filho, de nove anos e, sobre o seu corpo, foi deixado um bilhete de caráter ideológico.

Este novo comportamento que hoje se vem verificando, em nossas principais cidades, nos surpreende, pois difere, totalmente, da conduta que sempre caracterizou o brasileiro.

Somos um povo que tem repudiado as posições radicais, extremadas e que sempre procurou soluções para os seus problemas, com serenidade. Não podemos nos afastar desta atitude. Atravessamos um período difícil e, por isto mesmo, é preciso unir esforços na determinação de manter o Brasil livre da infiltração de ideologias espúrias. O momento não comporta omissão. Cada um de nós tem que oferecer a sua colaboração, firme e constante, para a salvaguarda de nossas instituições, para o fim desta lamentável onda de terrorismo, para o fiel cumprimento de nossas leis, para a volta da paz e da tranquilidade de nossos lares.

A CAMDE dirige, neste momento, o seu apelo a todos os brasileiros, desde o mais humilde trabalhador à mais alta autoridade, no sentido de não esmorecerem na defesa da unidade, da integridade e da inviolabilidade de uma nação que, ao invés de marchar para o caos, pode e deve caminhar para um futuro de sólidas esperanças.

Como vemos tal apelo é bastante significativo, pois demonstra que as frequentes agitações preocupam os diversos setores responsáveis pela harmonia que deverá existir na família brasileira.

Não é justo e nem lógico que policiais e estudantes, filhos da mesma terra, possuidores do interesse comum de engrandecimento do Brasil, se defrontem violentamente, sem nenhum objetivo aparente.

No momento em que o Brasil procura adotar novos rumos para o seu desenvolvimento, necessitando para isso do esforço de todos os cidadãos, não é oportuno o surgimento de atividades que possam retardar a marcha para o progresso, desbaratando energias jovens tão necessárias para a construção futura.

As mulheres que compõem a CAMDE, que também se sentem responsáveis pelos destinos de nossa terra, parecem ter localizado de maneira feliz a crise em que atravessamos. O momento exige fórmula construtiva e pacífica como a única capaz de neutralizar os focos de rebelião.

CAMDE	
ASSUNTO	369.2
CAMDE	0179m
Manifestos	
no. 40	

ANEXO VII. Jornal O Globo de 24 de  
Dezembro de 1968.

O Globo

24-12-1968

## Mensagem de Natal da CAMDE exprime confiança no Brasil

A CAMDE (Campanha da Mulher pela Democracia) divulgou ontem sua mensagem de Natal, onde expressa confiança no Brasil e faz um apêlo de união às forças vivas do País, em prol do desenvolvimento. É a seguinte a íntegra da mensagem:

"Alegrai-vos sempre no Senhor! E repito: alegrai-vos! (Filip. 4,4-6).

O Natal é um renascer de fé e esperança numa

vida nova, numa vida melhor.

O Brasil é uma nação jovem, plena de recursos, com um futuro promissor à sua frente e não pode temer reveses. Já passou por várias fases difíceis, mas venceu-as.

Não há dúvida que, ultimamente, viviamos num clima de intranquilidade, desordens e violência, gerado pelo abuso da liberdade, utilizada para fins impatrióticos. Um paradeiro a estes desmandos se impunha, e veio, fazendo-nos retroceder aos idos de março de 1964. Recomeçamos mais uma vez, com mais ímpeto, pensando em medidas heroicas para debelar a inflação, efetivar a autêntica reforma universitária, melhorar comunicações e reduzir as despesas governamentais não produtivas.

O Brasil não pode parar! É necessário que o mecanicismo do desenvolvimento se sobreponha ao do subdesenvolvimento. Esta é, portanto, a hora das forças vivas do País se conjugarem, novamente, para uma arrancada decisiva.

Eis a mensagem da CAMDE nesta fase histórica do Brasil."

<b>CAMDE</b>	
Assunto	369.2
©CAMDE	©1792
Manifesto	
n.º	42



PE.0.0.46/42

## CAMDE se une aos protestos contra ação terrorista

10210200  
16-9-69

Sobre os últimos atos terroristas verificados no País, a CAMDE distribuiu ontem à imprensa a seguinte nota de repúdio:

"A CAMDE, Campanha da Mulher pela Democracia, chocada e indignada com a violência dos últimos atos terroristas, que culminaram no sequestro do embaixador de uma nação amiga, une sua voz ao clamor público, no repúdio total àqueles que, sem Deus e sem pátria, matam e destroem, no Brasil, a serviço de uma conspiração internacional.

Os terroristas ultrapassaram, de muito longe, os limites da tradicional tolerância brasileira. Não podemos cruzar os braços enquanto tentam corromper o idealismo da juventude, utilizando-o para atos que abjuram os valores morais e espirituais de nosso povo.

Tôda a liberdade exige um preço. Preço esse que é pago, diariamente, pelo cidadão, através do respeito à liberdade do próximo, do acatamento às leis e, acima de tudo, pelo ônus da responsabilidade de cada um, por seus atos. As autoridades já preconizaram as medidas exigidas pela população ordeira, que clama por tranquilidade. Os terroristas arcarão com as conseqüências de seus atos. E nós, cidadãos, continuaremos a trabalhar pelo progresso e pela grandeza do Brasil."

**PROBLEMAS**

**A água continua faltando — por causa da Copa — mas o gás deve voltar hoje**

A água está disponível, mas não para todos. O gás, porém, já voltou para a maioria das casas.

**COMERCIO**

**Acôrdos assinados: pelo menos 1.600 lojas abrem na noite de sábado**

Apesar das dificuldades, os comerciantes já estão abertos em vários pontos da cidade. O comércio de rua está começando a recuperar-se.

**MEDICINA**

**Médicos lembram o mesare Brandão Filho em almoço no Iate Clube**

O mesare Brandão Filho, conhecido por sua atuação durante a Revolução de 1938, foi homenageado em um almoço no Iate Clube.

**FORÇAS ARMADAS**

**José Romeu, o sargento, vai levar ao Rio Grande o fogo simbólico**

O sargento José Romeu vai levar ao Rio Grande o fogo simbólico da Revolução de 1938.

**POLICIA E SUBVERSAO**

**Justiça Militar pede o seqüestro de bens de Jorge, o Bom Burguês**

O Ministério da Justiça Militar pediu o seqüestro dos bens de Jorge, o Bom Burguês, acusado de subversão.

**Promotor pede pena de morte para os banidos**

O promotor pediu a pena de morte para os banidos envolvidos no caso de subversão.

**O promotor João vai ajudar a achar Carlos**

O promotor João vai ajudar a achar Carlos, acusado de subversão.

**No dia da festa, cinco carros foram roubados**

No dia da festa, cinco carros foram roubados em uma área de lazer.

**Levou 150 mil cruzeiros da Maunessman**

Um banco recebeu de estatista bens avaliados em 150 mil cruzeiros.

**Ela estava linda, por isso a mataram**

Ela estava linda, por isso a mataram. O caso envolveu um crime de paixão.

**Irenilda é mulher, mas quer ser homem**

Irenilda é mulher, mas quer ser homem. Ela busca a identidade masculina.

**Professora autista**

Professora autista. O caso envolveu uma professora com características autistas.

**Um débil pode ser condenado à morte**

Um débil pode ser condenado à morte. O caso envolveu um crime cometido por um indivíduo com deficiência mental.



# GERICO nos bairros

Continuamos apresentando o levantamento das obras e reivindicações da VI Região Administrativa, que abrange os bairros da Lagoa, Ipanema, Leblon e Jardim Botânico. Até domingo, dia 6, estaremos publicando matérias de interesse geral da população.

As tranquilas ruas de Ipanema de hoje — com exceção da Viscondessa de Pirajá e Prudente de Moraes — onde os ônibus e carros são constantes e a poluição mata todas as árvores plantadas, sufocando os moradores, já foram atalhos de areia calma, onde crianças apinhavam pitangas e corriam atrás de pássaros e animais selvagens.

É ainda o engenheiro Murilo Pessoa quem lembra, a respeito do bairro das garotas cantadas em prosa e verso, que suas ruas já tiveram outros nomes. Que ali, durante a 2ª Guerra Mundial floresceu o meio de transporte denominado "lotação". A princípio eram carros de praça fazendo suas corridas até o fim da cidade. Depois formaram-se empresas e os conhecidos "ingotas". Era um automóvel antigo, incomprido, próprio para dar mais lugares, tinha céu abobora daí o nome popular de ingota.

### As tradições e a história

— Como vimos, o 2.º Barão de Ipanema batizou as ruas do bairro com nomes de parentes, amigos e correligionários e das festas de sua família. O coronel José Silva e seus descendentes deram também nomes de seus familiares. E assim a Vila de Ipanema com nomes, datas e números ficou até 1917 e 1922 quando por decretos municipais tais denominações foram mudadas.

Nas mesmas ruas onde se escreveu a História do Brasil hoje existem edifícios altos, praças e colégios, comércio farto e variedade, supermercados, hippies, bebedores de chopp e cerveja, a Banda de Ipanema com o Jaguar dando a dica e a macacada soando em loca.

— Em 1935 na Rua Barão da Torre, 636, então refúgio de Luiz Carlos Prestes, foi traído o movimento revolucionário de 27 de novembro.

No número 33 da Rua Paul Nedéfer (aviador norte-americano desaparecido na floresta amazônica) morou o deputado alemão Harry Berger, preso pela polícia como representante da Internacional Vermelha. Os dias passados de Ipanema registram que em 1903 nas areias da Av. Vieira Souto, Pinheiro Machado (cuja estátua se encontra na sua praça principal) se bateu em duelo com Edmundo Silveira, fundador do COBRE DA MANHA.

### As ruas

Av. Vieira Souto — nome dado em homenagem ao engenheiro da Prefeitura — era a antiga Praia de Fora, depois praia de Ipanema.

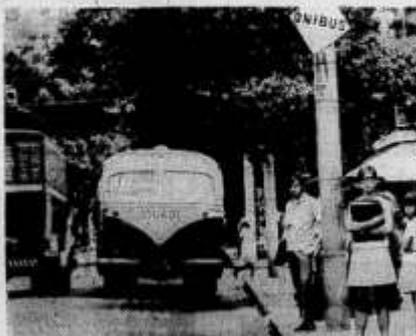
Rua Alberto de Campos — nome dado pelo Barão de Ipanema a um dos seus genros.

Rua Redentor — ex-Rua 20 — nome dado em homenagem ao Cristo Redentor.

As ruas  
de Ipanema  
já foram  
só areia



PARADA NO TEMPO — As ruas de Ipanema, que ao princípio eram somente areia, rasgadas por camêloes entre o mar, hoje são movimentadas e poluídas pelas drubas.



TEMPO DE PARAR — Quando o calor mais liede passar, não cheia de graça, nas ruas de Ipanema, o tempo é de parar. Para ver.

Rua Nascimento Silva — em homenagem a outro engenheiro da Prefeitura.

Visconde de Pirajá — título do Visconde Joaquim Pires de Carvalho.

Rua Almirante Sadoeck de Sá — reconhecida oficialmente em 1933 em homenagem à Marinha.

Barão de Jaguaribe — reconhecida em 1932.

Prudente de Moraes — sempre teve essa denominação.

Antônio Parreiras — rua aberta em 1948.

Epitácio Pessoa — ex-Praia Grande, homenagem ao político norista.

Jangadeiros — ex-Rua 16 de Novembro, dado pela família do Barão, em homenagem à família dos jangadeiros que pela primeira vez fizeram o raia Ceará — Rio de Janeiro; foram os Dragões do Mar.

Teixeira de Melo — ex-Rua 4 de Dezembro, em homenagem ao escritor e adutor, reconhecida em 1917.

Fernão de Azevedo — médico da antiga Prefeitura, reconhecida em 1917.

Rua Montenegro — Nome dado pelo Barão de Ipanema, era um de seus genros. Exatamente Manuel Pinto de Miranda Montenegro, casado com sua filha Sofia, reconhecida em 1917.

Rua Joana Angélica — ex-Rua César Silva, filha de Cel. José Silva, reconhecida em 1922, heróica italiana, sícor.

Maria Quitéria — ex-Rua Otávio Silva, filha do coronel José Silva da Casa de Torre do ar. Antônio Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque, Balana, reconhecida em 1923.

Anibal de Mendonça — ex-Rua Durio Silva, outro filho do coronel Silva. Nome de almirante em homenagem à Marinha.

Henrique Dumont — em homenagem ao pai de Santos Dumont, nome dado em 1919.

Paul Redefern — era um aviador, reconhecida em 1928.

Jardim de Alá — popularmente há duas versões: uma baseada no filme do mesmo nome, antigo de Marlene Dietrich; outra versão de um poeta ao passar no local, gostou, achou pitoresco e dizendo ser mesmo o Jardim de Alá. Desde 1946 tem três nomes: Praça Almirante Saldanha da Gama, Praça Grécia e Praça Paul Claudel. Só é conhecida mesmo como Jardim de Alá.

Nas ruas de Ipanema, sempre que a democracia se vê ameaçada as senhoras da CAMDE — Campanha da Mulher pela Democracia, associação de direitos fundada no bairro — lideradas por dona Amélia Molina Bastos, saem em procissão, passando pela casa do Marechal Dutra, na Rua Redentor, que lhes dá apoio.

ANEXO XIII. Relatório da CAMDE sobre  
o I Congresso Sul-Americano de Mulheres  
em Defesa da Democracia entre os anos de  
1965 e 1966.

00 302/A, p. 4

DE: MAVY HARMON E LUCIA JOBIM.

PARA: A PRESIDENTE E OS DEMAIS MEMBROS DO CONSELHO DIRETOR DA  
CAMDE.

R E L A T Ó R I O

I CONGRESSO SUL AMERICANO DA MULHER EM DEFESA DA DEMOCRACIA.

17 à 23 de novembro de 1965:

Realisa-se no Hotel Gloria a 2ª Conferência Interamericana  
Extraordinária da O.E.A.

Maria Helena Camara, ao assistir a uma das sessões plenárias  
da Conferência, entusiasma-se com a idéia da CAMDE promover  
um encontro de entidades cívicas femininas latino americanas.  
O Conselho Diretor da CAMDE, no entanto, acha que a entidade  
ainda não dispõe de meios para um encontro de tamanha impor-  
tância.

30-5-1966:

Ao atualizar o relatório geral de atividades da CAMDE, Lucia  
Jobim verifica que a entidade perdeu o contáto com elementos  
de associações cívicas femininas da America Latina, que nos  
haviam procurado, por carta (Rep. Dominicana) ou pessoalmente.

Na reunião de diretoria do dia 30 de maio, propõe que a CAM-  
DE promova um seminário.

Estavam presentes à reunião: Amelinha, Eudoxia, Maria Helena,  
Iacy, Chiquita, Mavy e a proponente.

Amelinha condiciona a realização do conclave as passagens e  
hospedagem gratuitas.

Amelinha designa com a aprovação do Conselho, Maria Helena  
Camara, Mavy Harmon e Lucia Jobim para comporem a Comissão  
Executiva do conclave, si forem superadas as dificuldades  
iniciais (hospedagem e passagem).

Mais tarde Eudoxia R. Dantas fará parte da Comissão Executi-  
va.

1-6-1966:

Casa de Mavy -

1º encontro com o Snr. James Phillips para solicitação das  
passagens (Braniff).

Presentes, Maria Helena, Mavy, Lucia.

<b>CAMDE</b>
Assunto 369.205
CAMDE Relat. 279
uc 3

Segue.

ANEXO XIV/ XV. A participação da Mulher no esforço para o aprimoramento do bem estar cívico; social e econômico da Nação. Relatório da CAMDE sobre o I Congresso Sul-Americano de Mulheres em Defesa da Democracia no ano de 1966, e a primeira visita ao Hotel Glória onde se realizou o evento.

DE 0.0 302/4, p.3

- 3 -

f) O tempo deverá ser distribuído da seguinte maneira:

- 60% horas - trabalho
- 30% " - social
- 10% " - livre

g) O Congresso deve ser instalado pelo Presidente da República e encerrado pela Presidente do Congresso.

Presentes: Maria Helena, Eudoxia, Mavy, Lucia.

15-9-1966:

I reunião de quinta-feira da Comissão Executiva do Congresso.

20-9-1966:

Lucia apresenta o texto da carta que será enviada às delegadas. É aprovado.

Mavy apresenta e é aprovado o questionário que deve acompanhar as cartas.

21-9-1966:

O Conselho Segurança Nacional aprova o questionário e sugere que se peça 3 nomes às entidades estrangeiras.

22-9-1966:

Reunião com o Conselho de Segurança Nacional- Cel. Lima e Cel. Cerqueira Lima.

a) Maria Helena define o Congresso:

"A participação da mulher no esforço para o aprimoramento do bem estar cívico, social e econômico da Nação".

b) É lembrado o nome de d. Ester Figueiredo Ferraz (diretora do Serviço Universitário) para fazer uma palestra no Congresso. (Ministério da Educação ou Reitoria).

c) Para financiamento do Congresso a sugestão dada é a de um livro de contribuições.

d) Refinaria União - Sr. Soares Sampaio (deve dar boa contribuição).

Presentes: Cel. Cerqueira Lima, Cel. Lima, Anolinha, Maria Helena, Eudoxia, Yvone e Mavy.

Mavy apresentou esquema preliminar do Congresso.

29-9-1966:

Reunião da Comissão Executiva com o Conselho Diretor da CAMDE. Lucia e Mavy apresentaram as sub-comissões e com a colaboração do Conselho Diretor vão preenchendo as chefias das sub-comissões que ficaram assim constituídas:

1) Credenciais - Ligia Bastos de Oliveira.

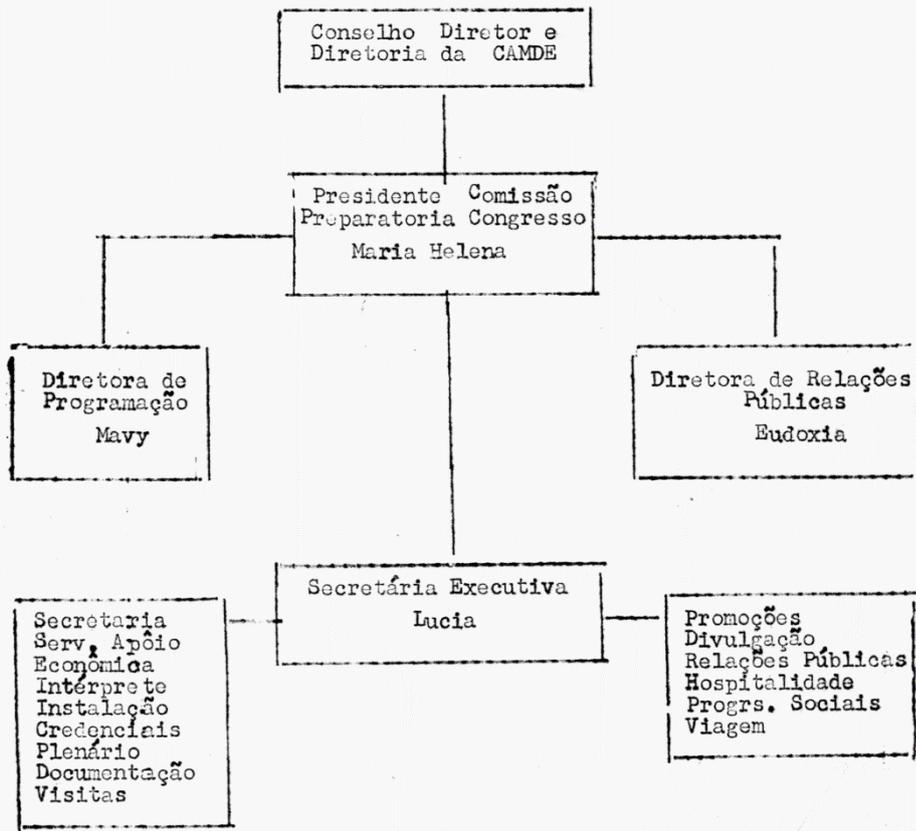
ANEXO XVI. Relatório da CAMDE para a distribuição das Funções durante a realização do Congresso.

PE.0.0.102/Δ, p.4

- 4 -

- 2) Promoções - Olguita
- 3) Viagem - Helena Mello
- 4) Divulgação
- 5) Economia - Gilda Côrtes, assessorada por Chiquita e Iacy
- 6) Relações Públicas - Olguita
- 7) Secretária - Wilma, assessorada por Noemi - (regina?)
- 8) Documentação - Yvone
- 9) Instalação - Wanda
- 10) Plenário - Idalina
- 11) Serviços de apoio - Izaura Viana (?) Cordelia fará o convite
- 12) Hospitalidade - Ester
- 13) Intérpretes - Clelia Aché

Nesta mesma reunião Mavy e Lucia submetem à aprovação o organograma, que é aprovado:



ANEXO XVII. Relatório da CAMDE com  
as diversas atividades a serem realizadas  
durante o evento.

PE.0.0.102/4,p.5

P R O G R A M A

<u>DOMINGO</u> dia 16	o dia todo 17:00	Matrícula Cocktail de boas vindas
<u>SEGUNDA</u> dia 17	9:00-12:00 14:00-16:30 17:00	Eleição da mesa; explicações; regulamento; comissões; sorteio INSTALAÇÃO SOLENE DO CONGRESSO
	18:00 Noite livre	Entrevista com a imprensa
<u>TERÇA</u> dia 18	9:00-12:00 15:00-16:30 Noite livre	Reunião das Comissões Técnicas PAINEL (visita externa)
<u>QUARTA</u> dia 19	9:00-12:00 15:00-18:00 20:00-22:00	Reunião das Comissões Técnicas Reunião das Comissões Técnicas 1ª Sessão Plenária
<u>QUINTA</u> dia 20	9:00-12:00 15:00-17:00 17:00	Sessão Plenária Sessão Plenária Distribuição do questionário de avaliação
	Noite livre	
<u>SEXTA</u> dia 21	Feriado (TIRADENTES)	DIA LIVRE
<u>SÁBADO</u> dia 22	10:00-12:00 14:00-16:00 17:00	Avaliação; conclusões; Aprovação do texto final SESSÃO SOLENE DE ENCERRAMENTO (AMELIA MOLINA BASTOS)

A programação das "noites livres" e "feriado" está à cargo da sub-comissão de Programas Sociais.

Aprovado pelo Conselho Diretor da CAMDE em 13-10-66.

MH,LPJ.cv.

ANEXO XVIII. Relatório da CAMDE  
com a apresentação do temário do  
Congresso dividido em Grupos.

PE.0.0.302/1, p.6

- 6 -

10-10-1966:

Lucia prepara e apresenta ao Conselho Diretor o temário que fica assim organizado:

Grupo I            VALORES MORAIS E ESPIRITUAIS DA FAMÍLIA

1. O valôr da comunicação entre as gerações
2. Processos para a unificação da família
3. Integração da família na comunidade

Grupo II            ESTRUTURAS

1. Orientação e preparação para a cidadania na escola
2. Concientização e politização do homem moderno
3. Características da Democracia Representativa (Executivo, Legislativo e Judiciário)

Grupo III            GRUPOS ATUANTES

1. Guerra Psicológica-Mensagem escrita e falada
2. O comportamento do estudante no mundo atual e a responsabilidade do intelectual na formação da juventude
3. Importância e influência dos grupos femininos

Grupo IV            ASPECTOS SÓCIO-ECONÔMICOS

1. O papel do empresário no rumo social da coletividade (Nordeste)
2. A liderança operária autêntica através de sindicatos livres
3. Fortalecimento da classe média

10-10-1966:

Reunião no Hotel Glória com o Sr. Eduardo Tapajós, que vai fazer um levantamento do material e pessoal que precisamos para o funcionamento perfeito da secretaria executiva do Congresso.

Presentes: Gilda, Olguita, Eudoxia, Maria Helena, Mavy e Lucia.

13-10-1966:

A comissão executiva apresenta ao Conselho Diretor o programa e o temário que são aprovados.

ANEXO XIX. Relatório da CAMDE apresentando reunião realizada no Hotel Glória, onde ficaram definidos alguns custos para a realização do evento.

7 -

102/4, p.7

17-10-1966:

É aprovado pelo Conselho Diretor o modelo do cartão de credenciais das delegadas.

19-10-1966:

1ª convocação geral para participar, às demais sócias da CAMDE, dados pormenorizados do Congresso.

20-10-1966:

Reunião da Comissão Executiva,  
Providenciar

a) discos para serem distribuídos

b) carta ofício aos jornais solicitando instruções para credenciais de jornalistas

Seguem as cartas do Chile e da Colombia

21-10-1966:

Reunião Hotel Gloria.

Maria Helena fica encarregada de falar com o Fernando Veloso para o registro do símbolo.

O Hotel cederá 11 quartos e as instalações para o Congresso.

Informações sobre despesas, fornecidas pelo Sr. Tapajós.

1 datilógrafa, especializada em Congresso, ganha de 20 à

25.000 por dia. 1 Secretária de atas ganha de 50.000 à

100.000 por dia. Cada taquígrafa 15' e bate a máquina 45'.

Dado o caráter especializado do Congresso ficou resolvido que não haverá trabalho voluntário no Plenário.

27-10-1966:

Reunião da Comissão Técnica com o Conselho Diretor.

Mavy apresenta mapa com as sub-comissões pautado nas resoluções da reunião do dia 29-9.

Seguem as seguintes cartas convites:

De Maria Helena para o Perú.

Venezuela

28-10-1966:

Seguem as seguintes cartas convites:

Equador

Argentina

31-10-1966:

Seguem as seguintes cartas convites:

Movimento Cívico da Mulher Cearense

Cruzada da Mulher Democrática - Recife

U. C. F. - São Paulo

ANEXO XX. Relatório da CAMDE com o envio de cartas em agradecimento às firmas que receberam as Senhoras da CAMDE e Carta de convocatória à Bolívia.

Union Carbide  
3 M  
Dupont  
Johnson & Johnson  
Anderson Clayton  
Refinações de Milho

PE.O.O.102/A, p.9

21-11-1966:

Gilda e Mavy fazem um retrospecto da ida à São Paulo.

23-11-1966:

Mavy e Gilda - no escritório da CAMDE.

Seguem para São Paulo as cartas de agradecimento às firmas visitadas por Mavy e Gilda, por terem recebido com tanta gentileza nossas diretoras.

As cartas foram dirigidas aos Senhores:

Max Pearce  
José Sanches  
Trajano Pupo Netto  
C. Howard Campbell  
Donald W. Marwin  
Frank Mc Clure  
Paul Albright  
Arthur Bennett  
Harold Walker  
Segue carta convite para a  
Bolívia

24-11-1966:

Segue carta convite para  
Montevideo e  
República Dominicana

28-11-1966:

Mavy solicita, a pedido do Conselho Diretor ao Sr. Alexander Neel a remessa do filme da CAMDE. A dublagem ficará a cargo da CAMDE.

29-11-1966:

Carta solicitando ajuda financeira:  
Jacob Vittorelli

30-11-1966:

Gilda e Mavy  
14 hs - I.B.M.  
15 hs - White Martins

ANEXO XXI. Relatório da CAMDE com reuniões em  
busca de ajuda financeira.

PE.U.O. 502/4, p. 10

- 10 -

16 hs - Francisco Rodrigues

1-12-1966:

Gilda e Mavy

14 hs - Shell

15 hs - White Martins

1-12-1966:

Segue a carta convite da

LIMDE

5-12-1966:

Seguem as seguintes cartas solicitando ajuda financeira:

Cogeral - Cia. Geral Laminação

6-12-1966:

Gen. Fernando Menescal Villar

Solicitando a emissão de um selo comemorativo do Congresso

6-12-1966:

Gilda e Mavy - Banco Moreira Salles

8-12-1966:

Reunião da Comissão Executiva

Segue carta para a Braniff para oficializar o pedido passagens.

9-12-1966:

Eudóxia e Mavy

15 hs - Light

16 hs - José Williamsens

15-12-1966:

Segue carta

Ao Snr. José Williamsens autorizando-o (a seu pedido) a arrecadar fundos para o Congresso.

Reunião Comissão Executiva com o Conselho Diretor

19-12-1966:

Hotel Gloria

Maria Helena, Mavy, Lucia

Snr. Eduardo fará proposta escrita para a secretaria executiva do Congresso.

Preço: \$ 12.000.000 cobrindo todo o material e pessoal necessário para o funcionamento da secretaria executiva e as sessões de instalação e encerramento do Congresso, serviços de apoio, ornamentação, cocktail etc...

Esta quantia não sofrerá alterações e será paga em 4 prestações de 3.000.000.

ANEXO XXII. Relatório da CAMDE com atividades entre  
os anos de 1966 e 1967.

PE.O.O. 1024, p. 34

**20-12-1966:**

14:00 às 17:00 hs. Mavy e Lucia, no escritório da CAMDE.

**21-12-1966:**

Reunião Comissão Executiva  
Segue carta convite para o  
Equador (Guaiaquil)

**26-12-1966:**

Reunião em casa de Eudózia para se resolver sôbre exposição  
de indústria nacional durante o Congresso.  
A maioria dos votos foi contra.

**27-12-1966:**

Reunião do Conselho Administrativo e da Comissão Executiva com as  
demais sócias da CAMDE para dar conta dos trabalhos.

**Sugestões:**

- a) plantão na Casa N. S. da Paz
- b) credenciais jornalistas, assinado pelo responsável pelo jornal e pela secretária executiva.
- c) pedir aos núcleos estaduais suas historias, fotografias, slides.
- d) Março - almoço com os correspondentes estrangeiros.

**3-1-1967:**

Casa Lucia  
Lucia e Mavy procedem a distribuição dos grupos de trabalho

**10-1-1967:**

Gilda e Mavy  
17 hs - ICOMI

**11-1-1967:**

Gilda e Mavy  
14:30 hs - Copal  
15:30 hs - Banco Brasileiro  
16:00 hs - Banco Comércio e Indústria de Minas Gerais

**16-1-1967:**

Casa de Lucia  
Lucia e Mavy  
Carta circular às Cias. paulistas visitadas por Gilda e  
Mavy a fim de se esclarecer com que quantia vão colaborar.  
Carta circular pedindo ajuda financeira:  
Cia. Comércio Indústria Navegação  
Sul America Seguros

ANEXO XXIII. Relatório da CAMDE de abertura do  
Congresso.

102/4, p.3

- 3 -

Para a instalação Oficial, no dia 16, às 17 hrs, estiveram presentes os representantes do Presidente da República, Marchal Arthur da Costa e Silva, de D. Yolanda da Costa e Silva, do Governador da Guanabara Sr. Negrão de Lima, embaixadores e outras autoridades.

Falou em nome da CAMDE a presidente da Comissão, Sra. M<sup>te</sup> H<sup>a</sup>lena Câmara, (cópia anexa), e em nome das Congressistas a Sra. Magdalena Picón de Rodriguez, representante da Venezuela

Em nome do Presidente da República e do representante de D. Yolanda da Costa e Silva, falou o deputado Geraldo Ferraz. Encerrou a sessão a Presidente do Congresso, Sra. Amelia Molina Bastos, presidente da CAMDE.

Na sessão solene de encerramento estiveram presentes o representante da 1<sup>a</sup> dama do país, embaixadores dos países Sul-Americanos e outras autoridades.

Usaram da palavra o representante de D. Yolanda Costa e Silva, o engenheiro Sá Freire Sobrinho; a representante do Chile, Sra. Olga Irrarazával de Ariztia, em nome das delegadas sul-americanas; a representante da Cruzada da Mulher Democrática, do Rio Grande do Sul, Sra. Lucia Alles, em nome das delegadas brasileiras; a Sra. Marina Castello que leu a mensagem enviada pelo Sr. Governador do Rio Grande do Sul, Sr. Perachi Barcellos e, encerrando a sessão, a Sra. Amelia Molina Bastos, presidente da Camde e do Congresso (cópias anexas)

Finalmente no dia 11 de maio, a CAMDE ofereceu, em casa da Chefe de Relações Públicas, um chá à Todas que trabalharam voluntariamente no Congresso.

À elas é enorme a gratidão da CAMDE, pois foram responsáveis, em grande parte, pelo êxito do Congresso.

**DOAÇÕES:** O setor de Coordenação de Obras Sociais fez a distribuição de 4 toneladas de sabão, goma e alvejante recebidos da Confederação Evangélica à 9 entidades entre hospitais, asilos e orfanatos.

**8-3-1967:** A CAMDE recebeu, por intermédio do Embaixador da Ordem Soberana e Militar de Malta, Sr. Andrew Duncan, uma doação do Conselho Mundial de Igrejas, à ser empregada em benefício das vítimas das enchentes de fevereiro deste ano. Foram encarregadas desta tarefa Elisa Moniz Freire e Luiza Leal. O morro da Cachoeirinha, no Méier, foi o local escolhido para o atendimento. A diretora deste Núcleo, Lupercia de Carvalho, procedeu o levantamento das famílias mais atingidas pelo

ANEXO XXIV. Relatório da CAMDE de encerramento do  
Congresso.

02/4, p. 16  
an. 5

- 4 -

O homem, como membro de uma comunidade, precisa receber uma orientação tal, que o torne um cidadão capacitado a cooperar em benefício próprio e da comunidade a que pertence. Cada indivíduo tem a obrigação moral de evoluir e contribuir para o progresso de seus semelhantes.

Alguém já disse: " O maior bem que podemos fazer aos outros, não é comunicar-lhes as nossas riquezas, mas ajudá-los a descobrir as suas". Esta é uma tarefa atraente para a mulher que, por sua natureza feminina, maternal, sensível aos ambientes, está apta melhor do que ninguém a se dedicar ao bem comum.

Ouçamos, pois, a voz da Igreja através de Paulo VI que, na magnífica encíclica *Popularum Progressio*, apenas, nos pede o supérfluo, em benefício dos menos afortunados.

Mulheres da América do Sul!

Já não é hora de vacilações, empenhemos em favor do povo, o supérfluo do nosso tempo, da nossa capacidade, da nossa inteligência, da nossa abnegação, da nossa alegria, do nosso amor.

É preciso que o supérfluo do mundo inteiro, absorvido, transforme-se em utilidade pública.

E, então, veremos realizado, o maior dos nossos sonhos, a reunião de todos os povos sob a bandeira da paz.

\*\*\*.\*\*\*.

AMB/cv.

ANEXO XXV. Relatório da CAMDE. Discurso  
pronunciado por D. Maria Helena da Gama Câmara, 2ª  
Vice-presidente da CAMDE no Congresso.

0.0.302/4, p.30  
an.4

I CONGRESSO SUL-AMERICANO DA MULHER EM DEFESA DA DEMOCRACIA

Rio de Janeiro

16/22 de abril de 1967

Discurso pronunciado por:  
D. Maria Helena da Gama Câmara  
2ª Vice-Presidente da CAMDE

Excelentíssimo Senhor Marechal Arthur da Costa e Silva, Presidente  
da República  
Excelentíssimos Senhores Embaixadores  
Excelentíssimo Senhor Marechal Eurico Gaspar Dutra  
Excelentíssimo Senhor Marechal Humberto Castello Branco  
Excelentíssimos Senhores Ministros de Estado  
Excelentíssimo Senhor Governador do Estado da Guanabara  
Prezadas Congressistas  
Senhora Zaíra de Souza Molina  
Meus Senhores  
Minhas Senhoras.

O I CONGRESSO SUL-AMERICANO DA MULHER EM DEFESA DA DEMOCRACIA está vitorioso! A presença de tão ilustres Congressistas, hoje, neste Centro de Convenções, atendendo ao convite da CAMDE, já assegurou a conquista de um dos nossos objetivos, qual seja, a reunião de associações cívicas femininas de toda a América do Sul e de diversos Estados do Brasil, para acertarem medidas que resultarão numa participação mais efetiva da mulher no esforço por uma tomada de consciência cívica pelo bem-estar social e econômico de nossas Nações!

Os propósitos contidos nas teses que as delegadas desenvolveram e irão debater no Congresso que hoje se instala fazem-me lembrar as palavras de Olavo Bilac:

"Trabalhem, sonhem, lutemos e esperemos!

Desapareceremos amanhã! Mas, para o futuro, o Brasil abençoará o nosso esforço e com milhões de brasileiros conscientes, fortes, dignos, nesta mesma língua portuguesa, que prezamos e amamos, articularão, como eu, uma prece à Pátria!"

### 3. Bibliografia:

**ASSIS**, Denise. “Propaganda e Cinema a Serviço do Golpe (1962/1964)” – Rio de Janeiro: Mauad, FAPERJ, 2001.

**BARTH**, Frederik “A análise da cultura nas sociedades complexas. **IN:** O guru, o iniciador e outras variações antropológicas.”

**BERNSTEIN**, S. “*A Cultura Política*” in: RIOUX, J. P. SIRINELLI, J. F. Para uma História Cultural. Lisboa: Estampa, 1998. p. 351-363.

**BURKE**, Peter. *Sobre a micro-história*. In: *Burke, Peter (org). A Escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Ed. Unesp, 1992

**CARVALHO**, Luiz Maklouf. *Mulheres que foram a luta armada*. São Paulo: Globo, 1998.

**CASTRO**, Ruy. 1948. *Ela é Carioca: uma enciclopédia de Ipanema*. Ruy Castro, São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

**CORDEIRO**, Janaína Martins. *Direitas em Movimento. A Campanha da Mulher pela Democracia e a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

\_\_\_\_\_. *Femininas e formidáveis: o público e o privado na militância política da Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE)*.

**COSTA**, Cruz. “Contribuição à história das ideias no Brasil”. Ed. Civilização Brasileira S.A. 1967.

**CROCE**, Benvenuto. *Teoria e storia della storiografia*. Bari: Laterza & Figli, 1943. e FEBVRE, Lucien. *Combates pela história*. S. Paulo: Ed. UNESP, 1992.

**DANTAS**, Eudoxia Ribeiro. *Voltando no Tempo*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1998.

**DREIFUSS**, Armand René. “1964: A CONQUISTA DO ESTADO. Ação Política, Poder e Golpe de Classe. 4ª edição. Editora Petrópolis 1986.”

**FERREIRA**, Elizabeth F. Xavier. 1996. *Mulheres, Militância e Memória*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas Editora. 216.

**FERRATER MORA**, José. *Dicionário de Filosofia*, tomo III (K-P), São Paulo: Edições Loyola, 2001, p.1956.

**FUNDO CAMPANHA DA MULHER PELA DEMOCRACIA**. Arquivo Nacional/CODES. Documentos privados. Código PE. Caixa 38, Pasta 1. Recorte de Jornal. Manifesto Publicado pelo diário de notícias: “Mulheres vão às ruas para lutar pelo regime”, 22/04/1964, Primeira Seção, p 8.

**GINZBURG**, Carlo. “Provas e Possibilidades à margem de “Il ritorno de Martin Guerre” de Natalie Zemon Davis. IN: A micro-história e outros ensaios”

**IAVELBERG** Iara, intitulado "*Iara: reportagem biográfica*", publicado pela Rosa dos Tempos, RJ, 1992.

**LABORIE**, Pierre. "Memória e opinião". In: Cecília Azevedo, Denise Rollemberg, Paulo Knauss, Maria Fernanda Bicalho e Samantha Voz Quadrat (orgs). *Cultura política, memória e historiografia*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2009.

**MACEDO**, Elza Dely Veloso. *ORDEM NA CASA E VAMOS À LUTA! Movimento de mulheres: Rio de Janeiro 1945/64*. Lydia Cunha- uma militante. Niterói:[s.n.] 2001.

**MACHADO**, Charliton José dos Santos. *EDUCAÇÃO, PODER, FAMÍLIA E RELIGIOSIDADE LEITURA DOS ANAIS DO I CONGRESSO SUL-AMERICANO DA MULHER EM DEFESA DA DEMOCRACIA – 1967*.

**MARTIN**, L.A. De l'éducation des meres da famille ou da la civilization du genre humnais par les femmes. Paris: Gosselin 1834. Apud. Michelle Perrot.

**NEDER**, Gizlene. “Exílio e Luto no Brasil oitocentista.” pág.: 4 [http://www.psicopatologiafundamental.org/uploads/files/iii\\_congresso/temas\\_livres/exilio\\_e\\_luto\\_no\\_brasil\\_oitocentista.pdf](http://www.psicopatologiafundamental.org/uploads/files/iii_congresso/temas_livres/exilio_e_luto_no_brasil_oitocentista.pdf). Acesso em 25/ 05/2015

**PERROT**, Michelle. As mulheres ou os silêncios da história / Michelle Perrot; tradução Viviane Ribeiro. Bauru, SP: EDUSC. 2005.

**PORTELLI**, Alessandro. “O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum”.IN: FERREIRA Marieta de M. & AMADO Janaína (ccord.), *Usos e Abusos da História Oral*. 5ª ed. Rido de Janeiro:FGV, 2002.

**Prefácio de Dom Paulo Evaristo Arns**, “BRASIL:NUNCA MAIS”. 7ª Edição, Editora Vozes. 1985 Arquidiocese de São Paulo.

**REIS FILHO**, Daniel Aarão, 1946- Ditadura e Democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988/ Daniel Aarão Reis Filho.- 1.ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

\_\_\_\_\_ *A Ditadura Militar no Brasil: uma incômoda memória. Gramsci e o Brasil*. 29 de março de 2001.

\_\_\_\_\_. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

\_\_\_\_\_. “Ditadura e Sociedade: As reconstruções da memória”. In: REIS, Daniel Aarão, RIDENTI, Marcelo & MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). *O Golpe e a Ditadura Militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru (SP): Edusc, 2004.

**ROJAS MIX**, Miguel. “El Dios de Pinochet: Economia del fascismo iberoamericano- 1ª Ed.: Buenos Aires. Prometeo Libros, 2007

**ROLLEMBERG**, Denise; Viz Quadrat, Samantha. A construção social dos regimes autoritários. Legitimidade, consenso e consentimento no século XX. Europa. Capítulo 1. 1940-1944. Os franceses do Pensar-duplo. Pierre Laborie.

**SÁ MOTTA**, Rodrigo Patto. “A História Política e o Conceito de História Política.1996. X Encontro Regional de História da ANPUH/MG. “Minas, trezentos anos: Um Balanço Historiográfico.

**SIMÕES**, Solange de Deus. “Deus, pátria e família: As Mulheres no Golpe de 64”. Ed. Vozes, 1985.

**SOIHET**, Rachel. Palestra proferida no Seminário Internacional “Leituras da Modernidade: Pluralismo, Feminismo e Tolerância Política”. Mesa-redonda na Mesa Redonda: “Feminismo, Pluralidade e História”, na FCL/UNESP?Ar, nas dias 21-23 de novembro de 2006.

**SOUZA**, Jessie Jane Vieirade. *Círculos operários: a igreja e o mundo do trabalho no Brasil*. Rio de janeiro: Esitora UFRJ, 2002.

**SCOCUGLIA**, Afonso Celso e **MACHADO**, Charliton José dos Santos, “Pesquisa e Historiografia da Educação Brasileira/ Afonso Celso Scocuglia e Charliton José dos Santos Machado (organizadores) – Campinas, SP: Autores Associados, 2006 – (Coleção Memória da Educação)

**WHITE; FULBROOK**, 2002. A história teve “reprimida e negou a si mesma a sua maior força de renovação”

#### 4. Sites:

[http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/auro\\_de\\_moura\\_andrade](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/auro_de_moura_andrade). Acesso em 20/08/2015.

[http://www.camposdojordaoocultura.com.br/vercronicas.asp?Id\\_cronica=49&Assunto=Do+na+Leonor+Mendes+de+Barros+e+seus+anivers%Elrios](http://www.camposdojordaoocultura.com.br/vercronicas.asp?Id_cronica=49&Assunto=Do+na+Leonor+Mendes+de+Barros+e+seus+anivers%Elrios)

<http://www.acmrio.org.br/historia#.VLQqfON4rwg>.

<http://www.derfernandopolis.com.br/arquivo/planogestao/20.pdf>. Acesso em 25/08/2015.

<http://www.rccbrasil.org.br/noticia.php?noticia=3156>.

<http://www.cruzvermelhani.org.br/site/cruz-vermelha/cruz-vermelha-brasileira.html>. Acesso em 25/08/2015.

<http://observatoriodaimprensa.com.br/diretorio-academico/os-construtores-do-golpe-de-estado-de-1964/>.

<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/reportagens/34445/golpe+de+64+marcha+da+familia+com+deus+pela+liberdade+completa+50+anos+saiba+quem+a+financiou+e+dirigiu.shtml>.

<http://memoria.oglobo.globo.com/perfis-e-depoimentos/roberto-marinho-9055075>.

<http://www.averdadesufocada.com/index.php/foras-armadas-notcias-95/6843-2204-q19-de-abril--saudades-do-qmeu-exrcitoq>

<http://www.militar.com.br/Amagnificaesposadogeneral>. Acesso em 25/04/2014

<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/reportagens/34445/golpe+de+64+marcha+da+familia+com+deus+pela+liberdade+completa+50+anos+saiba+quem+a+financiou+e+dirigiu.shtml>.

<http://jornalggn.com.br/blog/luisnassif/a-vinda-do-padre-peyton-ao-brasil>

[http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria\\_esquecimento\\_silencio.pdf](http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf). Acesso em 25/08/2015

<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/reportagens/34445/golpe+de+64+marcha+da+familia+com+deus+pela+liberdade+completa+50+anos+saiba+quem+a+financiou+e+dirigiu.shtml>.

<http://www.museu-emigrantes.org/docs/titulados/Joaquim%20Lopes%20Lebre.pdf>

<http://www.geni.com/projects/Os-Bandeirantes/8058> Acessado em 22/05/2014.

[http://www.educacao.ufrj.br/ppge/teses/Tese\\_Beatriz\\_Boclin.pdf](http://www.educacao.ufrj.br/ppge/teses/Tese_Beatriz_Boclin.pdf). Acesso em 25/05/2015

<https://epistemothecabrasilienses.wordpress.com/category/roberto-campos/>

[http://www.ricardoorlandini.net/hoje\\_historia/ver/15440/morre\\_mario\\_henrique\\_simonson\\_matematico\\_e\\_um\\_dos\\_mais\\_renomados\\_economistas\\_brasileiros\\_de\\_todos\\_os\\_tempos\\_foi\\_ministro\\_da\\_fazenda\\_e\\_do\\_planejamento\\_no\\_regime\\_militar\\_e\\_diretor\\_de\\_pos\\_graduacao\\_da\\_fundacao\\_getulio\\_vargas](http://www.ricardoorlandini.net/hoje_historia/ver/15440/morre_mario_henrique_simonson_matematico_e_um_dos_mais_renomados_economistas_brasileiros_de_todos_os_tempos_foi_ministro_da_fazenda_e_do_planejamento_no_regime_militar_e_diretor_de_pos_graduacao_da_fundacao_getulio_vargas)

<http://www.nebli.com.br/sob encomenda/ensaio/tres-alqueires-e-uma-vaca/1165/?pagina=1&autor=651&a=1>

<http://www.militar.com.br/Amagnificaesposadogenera>. Acessado em 22/05/2015

<http://www.escritas.org/pt/biografia/tobias-barreto> Acessado em 23/05/2015.

[http://www.psicopatologiafundamental.org/uploads/files/iii\\_congresso/temas\\_livres/exilio\\_e\\_luto\\_no\\_brasil\\_oitocentista.pdf](http://www.psicopatologiafundamental.org/uploads/files/iii_congresso/temas_livres/exilio_e_luto_no_brasil_oitocentista.pdf)

<http://atlas.fgv.br/verbete/1205>